

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE DE MERCADO NA LITERATURA FRANCESA
DO SÉCULO XIX - O ATOR ECONÔMICO EM *EUGÊNIA GRANDET***

SARA REGINA RAMOS CORDEIRO

Florianópolis (SC), maio de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE DE MERCADO NA LITERATURA FRANCESA
DO SÉCULO XIX: O ator econômico em *Eugênia Grandet***

Sara Regina Ramos Cordeiro

Prof. Dra. Cécile H.J. Raud-Mattedi
Orientadora

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia
Política, pela Universidade Federal de Santa
Catarina

Florianópolis, maio de 2005

Dedico este trabalho à minha irmã Nara,
“Tu foste a voz compadecida e boa que no meu desalento me susteve”
(Manuel Bandeira)

“A leitura, enfim, da literatura nos traz toda a história do espírito humano. Assim, aprendemos a ler, a falar, a pensar, a escrever, a olhar, a imaginar, a sonhar, a viver, enfim”.

(Ana Miranda)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio, estímulo e carinho de todos os que compartilharam comigo as alegrias e angústias inerentes ao processo de formação e produção intelectual. Desta forma, gostaria de formalizar a minha gratidão aos meus pais, fiadores incondicionais dos meus projetos pessoais, assim como às minhas irmãs, Mara, Nara e Juci.

Aos amigos que sempre estiveram por perto, "segurando as pontas" nos momentos mais difíceis, em especial, à família do Sr. Newton José Martins Mota por todo apoio material e emocional dispensado enquanto estivemos juntos e mesmo depois. Gostaria também de destacar a amizade de Sâmia Campana, Silvia Leone Quaresma e Sabrina Franzoni pela troca sempre calorosa de informações. Ao Fernando Brandalise e a Ana França pela alegria, força e companheirismo no início deste projeto.

Aos amigos da APG-UFSC, com os quais pude compartilhar o espaço aberto ao conhecimento, aprendizado e discussão das questões acadêmicas e políticas relativas à pós-graduação.

Ao Jales, meu namorado, pela paciência e pelo carinho, com que esteve sempre ao meu lado.

Minha eterna gratidão aos professores do PPGSP, sobretudo à Professora Cécile, orientadora e amiga, pela dedicação e incentivo à pesquisa.

Aos funcionários da secretaria da PPGSP, Albertina, Fátima e Otto, pelos serviços e informações prontamente concedidos.

Ao CNPq, pelo subsídio prestado através da bolsa de estudos.

Finalmente, a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho visa comparar as análises a respeito das motivações e dos impactos sociais do comportamento do ator econômico moderno desenvolvidas pela sociologia econômica clássica e pelos romancistas realistas do século XIX, tomando como referência o romance *Eugênia Grandet* de Balzac.

Parte inicialmente, com base em Weber e Polanyi, de uma contextualização histórica da emergência da sociedade de mercado no século XIX, descrevendo suas principais características e pré-condições para o seu funcionamento, mostrando que a autonomização da esfera econômica em relação ao seu entorno social foi consequência deste processo.

Em seguida, traz as críticas feitas pela sociologia econômica clássica à matriz teórico-metodológica da Economia Política que legitimou o comportamento “racional” e auto-interessado por parte do ator econômico que atua na sociedade de mercado. Além disso, a partir e essencialmente com Durkheim, analisa os impactos sociais negativos decorrentes desse comportamento.

Finalmente, com base nos dados extraídos do romance, demonstrou-se que a emergência da sociedade mercado foi vista como um processo com consequências negativas para a sociedade, não somente pelos cientistas sociais, mas também, a seu modo, pelos romancistas, em especial os “realistas”.

Palavras-chave: Sociologia econômica, sociedade de mercado, *homo oeconomicus*, anomia, *Eugênia Grandet*, Balzac.

Résumé

Cette recherche vise à comparer les analyses à propos des motivations et des impacts sociaux du comportement de l'acteur économique moderne qui ont été faites par la sociologie économique classique et par les romanciers du réel au XIX^e siècle, en prenant comme référence le roman *Eugénie Grandet*, de Balzac.

D'abord, nous avons commencé, à partir de Weber et Polanyi, par une contextualisation historique de l'émergence de la société de marché au XIX^e siècle, en décrivant ses principales caractéristiques et les pré-conditions pour son fonctionnement et en montrant que l'indépendance de la sphère économique par rapport à son environnement social a été une conséquence de ce processus.

Ensuite, nous présentons les critiques faites par la sociologie économique classique à la matrice théorique et méthodologique de l'Economie Politique qui a légitimé le comportement "rationnel" et auto-intéressé de l'acteur économique qui agit dans la société de marché. En outre, essentiellement à partir de Durkheim, on analyse les impacts sociaux négatifs, de ce comportement.

Finalement, sur la base des données extraites du roman, on a montré que l'émergence de la société de marché a été vue comme un processus avec des conséquences négatives pour la société, non seulement par les sociologues mais aussi, à leur façon, par les romanciers, spécialement les "réalistes".

Mots-clé: sociologie économique, société de marché, *homo oeconomicus*, anomie, Eugénie Grandet, Balzac.

SUMÁRIO

1. PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E METODOLOGIA DO TRABALHO	1
1.1. Introdução	1
1.2. Questões Norteadoras.....	9
1.3. Objetivos	9
1.3.1. Objetivo Geral.....	9
1.3.2. Objetivos Específicos	9
2. ANÁLISES CONTRASTANTES DA SOCIEDADE DE MERCADO NA ECONOMIA E NA SOCIOLOGIA.....	11
2.1. O lado da Economia Política.....	11
2.1.1. Análises dos economistas a respeito dos condicionantes da emergência da sociedade de mercado	12
2.1.2. Pressupostos teórico-metodológicos.....	14
2.2. O contraponto da sociologia econômica clássica e moderna.....	18
2.2.1. Os condicionantes da emergência da sociedade de mercado.....	18
- O lugar do mercado nos sistemas econômicos anteriores	18
- A institucionalização do mercado enquanto processo consciente e voluntário.....	23
- “Mercadorias fictícias”	25
- A ideologia moderna segundo Louis Dumont.....	27
- A ética protestante	30
- A racionalização da esfera econômica : “o espírito do capitalismo”	33
2.2.2. As críticas da sociologia econômica à Economia Política.....	35
2.2.3. Análises dos impactos sociais da economia de mercado: o risco de anomia e o papel das instituições.....	40
3. EUGÊNIA GRANDET OU A ANÁLISE BALZAQUIANA DA SOCIEDADE DE MERCADO	46
3.1. A Literatura do século XIX: modernidade e realismo	46
3.2. Uma rápida biografia e introdução à obra de Balzac	49
3.3. Apresentação geral de <i>Eugênia Grandet</i>	53
3.4. O ator econômico em <i>Eugênia Grandet</i>	56
3.4.1. Sobre a fortuna do Pai Grandet.....	56
3.4.2. A figura do avaro moderno: o Pai Grandet.....	59
- Ética do trabalho e ascetismo	63
- Desprezo pela religião e as instituições.....	64
- A dívida do irmão	66
- A herança da esposa	70
3.4.3. Os demais atores econômicos em <i>Eugênia Grandet</i>	73
- As Famílias Cruchot e des Grassins	73
- Carlos Grandet.....	76
3.5. Conseqüências sociais do comportamento do Pai Grandet.....	78
3.5.1. Tristeza e melancolia na casa Grandet de Saumur.....	79
- O contraste: a novidade e o luxo chegam na casa Grandet de Saumur	83
3.5.2. O amor como antídoto ao egoísmo	84

3.5.3. O amor sucumbe ao egoísmo.....	87
3.6. É possível um outro ator econômico?	89
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXOS	99

1. PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E METODOLOGIA DO TRABALHO

1.1. Introdução

A emergência da sociedade moderna foi acompanhada por uma série de transformações sócio-culturais, econômicas e político-institucionais decorrentes da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. A Revolução Industrial engendrou modificações na tecnologia, no regime de trabalho e nas relações de propriedade. O desaparecimento da propriedade coletiva e a instituição de um mercado de trabalho livre assalariado alteraram as condições da reprodução social humana. Segundo Polanyi (2000, p.51), “no coração da Revolução Industrial do século XVIII ocorreu um progresso miraculoso nos instrumentos de produção, o qual se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação na vida das pessoas comuns”. Por conseguinte, a concepção de economia é subvertida na nova sociedade. De função auxiliar que era na reprodução da vida nas sociedades tradicionais, passa a determinar as condições sociais e estimular a perseguição de objetivos individuais. Como mostraram Weber e Polanyi, a modernização tecnológica, a constituição de um mercado de trabalho e de uma economia monetária, entre outros, foram fatores imprescindíveis para a emergência de uma sociedade de mercado, ou seja, "a sociedade te[ve] que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcion[asse] de acordo com suas próprias leis" (POLANYI, 2000, p.77), posta a serviço da economia e organizada exclusivamente ao redor de mercados auto-regulados. "Uma economia de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados [...] é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado" (POLANYI, 2000, p.62). Com a progressiva desvinculação dos mecanismos de regulação, a autonomização da esfera econômica ganha significativa importância na sociedade moderna e passa a ser objeto de análise intelectual. Além de tentar explicar as transformações ocorridas na cultura, na política e na economia, algumas disciplinas científicas procuravam estabelecer leis gerais de funcionamento da nova sociedade. Em particular, os economistas, visavam encontrar respostas aos problemas oriundos da nova ordem social. No quadro de uma nítida influência das ciências naturais, em particular da física, os economistas clássicos partiam do pressuposto de que tal ordem já existia "naturalmente" e prescindia portanto de qualquer autoridade. Havia um interesse em descobrir as leis gerais de funcionamento da nova ordem econômica, excluindo das suas análises a influência do contexto institucional sobre a esfera econômica. Adam Smith (1723-1790) destaca-se inicialmente com a sua "investigação" sobre as "causas da riqueza", na qual a propensão à barganha seria uma condição natural do ser

humano. Portanto, haveria uma harmonia espontânea no mercado decorrente do equilíbrio entre a oferta e a demanda sem a necessidade de intervenção do Estado na economia, com ressalva às intervenções que viessem a favorecer essa harmonia, como por exemplo, a defesa da propriedade privada. Além disso, Smith preconizava que cada ator econômico, ao buscar seu interesse particular, estaria necessariamente contribuindo para a realização do interesse coletivo.

Da mesma forma, o surgimento da sociologia no século XIX esteve diretamente relacionado com as transformações históricas ocorridas no Ocidente em meados do século XVIII. “A sociologia constitui em certa medida uma resposta intelectual às novas situações colocadas pela revolução industrial. Boa parte de seus temas de análise e de reflexão foi retirada das novas situações [...]” (MARTINS, 1999, p.16). É o que aparece claramente nas obras de Marx (*O Capital*), Durkheim (*A Divisão do Trabalho Social*) e Weber (*Economia e Sociedade*), que se voltaram particularmente para a análise da esfera econômica. No entanto, é somente no final do século XIX que surge realmente uma sociologia econômica enquanto disciplina específica, preocupada em refutar os pressupostos teóricos e metodológicos da economia neoclássica e em propor uma análise alternativa dos fenômenos econômicos¹. De fato, a sociologia econômica iniciada com Durkheim e Weber foi pioneira em relacionar o comportamento do ator econômico com as influências do contexto institucional, e em desenvolver conceitos e uma metodologia próprios para a análise dos fenômenos econômicos.

Essa postura crítica manifestou-se inicialmente como reação aos pressupostos da teoria marginalista do século XIX, a qual se apoiava frequentemente “sobre uma matematização da economia política” (STEINER, 2005, p.8), desprezando da sua análise o papel das instituições não-econômicas. Segundo a teoria marginalista, o valor era resultado da utilidade marginal de determinado bem ou serviço, ou seja, à medida que ia satisfazendo uma necessidade, seu valor ia diminuindo em relação aos valores precedentes. Por conseguinte, como os preços são a expressão monetária do valor, eram definidos a partir das posições da oferta e da demanda. Entretanto, segundo essa mesma teoria, o equilíbrio entre a oferta e a demanda requer a liberdade de comércio, sem a interferência institucional nas relações de mercado. “A satisfação das necessidades depende muito mais do funcionamento de mercados “autoregulados”, nos quais a alocação dos recursos e a formação dos preços são condicionados pelas relações entre a oferta e a demanda” (TRIGILIA, 2002, p.14). No entanto, esse postulado parte da idéia de que o ator econômico conhece os instrumentos com

¹ Como a economia neoclássica surge nos anos de 1870, Marx encontra-se portanto excluído da sociologia econômica clássica (STEINER, 2005).

os quais será possível maximizar seu objetivo. Assim, a teoria marginalista esteve muito mais preocupada com a “alocação eficiente dos recursos” do que com as condições do crescimento econômico, a exemplo do que fizeram os clássicos (TRIGILIA, 2002). Ou seja, se os clássicos focaram nas análises sobre a parte dinâmica da economia, os neoclássicos focaram a parte estática, em particular, através da noção-chave de equilíbrio de mercado.

A visão de economia apresentada pela sociologia econômica é muito mais ampla e dinâmica do que a da teoria marginalista. “Ela permite avaliar como a satisfação das necessidades e o comportamento econômico podem tomar formas variadas, em função da organização da sociedade” (TRIGILIA, 2002, p.14). Numa sociedade primitiva, por exemplo, a produção, a distribuição e a troca estão condicionadas pelas estruturas de parentesco que regulam a economia como um todo. Nos grandes impérios, cabia ao Estado o papel de regulação da economia que ficava, portanto, submetida ao controle político (TRIGILIA, 2002). Em Weber, essa amplitude é conseguida através de um resgate histórico para a compreensão do desenvolvimento das sociedades e de uma análise das ações humanas quanto às suas diversas orientações. Durkheim, de um ponto de vista mais radical, contesta a validade dos pressupostos da Economia Política e sugere que ela seja substituída pela sociologia econômica. “[...] com Durkheim, a sociologia econômica é considerada como o meio de substituir a economia política julgada cientificamente inadequada; com Weber [...] a sociologia econômica tem vocação de completar a economia política oferecendo meio de levar em conta a história” (STEINER, 2005, p.9). Durkheim não apenas contestou a validade teórica e metodológica dos pressupostos da Economia Política, como analisou, na prática, as conseqüências sociais negativas decorrentes da autonomização da esfera econômica. Para ele, a precária regulação institucional, sobretudo moral, das funções econômicas não correspondia à magnitude alcançada pelas mesmas nas sociedades industriais e, portanto, disso resultaria um quadro bastante pessimista com impactos sociais negativos para a coletividade. "O forte desenvolvimento das atividades econômicas representa a principal fonte de anomia nas sociedades modernas porque esse processo se afirma sem uma institucionalização adequada" (TRIGILIA, 2002, p.77).

Outros autores, como Pareto, Veblen e Schumpeter, contestaram o caráter reducionista e abstrato da teoria econômica, e tentaram elaborar teorias que apresentassem uma visão mais pluralista da ação econômica. Para esses autores, a ação não se resumia ao motivo utilitário conforme concebia a economia, sendo todavia influenciada por um conjunto de motivos que estavam ausentes nas análises dos economistas neoclássicos (GISLAIN e STEINER, 1995). Igualmente, esses autores postulam a aproximação entre a economia e a sociologia. "Pareto

introduz a idéia de que a associação da teoria econômica e da teoria sociológica é um ingrediente indispensável para dar à nova teoria econômica seu lugar e seu pleno efeito de conhecimento" (STEINER, 2005, p.9). Veblen e Schumpeter fazem esta aproximação através da crítica ao caráter estático da teoria econômica pura. Ambos tentaram mostrar que a evolução econômica só pode ser concebida como um processo dinâmico e contínuo, descartando, portanto, o caráter estacionário e o conceito de equilíbrio no qual se apoiavam os economistas (GISLAIN & STEINER, 1995, p.39). Todavia, apesar da preciosa literatura deixada pela sociologia econômica clássica, sobre a relação entre a economia e a sociedade, a maioria dos sociólogos depois de Schumpeter prosseguiu à margem desse assunto, relegando aos economistas o monopólio desses estudos. Esta situação vigorou durante uma grande parte do século XX, particularmente a partir da criação da Sociedade Americana de Sociologia em 1905, com a qual se estabeleceu uma divisão do trabalho no quadro do processo de institucionalização das disciplinas científicas (SWEDBERG, 1987). Obras importantes, como a de Karl Polanyi, são publicadas durante este período, contudo elas não questionam fundamentalmente esta divisão do trabalho.

Entretanto, alguns indícios de mudança começaram a surgir em meados da década de 1970. Após um relativo período de "dormência", uma nova sociologia econômica (NSE) vem ganhando espaço nas universidades da Europa e dos Estados Unidos. "Pesquisadores e instituições acadêmicas estão respondendo pelo crescente interesse em um entendimento sistemático das interações entre os fatores econômicos e não-econômicos no mundo moderno" (ZELIZER, 1988, p. 617).

Num primeiro momento, como vimos, o debate travado pela sociologia econômica clássica girou em torno da crítica aos pressupostos da Economia Política. Mais tarde, com a retomada dos estudos sociológicos dos fenômenos econômicos, a nova sociologia econômica procurou privilegiar as análises que contribuíssem para o reforço da sua identidade enquanto disciplina e a reivindicação de um método específico. Parte desses estudos têm se caracterizado pelo esforço de ir além das críticas apontadas pela sociologia econômica clássica, isto é, "[...] de que a esfera econômica está socialmente construída, que as estruturas sociais e instituições são importantes para a ação econômica e que a racionalidade é uma modalidade de comportamento entre outras" (WANDERLEY, 2000, p.15), orientando-se por uma discussão mais aprofundada em torno do mercado. Dentre eles, poderíamos citar três abordagens de "estudos sociológicos do mercado" que contribuem para a afirmação da nova sociologia econômica: o enfoque estrutural, o enfoque cultural e o enfoque político.

O primeiro vem ganhando destaque com os trabalhos de Mark Granovetter em torno do conceito de *embeddedness*² (encastramento), que caracteriza a imersão das ações econômicas nas redes de relações sociais. “A tese que designamos sob a terminologia de “encastramento” afirma que não podemos analisar o comportamento e as instituições, sem levar em conta as relações sociais correntes que exercem sobre eles fortes pressões” (GRANOVETTER, 1985, p.75).

O segundo enfoque procura enfatizar o papel da cultura na economia. “Os estudos que consideram a perspectiva cultural estão orientados a entender a importância da cultura na definição dos termos de intercâmbio, as estratégias das ações interessadas e as fronteiras dos comportamentos apropriados na esfera econômica” (WANDERLEY, 2002, p.22). Em suma, a cultura é vista como elemento formador dos atores e das instituições econômicas, além de definidora e reguladora dos meios e dos fins da ação desses atores (WANDERLEY, 2002). No enfoque cultural, ganham destaque os trabalhos de Viviana Zelizer sobre os mercados múltiplos, com uma análise, por exemplo, da comercialização de seguros de vida nos Estados Unidos do século XIX (ZELIZER, 1978).

Finalmente, o enfoque político, representado em particular pelos trabalhos de Fligstein³, propõe que as instituições políticas atuam como suportes necessários ao bom desempenho das atividades econômicas, sobretudo a partir de regras formais que viabilizam o funcionamento dos mercados. Trata-se de uma análise das relações entre o Estado e a economia, que podem fortalecer-se reciprocamente dependendo do grau de imbricação entre eles.

Não seria justo, porém, apresentar essas teses como uma reação exclusiva por parte da nova sociologia econômica, negligenciando os importantes questionamentos que emergiram no seio da própria teoria econômica e que têm caracterizado a corrente da “nova economia institucional”. Apesar de algumas divergências, o que há em comum entre a nova sociologia econômica e a nova economia institucional, é que ambas questionam os pontos cruciais e axiomáticos da teoria econômica pura, como por exemplo, a concepção do mercado como a justaposição equilibrada dos interesses da oferta e da demanda. Segundo Abramovay (2004, p.58), “[...] é nítida a convergência entre importantes correntes da sociologia econômica e da economia no sentido de preconizar o estudo dos mercados como estruturas sociais e não

² Termo emprestado de Polanyi (2000). Na verdade, Granovetter faz um resgate do conceito de *embeddedness*.

³ Ver em particular Fligstein (2001).

simplesmente como um mecanismo abstrato e neutro de encontro entre compradores e vendedores”. Entretanto, não é nosso objetivo aprofundar aqui essa discussão.

Diante do crescente aumento dos estudos no campo da sociologia econômica no Brasil, cremos ser pertinente a adesão a este programa de pesquisa.

Na revisão de literatura em sociologia econômica, percebemos que nem todos os autores se apoiavam em dados empíricos. Por exemplo, Bidou-Zachariasen (1997) identifica em *A busca do tempo perdido* de Proust, uma análise da decadência da aristocracia e da progressiva ascensão social da burguesia. Surgiu então a idéia de buscar na literatura do século XIX indícios de análise da emergência da sociedade de mercado e comparar com as análises dos sociólogos clássicos. De fato, na leitura de autores como Flaubert, Maupassant, Dostoiévski, Zola e Balzac, notamos a recorrência de temas econômicos nos seus romances, principalmente neste último com *Eugênia Grandet*. Em Balzac, a “[...] horrenda economia é que vem sempre em primeiro plano e o agarrar da moeda de cinco francos é a essência de cada gesto [...] O dinheiro é o elemento mais geral dos romances de Balzac; outras coisas vêm e vão, mas o dinheiro está sempre presente” (JAMES, 1955, p.xxxvi). Além disso, Balzac é considerado um escritor dos costumes, e em aproximadamente dezoito anos produziu uma obra gigantesca que espelha a sociedade de seu tempo.

Também Zola (1995, p.138), descrevendo a indiferença das pessoas ao passar o cortejo fúnebre de Flaubert nas ruas de Rouen, conclui: “Uma cidade afundada no lucro, embrutecida, de uma ignorância pesada. Pensei em nossas cidades do Sul, em Marselha, por exemplo, que ela também está imersa no comércio até o pescoço [...]”. Mesmo Balzac, o escritor, estava de certa forma submetido a essa lógica, pois “o sucesso passa por concessões necessárias à sobrevivência do artista, concessões [...] às leis do mercado” (NOGAKI, 1999, p.28). Uma vida conturbada, cheia de dívidas e tentativas frustradas de ser seu próprio editor, levaram-no a produzir num ritmo extraordinário a fim de atender a demanda de um público que queria ver narrada a sua própria história. Como podemos perceber, o processo de autonomização da esfera econômica em relação ao meio social ganhava destaque na reflexão de Balzac, bem como na de outros romancistas realistas, não somente em relação à vida econômica, mas também em consideração às demais conseqüências decorrentes dessa “autonomização”. Relações humanas pautadas numa lógica consumista e egoísta poderiam estar contribuindo para a degradação dos valores morais e para o individualismo na definição dos interesses.

Como justificativa metodológica, gostaríamos de apontar para a importância de se resgatar fontes menos convencionais na condução de pesquisas nas diversas disciplinas das ciências sociais. Fruto da especialização iniciada no final do século XIX, que afastou sempre

mais a filosofia, as letras e as artes do estudo das realidades sociais, a sociologia permaneceu entre dois extremos, oscilando entre as humanidades e as ciências da natureza. Segundo Lepenies, a sociologia como disciplina autônoma emergiu de uma “tensão estrutural entre a cultura científica e a literária” (LEPENIES apud PONTES, 1991, p.112). A divisão do trabalho que circunscreveu as funções do artista e do cientista ficou mais nítida a partir do século XIX. Nesse caso, sentimo-nos autorizados a mobilizar a literatura de Balzac no estudo da realidade social desse século, compreendendo este autor como um “misto” de romancista e cientista social, como ele mesmo se autodenominava: “Sou, dizia ele, um doutor em ciências sociais” (TAINÉ, 1958, p.xxiv). Além disso, a *Comédia Humana* foi além do simples gênero literário e “[...] foi considerada por Marx como obra [...] criadora do embrião que geraria a moderna sociologia” (CONY, 2004, p.9).

Certamente, como já vimos, não seríamos os primeiros a utilizar a literatura como meio de orientação no desenvolvimento de pesquisas.⁴ De acordo com Antonio Cândido (2000, p.11), são seis as modalidades mais freqüentes de estudos que relacionam sociologia e literatura. Entre estas modalidades acreditamos se encontrar a proposta do nosso trabalho, que, ao concordar que as “[...] obras espelham ou representam a sociedade, descrevendo os seus vários aspectos”, pretende ressaltar no romance, os diálogos e tramas que possam jogar uma luz sobre o comportamento do ator econômico na emergente sociedade de mercado.

Tivemos também outras motivações para o emprego da literatura em nosso trabalho. A disciplina de metodologia, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC no 1º semestre de 2003, oportunizou-nos reflexões sobre a rigidez a que se submeteram as ciências sociais desde a sua institucionalização como disciplinas. Partindo de tais reflexões, e com base na relação de “equivalência” entre o conteúdo de uma obra literária e a realidade, consideramos adequado lançar mão desse tipo de pesquisa no campo das ciências sociais. “Lembremos que, hoje em dia, o romance não constitui para nós apenas uma diversão. É um importante instrumento de conhecimento indireto, abre-nos ambientes e perspectivas que nunca teríamos a oportunidade de conhecer, fornece uma visão prática e real do mundo” (RÓNAI, [?], p.35). Segundo Amora (1981), a arte literária pode servir como instrumento de conhecimento da realidade, na medida em que foi o resultado das realidades que o escritor, através de suas obras, conseguiu conscientizar. Nessa perspectiva, confiamos na pertinência de comparar as análises da sociologia econômica clássica e da literatura do

⁴ Para viabilizar nosso projeto e atingir o objetivo proposto pretendemos renunciar de antemão às controvérsias que possam estar situadas na teoria literária, na filosofia, na história e inclusive na sociologia da literatura. São provavelmente objeto de muitos questionamentos, mas que fugiriam ao foco do nosso estudo.

século XIX, mais precisamente daquelas análises que gravitaram em torno das características da sociedade de mercado e de suas conseqüências sociais.

Para isso, procederemos inicialmente a uma breve apresentação das análises de alguns autores da sociologia econômica clássica e moderna, essencialmente com Weber, Durkheim e Polanyi, focando as críticas aos pressupostos da Economia Política, assim como as reflexões sobre os condicionantes da emergência da sociedade de mercado e seus impactos sociais.

Na seqüência, com o objetivo de analisarmos a concepção de Balzac sobre a emergência da sociedade de mercado e do ator econômico moderno, nos apoiaremos fundamentalmente no romance *Eugênia Grandet*, assim como num conjunto de textos escolhidos por Paulo Rónai para a edição brasileira da *Comédia Humana* de 1958. Com base numa série de textos complementares, alguns inclusive do século XIX, tentaremos chegar a algumas conclusões à respeito da percepção que Balzac tinha da sociedade de mercado. Optamos, nessa unidade 3, por um formato de apresentação específico, destacando as passagens do romance do corpo do texto independentemente do número de linhas que elas contenham. Essa escolha se deu por uma questão estética e para melhor diferenciar a nossa análise do romance em si.

1.2. Questões Norteadoras

- a) Como é analisada a emergência da sociedade de mercado pela Economia Política?
- b) Quais os contrastes apresentados pela sociologia econômica clássica em relação a essa análise?
- c) Quais as principais críticas feitas pela sociologia econômica clássica à Economia Política em relação a sua análise da emergência da sociedade de mercado e ao comportamento do ator econômico moderno?
- d) Como Balzac descreve o novo ator econômico?
- e) Quais são, de acordo com Balzac, as consequências sociais do comportamento do ator econômico moderno?
- f) Balzac propõe alguma alternativa para a sociedade de mercado?

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar a descrição da emergência da sociedade de mercado no romance *Eugênia Grandet*, de Balzac, bem como das principais consequências sociais dessa emergência e comparar com as análises de alguns autores da sociologia econômica clássica, em particular Émile Durkheim e Max Weber.

1.3.2. Objetivos Específicos

- a) Identificar quais são as críticas da sociologia econômica clássica à Economia Política.
- b) Identificar os condicionantes da emergência da sociedade de mercado de acordo com os sociólogos e economistas.
- c) Analisar as reflexões dos sociólogos clássicos à respeito das consequências sociais desta emergência.
- d) Identificar as motivações do comportamento do ator econômico moderno no romance *Eugênia Grandet*.
- e) Analisar como Balzac vê as consequências sociais do comportamento do novo ator econômico.

- f) Identificar as alternativas sugeridas, tanto pela sociologia econômica clássica quanto por Balzac, no que diz respeito a uma outra economia.
- g) Contribuir para a averiguação da existência de similitudes entre as análises da sociologia econômica clássica e da literatura realista.

2. ANÁLISES CONTRASTANTES DA SOCIEDADE DE MERCADO NA ECONOMIA E NA SOCIOLOGIA

2.1. O lado da Economia Política

A "auto-suficiência" dos modelos macro e microeconômicos⁵ tem servido em muitas ocasiões para legitimar o discurso no campo político. Analistas e economistas ao tratar do "mercado" corroboram para afirmar a autonomização de uma esfera da vida social, lançando mão de justificativas que têm sua gênese no liberalismo⁶. Nessa perspectiva, o mercado auto-regulado se converte no objeto central da teoria econômica. "É um sistema teórico fechado, no sentido de que, em princípio, não é necessário examinar as instituições sociais, políticas e jurídicas para entender como os preços são produzidos pela interação entre oferta e demanda" (FERNANDES, 1995, p.16).

Para que uma economia funcione segundo as leis do mercado, é preciso que este exista como uma instituição independente, com uma vida própria capaz de resistir a qualquer obstáculo social, cultural, religioso, etc; um local onde as pessoas se encontrem apenas para comerciar e barganhar o máximo possível, sem levar em conta o comportamento de terceiros. Portanto, "era preciso que as instituições que regem a vida econômica cessassem de proteger o mais fraco, que a livre concorrência nos mercados reinasse soberana, abolindo-se tarifas protecionistas, regulamentos corporativos, companhias privilegiadas, etc" (SINGER, 1984, p.130). Enfim, tratava-se de um protesto ao pensamento mercantilista e uma exortação ao "credo liberal".

Além da suposta independência da instituição mercado em relação ao seu entorno social, funcionando como um ente autônomo que opera e se auto-ajusta (equilíbrio) em função da correlação de forças que o compõem (oferta e demanda), a própria vida econômica encontra-se, pelo menos discursivamente, isolada ou isenta de qualquer influência extra-econômica. Para melhor entender esse suposto fenômeno de autonomização da esfera econômica, é preciso adotar uma postura histórica e analisar a própria trajetória.

⁵ Como exemplo podemos citar as curvas IS-LM, modelo utilizado pela macroeconomia para explicar o comportamento nos mercado de bens (IS) e monetário (LM) a partir de alterações na taxa de juros (DORNBUSCH & FISCHER, 1991, p.153).

⁶ Doutrina que defendia a liberdade e não interferência do Estado na economia. Por exemplo, a "mão invisível" de Adam Smith coordenava o equilíbrio entre a oferta e a demanda no mercado. "O conceito do liberalismo [...] relaciona as posições sociais com a questão dos preços e o intercâmbio de bens e os conseqüentes resultados nas

2.1.1. Análises dos economistas a respeito dos condicionantes da emergência da sociedade de mercado

Até o século XVIII alguns economistas haviam estudado os fenômenos econômicos à luz da doutrina mercantilista, onde a economia encontrava-se bastante regulada pelas instituições sociais, morais e, sobretudo, políticas. De fato, sob a influência das descobertas científicas no campo das ciências naturais. “[...] a Economia Política nasce com a responsabilidade de desvendar e enunciar a ‘lei natural’ que regia a nova sociedade econômica. Essa preocupação com a ‘lei natural’ pressupunha a identificação de um princípio unificador que reduzisse todos os fenômenos da vida econômica a um sistema inteligível e coerente” (BELLUZZO, 1980, p.19).

Não obstante, “é com os fisiocratas e a obra de Adam Smith que a idéia de uma esfera econômica como sistema autônomo de partes integradas chega à maturação” (TRIGILIA, 2002, p.27). O *Tableau économique* de Quesnay, de 1758, foi de significativa importância para a concepção da economia como uma ciência autônoma e isolada, com leis próprias ao seu funcionamento. “Quesnay propôs a idéia de uma máquina que se autoregula, ou seja, um conjunto de fenômenos que interagem entre si, que se condicionam reciprocamente segundo leis que lhes são próprias e que podem ser estudados independentemente de outras formas de relações sociais” (TRIGILIA, 2002, p.28). Na verdade, uma analogia com a circulação sanguínea. Neste sentido, os fisiocratas foram os primeiros a constituir uma escola de pensamento voltada para a compreensão do funcionamento do campo econômico, buscando leis gerais a partir do comportamento dos seus atores. Os fisiocratas “[...] formaram sua teoria de uma economia funcionando de maneira ideal, que automaticamente tenderia a conseguir resultados ótimos não fossem os distúrbios introduzidos pelos seres humanos sem conhecimento a respeito da ordem natural” (RIMA, 1977, p.81).

Na seqüência, a obra de Adam Smith, intitulada *A Riqueza das Nações*, de 1776 é o marco teórico da institucionalização da economia como disciplina e o ponto de partida para a análise da sociedade de mercado sob ótica da Economia Política. Na sua investigação, Smith (1996) chegou a algumas conclusões sobre o funcionamento da economia que, em certa medida, não haviam sido contempladas pela fisiocracia. Um dos acréscimos às reflexões anteriores é que a riqueza de uma nação não está restrita aos ganhos proporcionados pela “indústria do campo”, a agricultura, mas também à indústria das cidades. Chega a essas

rendas. Se até então a causa da riqueza era o poder legalmente fundamentado, agora a riqueza é que é a base da posição social [...]” (MÜLLER-ARMACK, 1983, p.198).

conclusões porque tem como fonte de observação o crescimento industrial das principais cidades da Inglaterra e da Escócia, sua terra natal.

Smith (1996, p.73) observou que a riqueza de uma nação era conseqüência do incremento das forças produtivas gerado pela divisão do trabalho, introduzida na indústria. Por sua vez, a divisão do trabalho é um processo histórico inevitável, pois resulta de uma característica do ser humano. “Ela é a conseqüência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana [...] a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra”. É através da divisão do trabalho que os homens se relacionam entre si. Todavia, é uma cooperação utilitarista que resulta da divisão do trabalho, uma vez que ela está baseada no interesse egoísta. Como Smith (1996, p.74) observou, o homem é o único entre os animais que tem a faculdade de barganhar, mas o faz com o objetivo de atrair para si aquelas utilidades de que não dispõe e que não conseguiria apenas pela “benevolência alheia”. “O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa”.

De acordo com Smith, a sociedade é formada por conjuntos de indivíduos e seus respectivos talentos. São estes talentos que lhes permitem produzir parte das utilidades imprescindíveis à sua reprodução e para a dos demais indivíduos. Porém, em função da especialização alcançada pela divisão do trabalho, o produtor não encontra mais escopo para a sua produção somente no seu consumo particular, sendo obrigado a vender o seu excedente, bem como, comprar o excedente produzido por outros indivíduos e assim completar a cesta de itens necessários à sua reprodução. E “é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos” (SMITH, 1996, p.74). Nesse sentido, a propensão humana à barganha, característica inata e exclusiva do homem, levaria à divisão do trabalho e ao conseqüente aprimoramento das forças produtivas num nível que exigiria um mercado cada vez mais extenso para o conjunto das mercadorias oriundas desse processo. O êxito e a expansão das trocas vai depender, especialmente, dos limites do mercado. “Como é o poder da troca que leva à divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder, ou em outros termos, pela extensão do mercado” (SMITH, 1996, p.77). Todavia, o princípio que rege o mercado é o da “mão invisível”, ele é responsável pela harmonia dos interesses que leva ao equilíbrio entre a oferta e a demanda. Nesse caso, Smith (1996) prega a não interferência do Soberano (Estado) na esfera

econômica, salvo se a interferência contribuir para a ampliação do mercado através da garantia da infra-estrutura, como, por exemplo, a ampliação do transporte fluvial.

Portanto, percebemos que a passagem de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial e a emergência da economia de mercado representa para Smith um mecanismo natural, inevitável, uma vez que resulta de uma característica da natureza humana. Como veremos agora, o próprio funcionamento do mercado pode também ser explicado partindo-se de premissas que dizem respeito às características intrínsecas do ator econômico.

2.1.2. Pressupostos teórico-metodológicos

A Economia Política, como disciplina, surge a partir da necessidade de uma sistematização das ações humanas respeitantes à sua reprodução material. Dado que a satisfação das necessidades requer a utilização de recursos materiais que se encontram na natureza em quantidades limitadas, seria imprescindível que uma ciência dissesse qual a melhor maneira de satisfazer tais necessidades. Em outras palavras, os homens possuem necessidades ilimitadas, mas os bens são “escassos”.

Somente uma ciência capaz de sistematizar as ações ditas “econômicas” teria o mérito de construir modelos abstratos para explicar o comportamento dos atores econômicos, diante de uma situação de escolha. “A ação se realiza segundo normas de eficiência, de tal modo que os meios escolhidos possam ser considerados os mais adequados de acordo com o conhecimento disponível” (FERNANDES, 1995, p.23).

Todavia, refletir acerca da metodologia pertinente para esta nova disciplina não foi preocupação fundamental dos autores antes do século XIX. Somente mais tarde, com as obras de John Stuart Mill, é que se percebe o interesse em propor um método e delimitar o campo de estudo da Economia Política. Deduz-se das suas reflexões que havia uma preocupação em sistematizar a ciência econômica, normatizá-la e a partir daí considerar os fenômenos relativos à sua análise.

“A humanidade não mediu o terreno para o cultivo intelectual antes de começar a plantá-lo; não dividiu o campo de investigação humana primeiro em compartimentos regulares, para em seguida começar a colher verdades com o propósito de serem ali depositadas; procedeu de modo menos sistemático” (MILL, 1984, p.296).

John Stuart Mill está entre os precursores da Economia Política que, passando pela economia marginalista, culminou na economia neoclássica. Para sermos mais exatos, Mill representa a transição da Economia Política clássica para a economia neoclássica. O

pensamento político e social de Mill está contido nas suas principais obras: *Princípios de Economia Política* (1848), *Da Liberdade* (1861) e *Utilitarismo* (1863). O primeiro, um estudo aprimorado das obras de Ricardo e Smith sobre as leis da produção da riqueza, da distribuição e da troca é considerado por muitos como um manual básico de economia que pouco representa se comparado às obras de seus predecessores. No *Utilitarismo*, sob influência da obra de Bentham⁷, Mill descreve o princípio da utilidade, segundo o qual consideram-se acertadas as ações que visam promover a felicidade e erradas as que vão em sentido contrário. A felicidade é entendida como “prazer e ausência de dor”, portanto os indivíduos tendem a valorizar as coisas pelo prazer que estas possam lhes proporcionar⁸. Finalmente, em *Da Liberdade*, o indivíduo é apresentado por Mill como o ícone da sociedade, e todas as suas potencialidades intrínsecas poderão melhor se desenvolver na ausência de impedimentos externos que possam obstar-lhe a liberdade individual. É do indivíduo que emana toda a possibilidade de progresso e desenvolvimento da sociedade.

Num texto curto, mas fundamental, Mill delimita o objeto de pesquisa da Economia Política, assim como o método apropriado para analisá-lo. Segundo Mill (1984), esta ciência procede sob a suposição de que a humanidade é um conjunto de indivíduos motivados unicamente pelo desejo de adquirir e consumir riqueza, optando em todos os casos, em razão de sua índole, por uma quantidade maior de riqueza em relação a uma menor. Portanto, caberia à Economia Política ocupar-se das ações orientadas pela busca de riqueza, e inclusive às ações que pudessem obstruir ou dificultar tal objetivo. Estas últimas, “[...] ela considera até certo ponto, em seus cálculos, porque não apenas, como outros desejos, ocasionalmente conflitam com a busca da riqueza, mas a acompanham sempre, como obstáculo ou impedimento, e estão portanto, inseparavelmente misturados em sua consideração” (MILL, 1984, p.304).

Para a Economia Política, a sociedade consiste numa abstração que ela considera apenas superficialmente como um aglomerado de indivíduos. Portanto, ela leva em conta

⁷ Jeremy Bentham (1748-1832), filósofo, jurista e economista inglês, criador do utilitarismo e célebre pela obra *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação* (1789) em que defende esse sistema filosófico, segundo o qual a felicidade está na busca do que é útil. Nesse sentido, os indivíduos serão motivados pelo egoísmo e pela busca da felicidade, afastando-se da dor e aproximando-se ao máximo do prazer.

⁸ Esta filosofia utilitarista lançou as bases para que uma das correntes da ciência econômica, a marginalista, definisse o valor a partir do conceito de utilidade. “De acordo com esta abordagem, a atividade econômica se dá essencialmente entre o homem e o meio físico e o homem atribui valor aos objetos ou serviços, na medida em que estes satisfazem suas necessidades”. O princípio da utilidade parte da idéia de que o valor das coisas é dado subjetivamente pelo grau de satisfação que possam proporcionar. Na sua antípoda, encontra-se a teoria do valor-trabalho, quantificado pelo tempo de trabalho necessário para a atividade econômica, que caracteriza as teorias clássicas e marxista (Singer, 1984, p.12).

apenas aqueles fenômenos sociais que se relacionam com a busca de riqueza. “Faz total abstração de toda outra paixão ou motivo humano, exceto aqueles que podem ser tidos como princípios perpetuamente antagonistas ao desejo de riqueza, notadamente a aversão ao trabalho e o desejo da satisfação presente de indulgências dispendiosas” (MILL, 1984, p.304). Como considera o homem somente na medida em que este se orienta pela busca de riqueza, deduz então, que em situações de escolha, ele terá um comportamento maximizador e a capacidade de empregar os meios mais eficientes para lograr seu objetivo. Todavia, os meios empregados pelos indivíduos com a intenção de maximizar a riqueza estão desprovidos de qualquer juízo de valor moral. À Economia Política não cabe julgar se eles são bons ou maus, mas se são eficientes ou não. “Há uma consideração da atividade humana que tem o objetivo de avaliar se ela é boa ou não. Tampouco esta consideração representa, é claro, o ponto de vista da ciência econômica: trata-se, com efeito, de consideração própria da *moral*” (NAPOLEONI, 1988, p.20). Teoricamente, os economistas insistem em deixar fora do seu domínio e relegar às outras ciências o que, no entender de alguns sociólogos, estaria inseparavelmente ligado ao domínio econômico.

Após delimitar o objeto da Economia Política, Mill parte para a definição de seu método, pois, “[...] a consideração da definição de uma ciência está inseparavelmente ligada à do método filosófico da ciência, a natureza do processo pelo qual suas investigações devem ser conduzidas, suas verdades devem ser alcançadas” (MILL, 1984, p.306). Segundo Mill (1984), a Economia Política deve proceder às suas investigações a partir de premissas estabelecidas, o que faz dela uma ciência abstrata e com um método *a priori*, ou seja, raciocina com base numa hipótese assumida. Isto porque, de acordo com Mill (1984), não é possível partir de um fato específico e daí estabelecer conclusões, o que caracteriza o método indutivo, ou *a posteriori*. Deve-se primeiro levantar hipóteses com base em assunções, e depois das suas constatações, pode-se eventualmente com auxílio do método *a posteriori*, reforçar as conclusões derivadas da investigação. A investigação de um fato real e particular (por indução) representa, portanto, a “aplicação da ciência” e de maneira alguma seu método.

Conclui que a Economia Política “[...] raciocina a partir de premissas assumidas – a partir de premissas que poderiam não ter nenhum fundamento nos fatos e que não se pretende estarem universalmente de acordo com eles” (MILL, 1984, p.308). A Economia Política é uma ciência que diz como os atores econômicos se comportariam se o postulado do ator econômico fosse verdadeiro e não como eles realmente se comportam. Entretanto, Mill (1984) está consciente do lado problemático do seu argumento, mas ele o defende por duas razões.

Primeiro porque é necessário, é assim que a ciência deve proceder, ou seja, por abstração ou simplificação e segundo, porque este postulado é o que mais se aproxima da verdade.

Outros pressupostos (noção de equilíbrio entre oferta e demanda; ordem natural; *homo oeconomicus*) fizeram parte do arranjo teórico-metodológico que conferiu à ciência econômica a demarcação de sua fronteira enquanto disciplina. Ainda assim, ela prosseguiu voltada à elaboração de modelos abstratos descolados da realidade ou que a apreendem simplificadamente.

O “sujeito” do modelo teórico-ideológico da Economia Política culmina com a noção de *homo oeconomicus*. Consiste na construção ideal de um indivíduo dotado de capacidade para agir racionalmente através escolhas sistemáticas que, conforme vimos anteriormente, levam à maximização dos resultados do seu objetivo. “Deixado a si mesmo encontraria sempre uma situação de equilíbrio que proporcionaria respostas ‘ótimas’ a todas as demandas [...]” (SINGER, 1978, p.vi). O uso da razão no domínio da natureza e a supressão das crenças em forças ocultas foram incentivos para a disseminação ideológica do estatuto do *homo oeconomicus* e talvez por isso tenha encontrado alento nas teorias da época. “A sociedade, enquanto aglomerado de indivíduos, sedes de razão, [era então] submetida a leis de funcionamento semelhantes àquelas que presidiam ao reino da natureza” (BELLUZZO, 1980, p.18). A racionalização das ações do ator econômico estava em consonância com a supressão das crenças tradicionais.

Mas, para que pudesse se afirmar como ciência na consciência coletiva, “esta ordem particular precisava estar voltada para o bem dos homens, de modo a viabilizar a legitimação desse novo campo de saber” (FERNANDES, 1995, p.51). O bem-estar coletivo é, para a Economia Política, decorrência do êxito individual orientado por um comportamento racional. Cada um buscando seu interesse proporcionaria um conjunto de benefícios à coletividade. Nessa perspectiva, considera os interesses coletivos na medida em que estes são consequência dos interesses individuais. “O indivíduo tinha o direito natural de buscar o interesse, pois, ao fazê-lo, ajudado pela ‘mão invisível’, *fomentava o bem comum*” (DOBB apud BELLUZZO, 1980, p.18, grifo do autor). Vimos como exemplo a “mão invisível” de Adam Smith que pregava uma harmonia no mercado se as forças que o compõem estivessem livres da regulação política, moral, religiosa, etc. Enfim, seguissem o seu livre curso.

Como resposta a essas proposições, a sociologia econômica clássica, e mais recentemente a nova sociologia econômica, vêm apresentando alternativas ao estatuto abstrato e universal do *homo oeconomicus*, através de uma visão pluralista e concreta do ator

econômico, além de colocar-se como crítica às posições reducionistas⁹ da economia neoclássica.

2.2. O contraponto da sociologia econômica clássica e moderna

A partir de reflexões desenvolvidas por sociólogos e antropólogos sobre a emergência da sociedade de mercado, especialmente Weber e Polanyi, pretendemos apresentar, uma versão diferente da versão dos economistas.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que os sociólogos desenvolvem esta reflexão no quadro de uma postura crítica com relação à teoria econômica. “De fato, a sociologia econômica surge no final do século XIX em reação à hegemonia da teoria econômica marginalista e aos limites evidentes de seu programa de pesquisa” (RAUD, 2005, p.127).

Para a sociologia econômica clássica e moderna, o mercado está imerso nas relações sociais, sofrendo influência da multiplicidade de variáveis que formam esse conjunto. Se, em algum momento da história, ele logrou uma posição privilegiada e desprovida de controle social, não foi por muito tempo. Segundo Polanyi (2000), a auto-regulação do mercado teve curta duração na Europa no período mais convulsivo da Revolução Industrial, mas, tão logo se fizeram sentir os efeitos da sua “ação impessoal”, a sociedade tratou de buscar mecanismos de proteção contra o mercado auto-regulado.

Além da análise dos condicionantes da emergência da sociedade de mercado, daremos ênfase à crítica durkheimiana aos pressupostos teórico-metodológicos da Economia Política e aos impactos decorrentes de uma sociedade assentada sobre a ideologia liberal do século XIX.

2.2.1. Os condicionantes da emergência da sociedade de mercado

- O lugar do mercado nos sistemas econômicos anteriores

Até o século XVI os mercados eram apenas um “acessório” da organização social, e antes do século XIX o seu papel encontrava-se subordinado frente a outras instituições sociais. Polanyi subsidia sua análise resgatando a etnografia de Malinowski e Thurnwald, a fim de comprovar que existiram outras sociedades que não estavam organizadas de acordo

⁹ Segundo Jean-Louis Laville, três grandes reducionismos mudaram a relação de economia e sociedade na modernidade: a) economia reduzida a mercado; b) mercado reduzido a mercado auto-regulado; c) empresa reduzida à empresa capitalista. In: *Vers une théorie de l'économie plurielle: une contribution à la nouvelle sociologie économique à partir de Mauss et Polanyi*. Texto apresentado no 28º Encontro Anual da ANPOCS.

com o princípio do mercado. Seu estudo teve como objeto central os rituais praticados pelas tribos da Melanésia ocidental, o circuito *Kula*, e o *potlatch* dos Kwakiutl no nordeste dos Estados Unidos. Estes rituais envolvem a troca ou permuta de objetos preciosos, mas não estão organizados segundo os princípios de mercado que conhecemos; nem o lucro nem a riqueza determinam estas trocas, elas se realizam segundo os princípios de reciprocidade e redistribuição respectivamente. Com o resgate da reciprocidade, da redistribuição e da economia doméstica, como princípios de regulação das atividades de produção e distribuição de bens, Polanyi (2000) descreve os sistemas econômicos anteriores e demonstra como a economia nestes sistemas ocupava um lugar subordinado, imerso nas relações sociais.

O princípio da reciprocidade caracteriza-se por uma distribuição determinada pelo padrão da simetria e praticado por sociedades tribais de acordo com suas relações de parentesco. Por exemplo, o circuito *Kula* envolve um sistema complexo e de longa distância para a troca de presentes entre os nativos de várias ilhas. Nessa troca de objetos preciosos, “o que domina não é a propensão à barganha, mas à reciprocidade no comportamento social. O resultado, no entanto, é uma realização organizacional estupenda na área econômica” (POLANYI, 2000, p.70).

O princípio da redistribuição, semelhante ao sistema de organização distributiva dos nossos “vizinhos pré-colombianos”, os Incas, tem como padrão a centralidade e como princípio de organização, a territorialidade. O ritual *Potlatch* praticado pelos Kwakiutl serve de modelo para a compreensão do princípio da redistribuição. No *potlatch*, “[...] parte substancial de toda produção da ilha é entregue pelo chefe da aldeia ao chefe geral, que a armazena. Entretanto, como toda a atividade comunal se centraliza em festas, danças e outras ocasiões quando os ilhéus entretêm uns aos outros [...] torna-se aparente a extrema importância do sistema de armazenamento” (POLANYI, 2000, p.67).

Estes princípios, o da reciprocidade e o da redistribuição, atendem satisfatoriamente às necessidades das sociedades em que são praticados. A vida social não é dirigida pela busca do lucro nas trocas, e o bem-estar coletivo se sobrepõe ao individual. Nem por isso a luta pelo poder e prestígio social está ausente nesses sistemas econômicos. O que os distingue não é a ausência de hierarquia ou de relações de dominação, mas o fato de não estarem organizados de acordo com o “padrão de mercado”, “[...] os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social” (POLANYI, 2000, p.88).

Um terceiro princípio, que ainda difere do padrão de mercado, é o da *domesticidade*. Consiste basicamente num sistema econômico de produção para a subsistência da unidade

produtiva sem interesse em gerar excedentes para a comercialização. “O seu padrão é o grupo fechado [...] o princípio era invariavelmente o mesmo, a saber, o de produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo” (POLANYI, 2000, p.73). Este princípio da *domesticidade* remonta à Antigüidade quando era praticado pelos gregos para a administração do *oikos*¹⁰; daí *oeconomia*, termo familiar à ciência econômica através da *Política* de Aristóteles, também conhecido como “economia doméstica”. Polanyi chama a atenção para o fato de que, apesar do período histórico em que está compreendido o princípio da domesticidade, este não precede a existência dos demais, pelo contrário, “[...] a prática de prover as necessidades domésticas próprias tornou-se um aspecto da vida econômica apenas em um nível mais avançado da agricultura” (POLANYI, 2000, p.73).

Assim, os princípios descritos anteriormente desacreditam a tese de que o homem possua na sua essência a propensão à barganha, como assim pretendem os fundamentos da teoria econômica clássica e neoclássica. O que não implica necessariamente que esta seja uma característica exclusiva da sociedade de mercado, pois sempre existiram homens dispostos a barganhar. No entanto, como vimos, os mercados permaneciam na margem da economia e encontravam-se submetidos ao controle social.

Igualmente, em sua *História Geral da Economia*, Max Weber defende a tese de que, até o século XIX, os mercados estavam subordinados à sociedade como um todo. “O comércio e a produção industrial para o mercado são atividades econômicas acessórias destas grandes unidades domésticas, faltando de modo absoluto, toda distinção entre economia doméstica de tipo consuntivo e economia lucrativa”¹¹ (WEBER, 1968, p.76). Não havia motivação de produzir além do necessário para a manutenção da unidade produtiva, o que incluía a reprodução de seus membros e o pagamento de tributos.

¹⁰ *Oikos* – do grego, casa. “Um *oikos*, em sentido técnico, não é simplesmente toda “grande” comunidade doméstica ou toda aquela que fabrica, por si mesma, produtos variados [...] mas a economia doméstica extensa, autoritariamente dirigida, de um príncipe, senhor de terras ou patricio cujo motivo último não é a *aquisição* capitalista de *dinheiro*, mas a *provisão* organizada, em espécie, das *necessidades* do senhor (WEBER, 1994, p.262, grifos do autor).

¹¹ A economia está dividida em dois tipos fundamentais: a economia consuntiva e a economia lucrativa.

- a) economia consuntiva – está orientada pela satisfação das próprias necessidades e as suas categorias fundamentais são a renda e o patrimônio;
- b) economia lucrativa – está orientada pelas possibilidades de lucro oriundas do intercâmbio. A empresa se “orienta pelas probabilidades de mercado, a fim de obter lucros pelo intercâmbio [...] se propõe conseguir um excedente sobre a estimativa em dinheiro dos valores econômicos empregados na empresa” (WEBER, 1968, p.15).

A economia lucrativa se apoia na rentabilidade de uma empresa ou de um período econômico ao passo que a economia consuntiva se apoia na utilidade marginal dos bens que a compõem (WEBER, 1994, p.16).

Por conseguinte, o processo de evolução¹² para uma economia de mercado esbarrava nos alicerces da tradição. De acordo com Weber (1968), o tradicionalismo foi o grande obstáculo a ser superado pelo capitalismo moderno, consequentemente, um entrave para a emergência de uma sociedade de mercado¹³. Isso porque algumas das prerrogativas para o funcionamento eficiente de uma economia de mercado como a propriedade individual, a mão de obra assalariada e um amplo sistema monetário foram também, como veremos, uma pré condição para o capitalismo moderno¹⁴.

Para entendermos de que maneira o tradicionalismo econômico se opôs à sociedade de mercado, torna-se necessário buscar na historiografia as formas mais rudimentares de condução da atividade econômica. Conforme já observamos com Polanyi, os valores que orientavam a conduta dos atores econômicos não estavam ainda separados dos valores e regras de comportamento de todo o conjunto da sociedade. Tampouco poderíamos nos referir aos integrantes de tal sociedade como “atores econômicos” em função da tênue demarcação entre a esfera econômica e as demais esferas sociais. Inicialmente, os costumes, a religião, a moral e o direito se fundiam quase que numa só instituição. Em muitos casos interferiam práticas tradicionais nas operações realizadas no mercado, ou seja, entre o comprador e o vendedor. Isso porque o mercado ainda se encontrava regulado por normas de caráter religioso e/ou político.

Não obstante, muitos fenômenos eram explicados a partir de uma inclinação mística. Era “[...] muito intensa a influência que exerc[ia] a magia estereotipada do comércio, a grande aversão a introduzir modificações no regime de vida comum, por temor de provocar transtornos de caráter mágico” (WEBER, 1968, p.310). A dificuldade em superar o tradicionalismo não residia somente no caráter mágico que ele implicava. A mudança representava também a exclusão de alguns privilégios e chocava com interesses materiais em jogo: “quando, por exemplo, na China, intentou-se modificar determinadas formas de transporte, ou pôr em prática certos comportamentos mais racionais, pôs-se em perigo as rendas de determinados funcionários” (WEBER, 1968, p.310).

¹² Não consideramos aqui o termo evolução como tendo conotação progressista, e sim, no sentido daquilo que ocorre ulteriormente.

¹³ “De maneira geral, Weber opõe constantemente capitalismo e tradicionalismo econômico [...] No entanto, ainda que a modernidade seja caracterizada por uma racionalização crescente, a tradição não desapareceu completamente [...]” (RAUD, 2005, p.131).

¹⁴ Utilizaremos indistintamente os termos capitalismo e economia de mercado ao longo desse trabalho, em função de que os autores citados não aprofundam a distinção entre um e outro. “Todavia, os sociólogos consideram a economia de mercado como um fenômeno histórico caracterizado por um contexto institucional particular. Razão pela qual eles preferem geralmente falar de capitalismo” (TRIGILIA, 2002, p.115).

Segundo Weber (1968, p.311), nem mesmo a ânsia do lucro levaria à superação do tradicionalismo e à extirpação da magia no seio das relações econômicas, em direção à racionalização das mesmas. O que se observou foi justamente o contrário. Lembra que em homens como Cortez e Pizarro o “desenfreado interesse de lucro só deu lugar a conseqüências econômicas de caráter irracional”. “Para quebrar a força de tal magia e impregnar uma vida nova, com racionalismo, somente foi possível, em todos os tempos, através das profecias racionais” (WEBER, 1968, p.316). Todavia, o homem primitivo e mesmo o medieval não dispunham ainda de um aparato técnico e científico com o qual pudessem racionalizar suas ações. Embora algumas fontes relatem o alto grau de desenvolvimento dos povos da Antigüidade, no que diz respeito a sua organização política e às técnicas agrícolas, nem por isso esses povos desenvolveram um sistema comparável com o que se consolidou na Europa no século XIX¹⁵.

Como foi um processo lento, obstaculizado pelas forças tradicionais, Weber (1968) identificou o surgimento da sociedade de mercado remontando às origens da propriedade senhorial e dos diversos sistemas sociais do Oriente que a precederam, chegando até as conseqüências mais sumárias deste processo, o fim do sistema senhorial. Por conseguinte, em Weber a passagem para uma economia de mercado não se deu de modo abrupto e cataclísmico como em Polanyi. Foi permeada por uma série de conflitos entre senhores territoriais e a burguesia urbana e teve diferentes tempos e momentos, estendendo seus efeitos desde o Oriente até o Ocidente. Teve como uma das suas principais conseqüências o fim da propriedade coletiva e erigiu-se sobre a propriedade privada. A manutenção do sistema feudal ou do senhorio territorial conflitava com um capitalismo ainda incipiente que, no entanto, já fazia sentir seus efeitos. A comercialização da terra deveria estar livre dos entraves feudais e motivava a extinção do senhorio territorial. Ademais, a formação de um mercado de trabalho livre, uma das pré-condições para a sociedade de mercado, era contrária aos interesses e forma de exploração dos camponeses por parte do senhorio territorial.

Na China, o fim da propriedade senhorial e início da propriedade privada foi no século III antes da nossa era. No Japão, a Idade Média perdura até 1861, quando a nobreza apoia a extinção do senhorio territorial (samurais) que passa então a dedicar-se aos negócios, dando origem a uma classe de capitalistas japoneses. “Na Inglaterra, o simples fato da existência de um mercado, como tal, determinou, por si só, a caudicidade do senhorio territorial” (WEBER, 1968, p.08). Na França foi a Revolução de 1789 que acabou da noite para o dia com a propriedade senhorial.

¹⁵ Para maiores informações ver: PRESCOTT (1946) e BRAUDEL (1997).

De qualquer forma, admitiremos que o mercado como epicentro de uma sociedade motivada pelo lucro tem o seu marco no século XIX com o advento da “maquinaria”, iniciado no século XVIII, embora compartilhemos a visão de Weber no que diz respeito ao conjunto de causas responsáveis por essa transformação.

- A institucionalização do mercado enquanto processo consciente e voluntário

Polanyi (2000) afirma que a economia de mercado é uma instituição da nossa época, e por estar presente em nosso dia a dia, em quase todas as relações, tendemos a achar que ela sempre existiu. Para ele, a economia de mercado não é uma decorrência obrigatória do desenvolvimento linear e contínuo de uma economia precedente, mas a “metamorfose”, a abrupta passagem de uma forma de economia anterior para uma economia de mercado. E neste processo de transformação para uma economia de mercado, outras tendências foram submersas pela lógica do lucro.

O que teria sido então responsável por essa abrupta transformação na organização social a partir de uma alteração nos padrões da troca? Quando e como teria se processado a mudança para uma economia de mercado? Para responder a essas questões, Polanyi lança mão da antropologia social e da história, através dos trabalhos etnográficos de Malinowski e Thurnwald e dos registros históricos de Henri Pirenne.

O mercado como epicentro de uma sociedade motivada pelo lucro tem o seu marco no século XIX com o advento da “maquinaria”, iniciado no século XVIII. Contudo não foi somente a máquina a responsável por essa transformação. Segundo Polanyi, mecanismos artificiais foram empregados para a penetração das leis do mercado na vida social. “Não se compreendeu que a engrenagem de mercados num sistema auto-regulável de tremendo poder não foi o resultado de qualquer tendência inerente aos mercados em direção à excrecência, e sim o efeito de estimulantes altamente artificiais administrados ao corpo social, a fim de fazer frente a uma situação criada pelo fenômeno não menos artificial da máquina”(POLANYI, 2000, p.7). Apesar de seu marco histórico estar situado no século XIX, pressupõe um percurso muito anterior a este período. Para isso foi necessário que alguns mecanismos que possibilitam a consistência dessa forma de organização fossem admitidos de modo permanente.

Esse processo de institucionalização do mercado não se deu a partir do desenvolvimento espontâneo de um pequeno comércio local até a sua totalidade no mercado mundial, com o comércio de longa distância. Na verdade, o comércio local e o de longa

distância são, segundo Polanyi (2000), complementares na sua função, uma vez que o comércio local fornece produtos da região sem onerar os custos de transporte e produção devido a sua localização. “Os mercados locais são, essencialmente, mercados de vizinhança e, embora importantes para a vida das comunidades, em nenhum lugar revelam indícios de reduzir o sistema econômico vigente a seus padrões” (POLANYI, 2000, p.83).

Como está circunscrito nos limites das “aldeias”, incide sobre o comércio local a regulamentação das corporações e das guildas quanto às mercadorias produzidas pelos artesãos da comunidade, estendendo-se a regulamentação aos preços e à “exclusão de intermediários” nas transações. Já o comércio de longa distância foge a essas regulamentações devido ao caráter itinerante dos mercadores, na sua maioria estrangeiros, restringindo suas mercadorias aos artigos de luxo, às especiarias, ao vinho, etc, que em função do extenso trajeto a percorrer, sofre com a precariedade das estradas, com os riscos dos assaltos entre outros empecilhos, ficando nesse caso inteiramente submetido ao “[...] domínio do mercador estrangeiro e dos seus métodos de comércio atacadista capitalista” (POLANYI, 2000, p.85).

Apesar desta “harmoniosa” relação entre o pacato comércio local e o de longa distância, lado a lado com suas demandas tão diferenciadas, este último pressionava para a formação de um mercado interno, o que abriria a possibilidade para a competição dentro das fronteiras do território nacional. Entretanto, “as cidades levantaram todos os obstáculos possíveis à formação daquele mercado nacional ou interno, pelo qual pressionava o atacadista capitalista” (POLANYI, 2000, p.86). Contudo, essa resistência fugia às doutrinas mercantilistas, segundo as quais o Estado deveria intervir a fim de liberar as amarras que impediam o desenvolvimento do mercado nacional. A ação do Estado não se limitou à criação do mercado nacional, pois temendo o perigo de que uma competição desenfreada levasse ao monopólio, tanto da oferta como da demanda, tratou logo de regulamentar esse comércio estendendo as leis, que até então eram aplicadas na municipalidade, para o resto do país. Até aí, sob o sistema econômico descrito, os mercados continuavam submetidos à autoridade social, e como lembra Polanyi (2000), eram apenas acessórios da vida econômica.

A passagem de um mercado regulado para um mercado auto-regulado, ou seja, controlado apenas pelos preços e livre de interferências externas, se dá em paralelo com a passagem de um regime político centralizado na figura de um monarca, para um regime democrático representativo. Paulatinamente, todo um conjunto de normas e valores que orientavam a vida social e política foram afastados em nome de um progresso normal, justificável, da relação homem-natureza. Dizemos homem-natureza, porque apesar de

algumas divergências teóricas¹⁶, há um consenso quanto ao fato de que a reprodução material do homem está em estreita relação com o seu meio natural.

Para Polanyi, entretanto, a passagem para uma sociedade de mercado foi um processo consciente e voluntário, ao passo que para Weber, como vimos, essa passagem caracteriza-se pela interferência de uma pluralidade de causas não intencionais.

- “Mercadorias fictícias”

Uma das pré-condições para o pleno funcionamento da economia de mercado é que os produtos e serviços sejam passíveis de comercialização e que o único intermediário numa negociação entre o vendedor e o comprador seja o preço. Essa possibilidade de mercado para toda a produção, equilibrado por um sistema de preços, requer uma liberdade econômica destituída de qualquer regulação por parte do Estado. As políticas estatais devem estar orientadas para a liberdade do comércio. “Assim, é preciso que existam não apenas mercados para todos os elementos da indústria, como também não deve ser adotada qualquer medida ou política que possa influenciar a ação desses mercados” (POLANYI, 2000, p.90).

Em particular, os fatores produtivos como terra e trabalho, num sistema de mercado auto-regulado, precisam estar livres das amarras institucionais. Entretanto, essa nova condição que permitia a comercialização da terra e do trabalho seguiu acompanhada de uma transformação na vida das pessoas, pois, segundo Polanyi (2000, p.93) “o trabalho e a terra nada mais são dos que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado”.

Anterior a esse mecanismo de mercado auto-regulado, a terra e o trabalho andavam lado a lado no que diz respeito a sua sucessão, além de formar a base própria do organismo social. “A terra, o elemento crucial da ordem feudal, era a base do sistema militar, jurídico, administrativo e político, seu status e função eram determinados por regras legais e costumeiras” (POLANYI, 2000, p.91).

Com a organização do trabalho não era diferente. Ela era regulada por um sistema de guildas que estipulava as principais condições nas relações de trabalho. “As relações do mestre, do jornaleiro, do aprendiz; as condições do artesanato, o número de aprendizes, os salários dos trabalhadores, tudo era regulamentado pelo costume e pelas regras da guilda da cidade” (POLANYI, 2000, p.91). Além da possibilidade de comercialização da terra, através

¹⁶ Para maior compreensão ver a diferença entre economia formal e economia substantiva. In: Polanyi (1957).

do parcelamento do solo, e da força de trabalho através do assalariamento, outra mercadoria era necessária para organizar e garantir o funcionamento da economia de mercado, esta mercadoria é o dinheiro (POLANYI, 2000).

Como Weber (1968, p.14) já havia destacado, o dinheiro permite a racionalização da atividade econômica. “Esta utilização do dinheiro, possibilitando uma contabilidade, e permitindo um denominador comum a que se podem referir todos os bens, reveste-se da maior importância, pois, somente assim se nos oferece uma premissa para a *racionalidade calculadora* da atividade econômica”.

O dinheiro também impactou as barreiras culturais, as quais gradativamente foram eliminadas das consciências coletivas. À medida que o cálculo racional foi penetrando nas atividades econômicas, tendo como unidade de conta o dinheiro, foi afastando alguns obstáculos ao pleno desenvolvimento de uma economia de mercado¹⁷. Esse processo implicou ao longo do tempo numa redução dos signos tradicionais que até então faziam parte dos processos econômicos, como por exemplo, a restrição do comércio entre membros de uma mesma tribo. Isso porque, “o mercado “livre”, isto é, não comprometido por normas éticas, com sua exploração da constelação de interesses e da situação de monopólio e com seu regateio [era] considerado por toda ética algo condenável entre irmãos” (WEBER, 1994, p.420).

Mas aos poucos, a tão condenada prática de obter lucros entre os membros de um mesmo grupo foi superada em prol de uma racionalidade calculadora. “O cálculo penetra no processo das associações tradicionais, desintegrando velhas relações de caráter piedoso. Enquanto isso dentro de uma comunidade familiar, tudo se calcula e já não se vive num regime estritamente comunista; cessa a piedade simples e ingênua, e desaparece toda limitação de ânsia de lucro” (WEBER, 1968, p.311).

Dinheiro, terra e força de trabalho são, segundo Polanyi (2000), “mercadorias fictícias”, pois a terra nada mais é do que a natureza, a força de trabalho representa os seres humanos e, finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo que representa o poder de compra. Daí o caráter fictício dessas mercadorias, porém imprescindíveis à manutenção de um mercado auto-regulado. Não precisamos aqui vasculhar os anais da história ocidental para

¹⁷ Consiste na superação da “dupla ética”. Havia uma *moral de grupo* que não permitia o comércio entre membros de uma mesma tribo, ou, entre irmãos e uma *moral com referência a estranhos* : “critério segundo o qual toda pessoa estranha é um inimigo, frente ao qual não existem barreiras éticas” (WEBER, 1968, p.311). Embora o cálculo tenha contribuído para essa superação, Weber (1968, p.318) também aponta a importância da Reforma para o rompimento desse sistema: “A supressão dos *consilia evangelica*, pela reforma luterana, representou a ruína da dupla ética, isto é, da distinção entre uma moral que a todos obriga e outra de índole particular e vantajosa”.

concluirmos que o lema do progresso que acompanhou o desenvolvimento econômico no século XIX trouxe consigo uma leva de seres humanos “dispostos” a vender a última propriedade que lhes restava: sua força de trabalho. Os desdobramentos desse “progresso” nos são bastante conhecidos, e de certa forma, foram o ponto de partida para este trabalho.

O processo consciente que contribuiu para o “colapso” das sociedades tradicionais e a emergência de uma sociedade dirigida por mercados auto-regulados, foi segundo Polanyi (2000, p.168), organizado pelo princípio do liberalismo econômico do século XIX. “Não foi senão nos anos de 1830 que o liberalismo econômico explodiu como uma cruzada apaixonante, e o *laissez-faire* se tornou um credo militante”. Todavia, a matriz da doutrina liberal é bem anterior ao século XIX e, de certa forma, já antecipava a legitimação do auto-interesse.

- A ideologia moderna segundo Louis Dumont

“O nascimento da Economia Política, como disciplina autônoma, está amplamente comprometido tanto com modificações que se produziram no âmbito econômico, quanto com as transformações operadas na consciência dos povos” (BELLUZZO, 1980, p.18). Ao resgatar essa citação, estamos nos referindo a todo um conjunto de normas e valores por ela disseminados com o objetivo de explicar as transformações ocorridas no seio da sociedade.

Até agora vimos que é inegável a importância da dimensão histórica. Todavia ela seguiu acompanhada de “uma transformação profunda [que] teve lugar na Europa ocidental ao longo dos séculos e foi assinalada de forma espetacular pela emergência de novas categorias de pensamento, como o político e o econômico, e das instituições correspondentes” (DUMONT, 2000, p.27). Ao conjunto de valores estruturantes dessa nova forma de sociedade, Louis Dumont chamou de “ideologia moderna”¹⁸.

Num estudo em que analisa comparativamente as sociedades tradicionais e a sociedade de tipo moderno, este autor diagnosticou que houve uma inversão de prioridade no tipo moderno de sociedade. Enquanto nas sociedades tradicionais as relações entre os homens são mais cultivadas e “altamente valorizadas”, em detrimento das relações entre os homens e as coisas,

¹⁸ “A definição de ideologia que adoto repousa, assim, sobre uma distinção de ponto de vista e não de conteúdo. Não tomo como ideologia o que permaneceria depois de se ter eliminado aquilo que é tido como verdadeiro, racional, científico, mas, ao contrário, tudo o que é socialmente pensado, acreditado, atuando, a partir da hipótese de que há uma unidade viva disto tudo, escondida sob nossas distinções habituais. A ideologia não é considerada

verifica-se o contrário nas sociedades de tipo moderno, onde as relações entre os homens estão submetidas às relações entre os homens e as coisas¹⁹ (DUMONT, 2000). Além disso, nas sociedades tradicionais os indivíduos estão dispostos numa relação de hierarquia e as suas necessidades individuais se confundem com as necessidades do grupo, ao que o autor chamou de “concepção holista”. Em contrapartida, a sociedade de tipo moderno pressupõe uma condição de igualdade entre os indivíduos; “[...] a nosso ver cada homem é uma encarnação da humanidade inteira e, como tal, é igual a qualquer outro e livre. É o que chamo de ‘individualismo’” (DUMONT, 2000, p.14). Todavia, nem toda sociedade tradicional, ou de concepção holista, possui o mesmo grau de hierarquia como nem sempre a igualdade se faz presente nas sociedades individualistas. “De um lado, o individualismo não implica somente a igualdade, mas também a liberdade, e nem sempre há convergência entre a igualdade e a liberdade, e a combinação entre ambas varia de uma sociedade de tipo individualista à outra” (DUMONT, 2000, p.15). Dessa forma, as necessidades e objetivos individuais se sobressaem na concepção individualista e cada um é livre para satisfazê-las. Ademais, necessidades distintas da concepção holista são criadas socialmente na concepção individualista.

Outra distinção possível entre as sociedades tradicionais e as de tipo moderno diz respeito à concepção de riqueza. Enquanto nas primeiras, a “riqueza imobiliária” era considerada superior por assinalar uma relação entre homens, a “riqueza mobiliária” era desprezada por representar apenas uma relação com coisas. “Com os modernos, produziu-se uma revolução neste ponto: o vínculo entre a riqueza imobiliária e o poder sobre os homens foi rompido, e a riqueza mobiliária adquiriu plena autonomia, não apenas em si mesma, mas como a forma superior de riqueza em geral, ao mesmo tempo em que a riqueza imobiliária torna-se uma forma inferior, menos perfeita” (DUMONT, 2000, p.17). Esta inversão revela uma nova “categoria de riqueza”, nas suas palavras, autônoma e unificada. “É a partir de então que uma clara distinção pode ser feita entre o que chamamos de ‘política’ e o que denominamos ‘econômico’” (DUMONT, 2000, p.17).

A inversão de valores apontada por Dumont, a partir de uma transformação no plano da consciência coletiva permite identificar uma “ideologia econômica”, que separa o econômico do conjunto da sociedade conferindo-lhe uma posição de destaque. “Dada a primazia do ponto de vista econômico no mundo moderno, é natural supor que este ponto de vista deva estar profundamente enraizado na constituição mental do homem moderno, que deva ter para ele

aqui como um resíduo, é a unidade da representação, uma unidade que não exclui, todavia, a contradição ou o conflito” (DUMONT, 2000, p. 35).

¹⁹ Fenômeno tratado anteriormente por Marx (1982) sob o conceito de fetichismo da mercadoria.

implicações particulares não desprovidas de significações, mas que são susceptíveis de lhe escapar [...]” (DUMONT, 2000, p.38).

De maneira consciente ou não, as primeiras obras de Economia Política contribuíram, até certo ponto, para a disseminação ideológica dos seus pressupostos, seja em nível acadêmico e teórico, seja em nível do senso comum, oferecendo aos indivíduos um parâmetro ideal para as suas ações; é o caso do estatuto do *homo oeconomicus* com a escolha racional e o conceito do valor utilidade. “A perspectiva econômica desenvolveu-se, de fato, a partir de uma pulsão ideológica que influiu poderosamente no seu curso, pelo menos nos estádios iniciais” (DUMONT, 2000, p.39)²⁰.

Três foram as obras selecionadas por Dumont para evidenciar a gênese de uma “ideologia global” e a sua relação com o surgimento de um “domínio separado”, o econômico. Elas influenciaram o pensamento de Adam Smith, em particular, na *Riqueza das nações*, considerado como o marco teórico da institucionalização da Economia Política como disciplina autônoma. Dumont parte inicialmente de Quesnay com o intuito de demonstrar na obra desse autor o surgimento do econômico como uma categoria distinta, embora para Quesnay, a economia ainda estivesse imbricada no todo, ou seja, o holismo predominava em detrimento do individualismo. Em seguida, Dumont analisa os trabalhos de Locke e Mandeville, onde o domínio econômico emancipa-se do político e da moral respectivamente, e onde “[...] o holismo é substituído e o individualismo impõe sua lei” (DUMONT, 2000, p.77).

Segundo Dumont (2000, p.55), “[...] os *Dois Tratados sobre o Governo* de Locke são muito esclarecedores no que concerne à relação com o político, e a famosa *Fábula das Abelhas* de Mandeville no que concerne à moralidade”.²¹ No capítulo V do *Segundo tratado sobre o governo*, Locke justifica a origem da propriedade privada individual a partir do trabalho e era contra o conceito de propriedade dominante, segundo o qual, ela resultava de uma ordenação divina. Por consequência, a influência de Locke aparece na *Riqueza das Nações* com a “teoria do valor trabalho”. Da mesma forma, há, segundo Dumont, uma sutil influência de Mandeville em Smith que apareceria na *Riqueza das Nações*, sob a justificativa de que cada indivíduo, ao buscar seu interesse egoísta, contribuiria para o bem-estar coletivo. Transformando vício em virtude, Mandeville preconiza a autonomia da esfera econômica em relação à moral, mostrando através da sua “fábula” que uma sociedade fundada na virtude não

²⁰ Polanyi também sublinhou este ponto.

²¹ Não temos aqui a intenção de aprofundar a análise das referidas literaturas, aproveitamos apenas para citá-las como subsídio a outros trabalhos que possam estar relacionados ao tema.

proveria satisfatoriamente o bem-estar coletivo, enquanto que os vícios de alguns, ao contrário, poderiam levar ao benefício de todos.

Seguindo no plano das idéias, veremos a seguir como a "ética protestante" contribuiu para a legitimação de um comportamento voltado para o ganho econômico.

- **A ética protestante**

Dentro da sociologia econômica clássica, podemos encontrar uma explicação de caráter religioso para a legitimação do auto-interesse. Em "A ética protestante e o espírito do capitalismo", Weber identificou na religião protestante as características de sua ascese que contribuíram para uma profícua conduta de vida, na qual as conquistas materiais são legítimas por significarem prêmios ou dádivas ao laborioso cumprimento do dever. "Mas tal disposição não está dada na natureza. E tampouco pode ser suscitada diretamente [...], só podendo ser o produto de um longo processo educativo" (WEBER, 2004, p.54). Entendemos aqui essa disposição ao ganho aquisitivo como uma variação do auto-interesse, embora este não se realize somente pelo trabalho, mas por quaisquer meios que possam satisfazê-lo.

Quando Weber fala de "espírito do capitalismo", está se referindo a uma disposição para a aquisição pacífica de lucro através do trabalho. Como já dissemos, tal disposição foi disseminada através de um processo educativo que teve como vetor a religião protestante. Não que os responsáveis pela Reforma tenham exortado seus fiéis a saírem e voltarem com suas arcas cheias de dinheiro, isso foi apenas uma consequência involuntária de sua filosofia de vida. "Impossível acreditar que a ambição por bens terrenos, pensada como um fim em si, possa ter tido para algum deles um valor ético" (WEBER, 2004, p.81). Mas, enquanto para o catolicismo a salvação da alma requeria um isolamento monástico e o desprendimento dos bens terrenos, para os protestantes isso era visto como uma atitude egoísta porque abstraía o indivíduo do cumprimento do seu dever no mundo. Ao invés disso, acreditavam que a única maneira de agradar a Deus consistia no "cumprimento dos deveres intramundanos [...] que esta e somente esta é a vontade de Deus, e por isso toda profissão lícita simplesmente vale muito e vale igual perante Deus" (WEBER, 2004, p.73).

Contudo, não se deve atribuir às religiões protestantes a responsabilidade pela profusão de um comportamento egoísta, voltado para o acúmulo de bens materiais. Pelo contrário, o ganho econômico passou a ser um fim em si mesmo, destituído de qualquer significado "hedonista" e "eudemonista" e transcendia a felicidade utilitária do indivíduo. Isso tudo associado a uma renúncia ao gozo do dinheiro, devendo o indivíduo levar uma existência

ascética, sem desfrutar ou mesmo ostentar as possibilidades que o dinheiro oferece. Houve o que Weber (2004, p.46) classificou como uma “inversão” do sentido das coisas, ou seja, uma instrumentalização do ser humano tendo em vista fins econômicos. “O ser humano em função do ganho como finalidade de vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais”.

Todo ganho econômico, se conquistado de forma lícita, era visto como uma virtude, uma habilidade para os negócios que se realizava no exercício da *profissão como dever*. Para que esse comportamento ganhasse relevo e se sobressaísse às demais condutas de vida, era necessário que encontrasse um terreno apropriado à sua efetivação e, além disso, tomasse a forma de uma ideologia, ou seja, não podia se restringir a alguns indivíduos isolados, “[...] mas sim como um modo de ver portado por *grupos* de pessoas” (WEBER, 2004, p.48). Segundo Weber (2004), o capitalismo moderno possibilitou a expressão máxima dessa “modalidade de conduta” e, atualmente, o indivíduo nasce nesse meio do qual não pode se furtar sem correr o risco de ser sobrepujado pelas forças em ação, ou seja, não precisa mais da ética protestante para agir de acordo com o espírito do capitalismo. “Esse cosmos impõe ao indivíduo, preso nas redes do mercado, as normas de ação econômica. O fabricante que insistir em transgredir essas normas é indefectivelmente eliminado, do mesmo modo que o operário que a elas não possa ou não queira se adaptar é posto no olho da rua como desempregado” (WEBER, 2004, p.48).

Por conseguinte, enquanto o “espírito do capitalismo” não encontrasse um ambiente propício a sua irradiação, teria que enfrentar os obstáculos levantados pelas forças tradicionais. Em tempos mais remotos, pelo menos até o fim da Idade Média, essa disposição ao ganho econômico seria considerada, em oposição ao pensamento dominante, uma forma espúria de aquisição, “[...] tanto como expressão da mais sórdida avareza quanto como uma disposição simplesmente indigna, e ainda hoje essa suspeita normalmente se verifica entre aqueles grupos sociais menos envolvidos na economia capitalista especificamente moderna ou a ela menos adaptados” (WEBER, 2004, p.49).

O que Weber demonstra é que a *auri sacra fames*²² sempre existiu e é tão antiga quanto a história da humanidade, inclusive sendo freqüentemente menos escrupulosa em épocas pré-capitalistas do que no moderno capitalismo. Portanto, não se pode confundir o “espírito do capitalismo”, ou este “impulso aquisitivo”, com a cobiça desenfreada característica das sociedades mais atrasadas (do ponto de vista da racionalidade econômica).

²² *Auri sacra fames* : expressão consagrada por um verso de Virgílio na *Eneida* (3,56). A ‘sagrada fome de ouro’ citada em latim fala da incontida avidez por riqueza (WEBER, 2004, p.280).

“O capitalismo não pode empregar como operários os representantes práticos de um *liberum arbitrium*²³ indisciplinado, do mesmo modo que também não lhe pode servir [...] aquele homem de negócios cujo comportamento externo foi simplesmente sem escrúpulos” (WEBER, 2004, p.50).

Em outra ocasião, ao definir o conceito de ação econômica e ação economicamente orientada, Weber (1968, p.10) ressaltou como categoria distintiva destas duas formas, a primeira caracterizando a sociedade moderna e a segunda as sociedades tradicionais, o exercício pacífico de dispor sobre determinadas utilidades. “A nota pacífica é indispensável, embora qualquer forma de violência efetiva (raptos, guerra, revolução) possa estar economicamente orientada”. Essa distinção é importante por reforçar o parágrafo anterior, no qual ficou evidente o contraste entre o livre arbítrio e o “espírito do capitalismo”. O que para Weber caracteriza a ação econômica moderna é o fato de que, na busca de determinadas utilidades, os indivíduos empregam meios pacíficos para atingir seu objetivo. De qualquer forma, os termos “pacífico” e “escrupuloso” não são sinônimos, mas como já observamos não seria interessante para o capitalismo lidar com indivíduos que agem a seu bel prazer.

Apesar de ter insistido no caráter pacífico da ação econômica moderna, Weber não deixou de considerar a existência de uma guerra latente no campo econômico. Visto que determinados indivíduos podem impor, através do seu poder econômico, as condições que lhes são mais favoráveis numa relação contratual, fica nítida em muitos casos a desigualdade social que permeia tais contratos. Mas Weber (1994) não entrou no mérito do “justo” ou “injusto” (sendo esta uma preocupação recorrente na obra de Durkheim), exceto quando distingue entre racionalidade formal e material.

Voltando a nossa motivação inicial, o “espírito do capitalismo” característico das sociedades de confissão protestante foi em certa medida um *leitmotiv* para o capitalismo moderno e dessa forma pode ter contribuído para disseminar, mesmo em sociedades não protestantes, as máximas que inicialmente orientavam a conduta de seus ascetas e que mais tarde seriam úteis à lógica da empresa capitalista. “Isso se deve à razão histórica de que aquela disposição [o espírito do capitalismo] encontrou sua forma mais adequada na empresa capitalista [moderna], e a empresa capitalista, por sua vez, encontrou nela sua força motriz espiritual mais adequada” (WEBER, 2004, p.57).

Vejamos em que medida essas teorias e normas de conduta religiosas interferiram no plano micro, ou seja, individual quando da prática de ações que podem ser qualificadas como econômicas.

²³ livre arbítrio.

- A racionalização da esfera econômica : “o espírito do capitalismo”

O grau de racionalidade²⁴ é o elo que liga o ator econômico moderno ao *homo oeconomicus*. Nesse caso, ele se serve do aparato teórico e instrumental que a teoria econômica apresenta no modelo do *homo oeconomicus*, com o objetivo de maximizar seus resultados. “Um dos ‘dados’ mais importantes na análise econômica tradicional é o da racionalidade econômica: quando um indivíduo tem de optar numa situação econômica, ele se portará de maneira a elevar ao máximo sua posição econômica” (SMELSER, 1968, p.51). Nessa perspectiva, o estatuto do *homo oeconomicus* pode estender-se também a um consumidor racional, ou seja, a racionalidade pode ser uma característica tanto do lado da oferta como da demanda.

Além da racionalidade econômica, o empresário capitalista segundo a definição weberiana foi um dos responsáveis pelo rompimento dos vínculos entre a economia moderna e os seus suportes tradicionais, ou seja, a superação de um tradicionalismo econômico dentro de uma lógica moderna de acumulação. Mas, para que isso fosse possível, não bastava somente o fator “racionalidade”. Era preciso, sobretudo, que estivesse animado pelo “espírito do capitalismo”, conforme visto anteriormente. “Para saber quais as forças motrizes da expansão do capitalismo [moderno] não se precisa pôr em primeiro lugar a questão da origem das reservas monetárias valorizáveis como capital, e sim [...] a questão do desenvolvimento do espírito capitalista” (WEBER, 2004, p.61).

Essa mudança de paradigma, a qual pode ter resultado num grande impulso econômico, não se deu sem que ocorresse algum choque entre a inovação e a tradição. Geralmente, o empresário capitalista teve que enfrentar as forças que se opunham ao seu estímulo inovador. Weber (2004, p.61) nos diz que “uma onda de desconfiança, de ódio por vezes, sobretudo de indignação moral, levanta-se repetidamente contra o primeiro inovador, muitas vezes [...] forma-se uma verdadeira lenda para falar de sombras misteriosas sobre sua vida próspera”.

Pode-se, portanto, fazer uma comparação entre o “espírito do capitalismo” que move o empresário weberiano e o “espírito empreendedor” do empresário schumpeteriano, pois em ambos os casos eles tiveram que lutar contra a força do hábito, resistir às barreiras levantadas

²⁴ A racionalidade formal econômica, segundo Weber (1994, p.52, grifos do autor), diz respeito ao “grau de cálculo tecnicamente possível e que ela realmente aplica [...] Uma gestão econômica é *formalmente* “racional” na medida em que a “previdência essencial” de toda economia racional, pode exprimir-se e de fato se exprime em considerações de caráter numérico e calculável”.

pela tradição. O empresário ao qual Schumpeter (1982) atribui as qualidades necessárias para a realização das “novas combinações”²⁵ e o conseqüente desenvolvimento econômico é um indivíduo especial, capaz de resistir a todos os obstáculos que se apresentem ao seu empreendimento. Dessa forma, acredita no imponderável ao criar algo novo, supera a força do hábito ao fugir das atividades rotineiras, além de confiar na própria intuição diante das reprovações do ambiente social.

Para Schumpeter, a racionalidade é também um componente determinante para diferenciar o empresário inovador do ator econômico do fluxo circular. Isso porque “dentro dos hábitos e circunstâncias sociais dados, a maior parte do que as pessoas fazem todos os dias lhes aparece primariamente do ponto de vista do dever, e traz consigo uma sanção social ou divina. Nisso há muito pouco de racionalidade consciente [...]” (SCHUMPETER, 1982, p.64). No entanto, a racionalidade mobilizada pelo empresário schumpeteriano é diferente daquela geralmente atribuída ao *homo oeconomicus* e isto por três razões. Primeiro, porque não é a busca do lucro que move principalmente o empresário, e sim a alegria de criar algo novo, de vencer desafios, etc. Segundo, porque ele não faz um cálculo de custo e benefício, ou seja, não mede esforços para conseguir o que quer. Finalmente, não estando no fluxo circular, o futuro é incerto, portanto, o empresário não pode realizar antecipações racionais; ele só confia na sua intuição.

Todavia, a consciência de uma racionalidade calculadora é um fenômeno recente e não está presente em eras pré-capitalistas. Quando falamos de racionalidade, estamos nos referindo a um processo de racionalização das atividades econômicas que Weber (2004) apontou como contrapartida aos métodos tradicionais de organizar o trabalho, obter lucros, conquistar mercados, se relacionar com clientes, etc. Isto não implica necessariamente que haja um motivo racional, pois conforme Schumpeter (1982, p.64), “pode haver *conduta* racional mesmo na ausência de *motivo* racional”. É por isso que a busca desenfreada pelo ganho econômico como um fim em si mesmo, por parte daqueles que são animados pelo “espírito do capitalismo”, aparece como algo irracional, haja vista seu desprezo pelo “gozo imediato” que este ganho pode proporcionar. Essa motivação “[...] expressa ao mesmo tempo [do ponto de vista da felicidade pessoal] o quanto há de [tão] *irracional* numa conduta de vida em que o ser humano existe para o seu negócio e não o contrário” (WEBER, 2004, p.62).

²⁵ As “novas combinações” partem sempre do lado da oferta, ou seja, surgem no campo industrial e comercial e podem representar 1) um novo produto; 2) um método diferente de produzir; 3) um novo mercado; 4) nova fonte de matérias-primas; 5) nova organização de uma indústria.

Apesar de Weber ter demonstrado que o espírito do capitalismo encontrou seu “sítio” na lógica da moderna empresa capitalista, seu “tipo ideal” de empresário não provém dos mesmos meios; não foram “ricachos” nascidos em famílias abastadas e com soma considerável de capital para lançar no processo produtivo, “[...] mas sim homens criados na dura escola da vida, a um só tempo audazes e ponderados, mas sobretudo sóbrios e constantes, sagazes e inteiramente devotados à causa, homens com visões e “princípios” rigorosamente burgueses” (WEBER, 2004, p.62). Não fazem questão de ostentar sua posição social, nem se interessam por títulos e honrarias que são muito mais condizentes com os valores aristocráticos. Sua vida transcorre com muita simplicidade e pouca frivolidade, apenas o trabalho e a certeza do dever cumprido sustentam as motivações desses empresários. O êxito profissional expressa habilidade e perspicácia nos negócios e qualquer desvio de conduta é visto como uma inobservância da ética.

Conforme já mencionamos, houve uma forte influência da religião protestante para a penetração do espírito do capitalismo, mas o que Weber mostra é que atualmente não se pode relacionar a prática capitalista das sociedades mais desenvolvidas com uma filosofia religiosa. Ao invés disso, “pessoas assim de natureza imbuída do “espírito do capitalismo” costumam ser *hoje em dia*, senão diretamente hostis à Igreja, com certeza indiferentes a ela” (WEBER, 2004, p.62). Tais pessoas não cessam jamais de buscar riquezas materiais e justificam sua vida apenas nesse mundo não se sentindo atraídas pela idéia de uma vida futura. Para elas, a religião é vista como um motivo para “desviar as pessoas do trabalho”. Mesmo assim, para garantirem a “bem-aventurança”, essas pessoas geralmente se comprometem com a causa religiosa mediante a entrega de donativos à Igreja.

2.2.2. As críticas da sociologia econômica à Economia Política

Como vimos, o interesse por temas econômicos manifesta-se nas reflexões dos sociólogos do século XIX. Em particular, a sociologia econômica iniciada por Weber e Durkheim tenta se diferenciar da teoria econômica ao levar em conta a influência que as variáveis extra-econômicas exercem sobre a economia e de que maneira a economia pode influenciar estas variáveis. Como tivemos a oportunidade de observar, “[...] Durkheim e Weber enfatizaram o papel das forças sociais não-utilitaristas e não-materialistas. Eles fizeram a experiência pioneira da integração das dimensões econômicas e não-econômicas da vida social” (ZELIZER, 1988, p.615). Ou seja, ambos “[...] tentaram elaborar uma teoria da ação econômica alternativa ao conceito de *homo oeconomicus* [...] desenvolve[ndo] uma

reflexão sobre o papel das instituições na orientação do comportamento do ator econômico [...]” (RAUD, 2005, p.128).

Assim, a sociologia econômica se apresenta como uma disciplina limítrofe entre a economia e a sociologia, complementando ou refutando, dependendo do autor, os seus pressupostos. Mas todos substituem o perfil universal e abstrato do *homo oeconomicus* por uma visão pluralista e concreta do ator econômico que leva em conta o papel das instituições na formação do seu interesse e no desenrolar de suas ações.

Como vimos, a Economia Política ocupa-se apenas com os fenômenos sociais que estejam relacionados com a busca de riqueza. O homem nesta teoria é tido como um indivíduo isolado de quaisquer motivações extra-econômicas, agindo apenas com vistas a satisfazer seu interesse, dirigindo a sua vida como se dirigisse um empreendimento econômico. "A economia política considera o gênero humano como ocupado somente com a aquisição e o consumo da riqueza; seu objetivo é mostrar qual seria a conduta dos homens vivendo em sociedade se o interesse [...] fosse a regra absoluta de todas as suas ações" (GISLAIN & STEINER, 1995, p.23).

A crítica da sociologia econômica aos pressupostos da Economia Política foi muito mais incisiva por parte daqueles que rejeitaram inteiramente o estatuto do *homo oeconomicus* e as conseqüências decorrentes dessa "construção ideológica", do que por parte do grupo que reconhece, pelo menos enquanto uma ferramenta metodológica, a validade do *homo oeconomicus*. Entre os primeiros, a crítica de Durkheim é uma "[...] denúncia ao caráter redutor da economia política, reprovando-a por eliminar, sem razão, as dimensões morais e sociais da atividade econômica [...] o homem e a sociedade que concebem os economistas é pura imaginação, que não corresponde à realidade das coisas" (GISLAIN & STEINER, 1995, p.34).

Entretanto, Durkheim (1975) reconhece o mérito dos economistas por terem sido os primeiros a empenharem-se na descoberta de leis sociais a exemplo do que fizeram os cientistas das ciências naturais aos estabelecerem as leis físicas. Porém, a advertência feita a essa sentença é de que os economistas simplificaram as coisas, reduzindo a sociedade a uma justaposição de indivíduos voltados para os seus interesses particulares. "Todavia, não exageremos o mérito dos economistas. Ao afirmarem que as leis econômicas são naturais, eles tomavam a palavra num sentido que lhe diminuía o alcance. Segundo eles, com efeito, na sociedade, só o indivíduo é real; é dele que tudo emana e é em sua direção que tudo retorna" (DURKHEIM, 1975, p.81), ou seja, trata-se de uma crítica ao individualismo metodológico.

E prossegue afirmando que os economistas lançaram mão da abstração para não ter que tratar dos fatos mais complexos, isolando "[...] os fatos econômicos, o agir econômico de um homem lógico entre a totalidade dos atos de um homem real imerso na sociedade" (GISLAIN & STEINER, 1995, p.34). Nesse sentido, criaram um modelo do agir econômico que não corresponde ao comportamento do homem real. Sua construção, o *homo oeconomicus*, é um padrão universal que, ao buscar seu interesse, tende a se comportar sempre da mesma maneira independentemente de tempo e espaço. Para Durkheim (2003b), a Economia Política fica no plano do “dever ser”, orientando-se por “máximas de ação”. "Não somente fizeram abstração de todas as circunstâncias de tempo, de lugar, de país, para imaginar o tipo abstrato do homem em geral, como, neste tipo ideal, negligenciaram tudo o que não se relacionava com a vida estritamente individual, embora de abstração em abstração, nada mais lhes tenha restado do que o próprio triste retrato do egoísta" (DURKHEIM, 1975, p.81). Apesar de reconhecer a validade do procedimento abstrato como método científico, Durkheim critica a abstração abusiva da Economia Política que cria artificialmente um ator econômico que não corresponde à realidade.

Dessa forma, os pressupostos da Economia Política quanto à ação econômica não têm validade para Durkheim. Uma vez que partem de premissas falsas, resultam em conclusões também falsas. Portanto, o mérito inicial dos economistas é ultrapassado em função da dimensão abstrata dos axiomas que fundamentam a sua teoria. "Permanece uma ciência abstrata e dedutiva, ocupada não em observar a realidade, mas em construir um ideal mais ou menos desejável; porque este homem em geral, este egoísta sistemático de que ela nos fala mais não é do que um ser sem razão. O homem real, que conhecemos e que somos, é bem mais complexo [...]" (DURKHEIM, 1975, p.81). Apesar de não aprofundar este tema, Durkheim alude rapidamente ao papel desempenhado pela difusão das teorias econômicas na conformação cada vez maior dos atores econômicos com os pressupostos destas teorias.

Nessa perspectiva, ele propõe que a economia seja não mais que um ramo da sociologia, o qual se ocupará com as instituições relacionadas à produção, à troca e à distribuição de riquezas. "Elas constituem matéria da *sociologia econômica*" (1975, p.135). Ao trocar de objeto e de método de pesquisa, Durkheim não duvida que a economia deixe de ser uma ideologia para se tornar uma ciência, finalmente capaz de descobrir as verdadeiras leis de funcionamento da esfera econômica.

Tanto para Durkheim quanto para Veblen, a teoria econômica deveria ser substituída por uma análise institucional da economia. Veblen propõe uma economia evolucionista e institucionalista que ele implementa em *A Teoria da classe ociosa*. "A economia de tipo

hedonista não trata, e não pode tratar, do crescimento, a menos de considerá-la quantitativamente como uma variação do tamanho, de volume, de massa, de número, de frequência" (VEBLEN, 1983, p. 192). O autor chama atenção para o papel das instituições na transição de um estado predatório da humanidade para a sociedade moderna. Para ele, as instituições são traços culturais, costumes e hábitos de pensamento que se prolongam e subsistem na cultura moderna, modelando o comportamento dos indivíduos. Próximo a Durkheim, Veblen critica o caráter inerte do *homo oeconomicus*, incapaz de se mover no tempo e no espaço real, simplesmente reagindo a estímulos do seu entorno. "Para Veblen, o caso normal do *homo oeconomicus* resulta de uma concepção errônea da natureza humana segundo a qual, o material humano na base das pesquisas em teoria econômica é conhecido em termos hedonistas; ou seja, em termos de uma natureza humana imutável, passiva e substancialmente inerte" (GISLAIN & STEINER, 1995, p.31). Dessa forma, o *homo oeconomicus* estaria privado das influências culturais, o que ao seu ver é uma concepção equivocada da ação humana. "Muito deve a cultura moderna no tocante à conservação de tradições, usos e hábitos de pensamento, que são de um nível cultural mais arcaico [...]" (VEBLEN, 1983, p.72). Além disso, a teoria econômica exclui do seu objeto de estudo os fenômenos que não correspondem à normalidade, considerando as possíveis interferências extra-econômicas como causas perturbadoras, e tais casos como exceção à regra.

Por outro lado, autores como Weber, Pareto e Schumpeter aceitam o estatuto do *homo oeconomicus* como uma ferramenta metodológica que permite reconhecer desvios no comportamento considerado como adequado a um ator econômico. Weber não rejeita a construção de *homo oeconomicus* enquanto um recurso metodológico, que hipoteticamente permitiria a verificação de desvios no padrão de comportamento racional, porém, no plano empírico, ele lembra que o ator econômico é impelido a agir e reagir num ambiente social constituído não apenas por variáveis econômicas (GISLAIN & STEINER, 1995, p.26). Essa aceitação é compartilhada por Smelser (1968, p.65-66) "Se um analista aplica a noção de racionalidade econômica, mas apenas como um recurso de simplificação conceitual para a pesquisa, tem um forte argumento a favor dessa noção [...] A racionalidade se torna, então, algo mais que um postulado psicológico; pode ser um padrão de comportamento, ao qual as pessoas se conformam ou do qual se afastam". Com isso podemos reforçar a conclusão weberiana de que o *homo oeconomicus* tem somente o papel de aferição das ações do ator econômico real. Entretanto, esses autores criticaram o "psicologismo" sobre o qual repousa a teoria marginalista, baseada "[...] na idéia de um fundamento psicológico hedonista e utilitarista do *homo oeconomicus*" (GISLAIN & STEINER, 1995, p.25).

Segundo Smelser (1968, p.65), o postulado do *homo oeconomicus* é insuficiente “porque os homens desconhecem o seu ambiente, erram, porque vivem de acordo com hábitos e normas práticas. Além disso, como o universo social se caracteriza por uma *interinfluência* de tantas variáveis não-econômicas e econômicas, conjunto algum de variáveis pode abranger completamente qualquer contexto social”.

Do ponto de vista metodológico, a construção social do ator econômico coloca-se como uma alternativa à noção de *homo oeconomicus*. Nesse sentido, o ator econômico da sociologia econômica destoa do *homo oeconomicus* porque o seu agir, assim como a formação do seu interesse, leva em conta o comportamento de terceiros. Adquire sentido na medida em que considera as expectativas externas, o que Weber (1994, p.13) definiu como “ação social”²⁶. “Ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro [...]”. Isso quer dizer que o interesse que move o ator econômico é construído socialmente e este ambiente social é composto de instituições que orientam e regulam o seu comportamento. O ator econômico não busca unicamente seu interesse, ou melhor dizendo, os interesses e os procedimentos adequados para sua realização são definidos socialmente, pelas instituições.

No quadro da reflexão sobre o comportamento do ator econômico, a teoria weberiana é particularmente interessante, na medida em que propõe outras modalidades da ação, além da ação racional. Lembramos que a tipologia weberiana da “ação social” pode ser classificada numa escala que vai do racional ao afetivo. Nela estão diretamente compreendidas as ações “racional em finalidade”, “racional em valor”, “tradicional” e “afetiva”. Na ação racional em finalidade, a conduta do ator econômico se aproxima da conduta do *homo oeconomicus*, por empregar meios adequados e sistemáticos para atingir seu objetivo. “Age de maneira racional referente a fins quem orienta sua ação pelos fins, meios e conseqüências secundárias [...] assim como os diferentes fins possíveis entre si: isto é, quem não age *nem* de modo afetivo [...] *nem* de modo tradicional” (WEBER, 1994, p.16). Já na ação racional em valor, a conduta é racionalmente orientada por valores que dão significado à ação. “Age de maneira puramente racional referente a valores quem, sem considerar as conseqüências previsíveis, age a serviço de sua convicção sobre o que parecem ordenar-lhe o dever, a dignidade, a beleza, as diretivas religiosas, a piedade ou a importância de uma causa de qualquer natureza” (WEBER, 1994, p.15). Finalmente, a ação puramente afetiva, assim como a ação puramente tradicional,

²⁶ Entretanto, Weber esclarece que nem toda ação externa é social. “Uma ação que, em seu curso, se determina ou se co-determina, de maneira apenas reativa, pelo simples fato de haver uma situação de “massa”, sem que haja uma *relação* de sentido com essa situação, não seria “ação social” [...] (WEBER, 1994, p.14).

encontram-se no limite ou além do que seria uma “ação orientada pelo sentido”, não passando de mero impulso ou reações inconsciente. Na ação tradicional, não é possível ao indivíduo racionalizá-la, pois é uma ação praticada em função do costume e do hábito, assimilados ao longo do tempo em decorrência da regularidade em que acontecem. Também a ação puramente afetiva diz respeito aos comportamentos influenciados pela emoção; “[...] pode ser uma reação desenfreada a um estímulo não-cotidiano” (WEBER, 1994, p.15).

Como podemos observar, o foco das críticas da sociologia econômica, no que diz respeito ao método da teoria econômica, é dirigido contra a noção de *homo oeconomicus*. Entretanto, a reflexão dos sociólogos clássicos não se restringiu ao fato de existir ou não tal indivíduo, mas como essa teoria contribuiu para disseminar ideologicamente um comportamento egoísta no seio de uma sociedade cada vez mais individualista, e os efeitos mais perniciosos que o acompanharam. As conseqüências negativas de ações auto-interessadas logo se espalharam por todo o tecido social e dariam azo a novas críticas por parte da sociologia econômica.

2.2.3. Análises dos impactos sociais da economia de mercado: o risco de anomia e o papel das instituições²⁷

A análise das conseqüências sociais da emergência da sociedade de mercado, com a economia sobrepujando as demais formas de atividade social, aparece essencialmente em Durkheim. Na *Divisão do trabalho social*, para justificar tal análise, ele invoca “o desenvolvimento, até então desconhecido, que as funções econômicas adquiriram nos últimos dois séculos, aproximadamente. Enquanto outrora desempenhavam apenas um papel secundário, hoje estão em primeiro plano” (1999, p.viii). As funções econômicas são também destacadas por este autor nas *Lições de Sociologia* quando observa que “a vida econômica iniciou um desenvolvimento como jamais tivera; de função secundária que era, desprezada, abandonada às classes inferiores, ela passou ao primeiro plano” (DURKHEIM, 2002, p.14).

Ora, apesar de assumir progressivamente uma importância determinante, Durkheim observa que as funções econômicas permanecem desreguladas. Ao contrário de profissões como do advogado, do médico, do magistrado, etc, onde reina uma ética profissional, as

²⁷ O significado aqui atribuído ao termo instituição diz respeito a um conjunto de valores, normas e regras (formais ou informais) que orientam o comportamento do ator econômico.

relações entre produtores, e entre produtores e consumidores estão em estado de anomia, ou seja, não estão orientadas de acordo com regras morais (DURKHEIM, 1999).

Como decorrência lógica desse processo de desmoralização econômica, o quadro que se apresenta a este autor é, para utilizar a sua linguagem, um tanto “mórbido”. A vida econômica encontra-se precariamente regulada não podendo resultar daí nenhum benefício para a coletividade. Esse estado de morbidez anômica das funções econômicas decorre da ausência de uma instituição afim que possa regradar, mas também, orientar e dar sentido à vida das pessoas que compartilham ofícios comuns. É, portanto, a causa de uma constante luta de interesses individuais no campo econômico, a qual acaba estendendo seus efeitos negativos a todo o corpo social. Esse reflexo negativo se dá com maior intensidade na medida em que, na sociedade contemporânea, a maioria das pessoas passa grande parte do seu tempo envolvida com atividades ou comerciais ou industriais. Por isso, explica que “uma forma de atividade que tomou tal lugar na vida social não pode, evidentemente, permanecer tão desregulamentada, sem que disso resulte as mais profundas perturbações” (DURKHEIM, 1999, p.viii).

Além disso, Durkheim (1999) afirma que é difícil estabelecer nessas atividades uma fronteira entre o justo e o injusto, “o que é permitido e o que é proibido”, pois o que importa nesse meio é o êxito individual e todo ato passível de censura e reprovação moral é negligenciado em decorrência do sucesso alcançado. Por conseguinte, o que prevalece é a lei do mais forte que geralmente utilizará sua superioridade econômica a fim de fazer valer seu interesse diante do mais fraco. As atividades econômicas “se chocam em movimentos discordantes, buscando passar umas por cima das outras, se reduzir, se reprimir mutuamente” (DURKHEIM, 2002, p.15). Com bastante realismo, Durkheim (1999, p.vii) afirma que é necessário uma força moral, capaz de controlar as paixões humanas e evitar que a lei do mais forte se aplique aos mais fracos. “Se qualquer autoridade desse gênero inexistente, é a lei do mais forte que reina e, latente ou agudo, o estado de guerra é necessariamente crônico” Nessa perspectiva, a moral funcionaria como refreadora dos impulsos mais egoístas; sem ela o desejo de riqueza seria ilimitado.

Como vêm se especializando e diferenciando cada vez mais em função da divisão do trabalho, as atividades econômicas demandam uma moral específica para a sua regulamentação. Muito embora a sociedade se encarregue de julgar os atos mais injustos, inclusive os praticados no meio econômico, foge-lhe o controle total dos fatos necessários à apreciação. Sendo assim as atividades econômicas “não têm outras sanções além daquelas de que dispõe a opinião difusa” (DURKHEIM, 2002, p.13).

Nesse caso, Durkheim (2002, p.12) enfatiza a necessidade de uma moral profissional mais consistente, pois “a que existe é tão rudimentar que podemos, no máximo, ver nela talvez um tipo e uma promessa para o futuro”. Do mesmo modo que insiste em moralizar as funções econômicas, faz, implicitamente, uma crítica à noção de liberdade da Economia Política. Conforme mencionamos, a Economia Política, principalmente com os trabalhos de Mill, ratificou a necessidade de se suprimir quaisquer mecanismos de regulação no raio da ação individual, pois, de um indivíduo livre emanaria toda potencialidade intrínseca e isso resultaria em escolhas e ações que beneficiariam a ele próprio e, conseqüentemente, à coletividade. “Em vão, para justificar esse estado de não-regulamentação, salienta-se que ele favorece o desenvolvimento da liberdade individual. Nada mais falso do que esse antagonismo que se quis estabelecer, [...] entre a autoridade da regra e a liberdade do indivíduo” (DURKHEIM, 1999, p.viii). Para Durkheim, a liberdade consiste na possibilidade do indivíduo seguir o curso normal de sua vida sem que seja constrangido, ou mesmo prejudicado pelos efeitos da “superioridade física, econômica” ou outra qualquer de que alguém disponha contra ele. “Nas nossas atuais sociedades, a liberdade só pode ser moralmente boa se for restrita” (DURKHEIM, 2003a, p.26).

A liberdade apregoada pela Economia Política não se restringia apenas à ausência de interferência no raio de ação individual, podendo se estender também a um conjunto maior de indivíduos, como por exemplo, o “mercado”. Como prova disso, a teoria do equilíbrio (entre oferta e demanda) demonstrou abertamente o interesse que seus doutrinadores tinham em deixar de lado qualquer tipo de controle da atividade econômica. “Grandes doutrinas o sustentaram. Em primeiro lugar o economicismo, segundo o qual o jogo dos entendimentos econômicos se regula por si mesmo e chega automaticamente ao equilíbrio sem que seja necessário, nem sequer possível, submetê-lo a nenhum poder moderador” (DURKHEIM, 2002, p.14).

Podemos inferir então que parte da responsabilidade a este estado de anomia das funções econômicas recai sobre os fundamentos da Economia Política. Como vimos anteriormente, um dos princípios que acompanhou a sua emergência é o de que, na busca do bem estar particular, cada indivíduo estaria contribuindo para o bem estar coletivo. Todavia, esta consideração é falha, porque o que se observa na realidade é que há um permanente conflito entre os interesses individuais e coletivos, devido à particularidade que é a “dualidade constitucional da natureza humana” (DURKHEIM, 1975, p.290).

De acordo com Durkheim (1975, p.293), o homem é ao mesmo tempo um ser individual e coletivo, coexistindo nele “as sensações e as tendências sensíveis” que são a parte

individual e o “pensamento conceitual e a atividade moral”, passíveis de universalização. “Estes dois grupos de estados de consciência não são apenas diferentes pelas suas origens, e pelas suas propriedades; há entre eles um verdadeiro antagonismo. Contradizem-se e negam-se mutuamente. Não nos podemos entregar a fins morais sem dependermos de nós mesmos, sem afastarmos os instintos e inclinações mais enraizadas no nosso corpo”. Portanto, a constante luta entre os interesses individuais e coletivos só poderá atenuar-se mediante uma disciplina moral. “Sob tais condições, a atividade econômica não pode ter outra motivação senão o egoísmo. A economia política separa-se assim radicalmente da moral, se é que ainda restará algum ideal moral para a humanidade depois de dissolvido todo o vínculo social” (DURKHEIM, 2003a, p.19).

Embora Weber não tenha se ocupado em analisar os impactos negativos da ausência de regras morais nas funções econômicas, ele não deixou de observar algumas conseqüências mais imediatas do comportamento auto-interessado. Weber observou que além da luta formal e pacífica, típica de uma comunidade de mercado, onde os interessados travam contratos orientados pelo regateio, há, como decorrência lógica desse contrato, o fato de que essas relações não se prolongam para além do ato da troca. “Quando o mercado é deixado à sua legalidade intrínseca, leva apenas em consideração a coisa, não a pessoa, inexistindo para ele deveres de fraternidade e devoção ou qualquer das relações humanas originárias sustentadas pelas comunidades pessoais” (WEBER, 1994, p.420).

Isso nos leva a concordar com Durkheim (1999, p.189) ao verificar que o contrato baseado no interesse gera um tipo de cooperação que nada mais é que o “acordo espontâneo dos interesses individuais [...]. O modelo das relações sociais seria a relação econômica, desembaraçada de toda regulamentação e tal como resulta da iniciativa inteiramente livre das partes”. Como o interesse não é constante, o que me une hoje a determinado indivíduo pode se dissolver amanhã, assim que realizo meu interesse. “Portanto, uma tal causa só pode dar origem a aproximações passageiras e a associações de um dia” (DURKHEIM, 1999, p.189).

Portanto, numa sociedade onde reina o interesse pessoal e onde as relações de poder são assimétricas, somente a regra e a disciplina moral podem obstaculizar as ações injustas ou desleais que “atualmente” caracterizam as funções econômicas e levar de fato a alguma forma de cooperação. Caso contrário teríamos uma luta de “apetites individuais”, ou seja, indivíduos lutando uns contra os outros na disputa de interesses particulares, e como estes interesses são diversos e nem sempre coincidentes, seria preciso um poder externo para desempenhar a função moderadora. “Para que a anomia tenha fim, é necessário, portanto, que exista ou que se forme um grupo em que se possa constituir o sistema de regras atualmente inexistente”

(DURKHEIM, 1999, p.x). Cabe, portanto, à consciência coletiva, resultante da união de indivíduos que comungam interesses, gostos e neste caso, ofícios, desempenhar esse papel. Todavia, a coerção exercida pela regra daí originada não deverá consistir num fardo para o indivíduo, do qual ele tem que ser lembrado a todo instante. O indivíduo ao integrar a coletividade deve se conformar a um conjunto de regras e valores instituídos, dos quais não pode abdicar sem correr o risco de permanecer à margem da sociedade²⁸. A moral deverá ser internalizada e com o tempo a coerção só se fará sentir na medida em que o indivíduo tente infringir o conjunto de regras.

Este papel de estabelecer regras de convívio e de definir os interesses do grupo enquanto uma coletividade é para Durkheim uma tarefa das corporações ou grupos profissionais. O “[...] grupo profissional é um poder moral capaz de conter os egoísmos individuais, de manter no coração dos trabalhadores um sentimento mais vivo de sua solidariedade comum, de impedir que a lei do mais forte se aplique de maneira tão brutal nas relações industriais e comerciais” (DURKHEIM, 1999, p.xvi). Durkheim (1999, p.xvii) faz referência às corporações a exemplo do que existiu em Roma, onde esses grupos desempenhavam um papel fundamental na vida de seus membros, não se limitando à defesa de interesses profissionais, pelo contrário, isso era “apenas um dos contragolpes úteis que a instituição produzia”. A corporação era como uma grande família e de caráter religioso. “Mesmo nas corporações operárias [...] as pessoas se associavam antes de mais nada pelo prazer de viver juntas, para encontrar fora de casa distrações para suas fadigas e seus aborrecimentos, para criar uma intimidade menos restrita do que a família, menos extensa do que a cidade, e tornar assim a vida mais fácil e mais agradável” (BOISSIER apud DURKHEIM, 1999, p.xix).

Embora as corporações de ofício da Idade Média, em muitos casos, tenham sido apenas a ampliação da disputa de interesses individuais para o nível corporativo, Durkheim sustenta que isso já era uma característica da sua fase decadente. Entretanto, não deveríamos desprezar o papel moralizante e socializador de uma instituição que sobreviveu a diferentes regimes sócio-políticos. O que contribuiu para a extinção dos grupos profissionais foi uma incapacidade de adaptação às novas condições; uma “propensão ao imobilismo” impediu que elas acompanhassem o curso das transformações sociais e econômicas ocorridas no final da

²⁸ Contudo, uma condição se faz relevante na escolha do indivíduo quanto à conformação às instituições sociais. No caso das regras formais (como o direito), a não conformidade implicaria numa sanção legal, ao passo que, no caso das regras informais, a não conformidade o eximiria de qualquer punição legal. Entretanto a não conformidade à padrões informais de comportamento pode resultar numa reprovação social, ou como Weber definiu, ao “boicote social”.

Idade Média. “Ela não soube se transformar em tempo para atender a essas novas necessidades, e por isso se rompeu. Porque ela não soube assimilar a vida nova que se manifestava, a vida naturalmente se retirou dela” (DURKHEIM, 2002, p. 51).

Com base nas reflexões desenvolvidas por Durkheim a respeito das conseqüências sociais negativas do comportamento interessado e egoísta do ator econômico moderno, procederemos agora à análise do romance *Eugênia Grandet*.

3. EUGÊNIA GRANDET OU A ANÁLISE BALZAQUIANA DA SOCIEDADE DE MERCADO

3.1. A Literatura do século XIX: modernidade e realismo

Não somente os cientistas sociais perceberam e analisaram a emergência da sociedade de mercado. A sua maneira também os romancistas do século XIX retrataram as características dessa emergência e daí, talvez, a recorrência em seus romances de temas como o dinheiro, o consumo, o comércio, as operações financeiras, onde são apontados os conflitos decorrentes de uma sociedade organizada segundo o padrão de mercado. Dessa abordagem da realidade, enfocando os seus conflitos e contradições nas narrativas do século XIX, nasce o romance moderno. Nessa perspectiva, o romance moderno é também um instrumento de crítica às instituições burguesas.

Segundo Zola (1995, p.39), a principal caracterização do romance moderno é a substituição da imaginação pela observação, ao que ele chamou de "senso do real". E continua: o "romancista parte da realidade do meio e da verdade do documento humano; se em seguida ele a desenvolve num certo sentido, já não é imaginação, a exemplo dos contistas, é dedução, como entre os cientistas". Contudo a observação pela observação não é suficiente para categorizar o romance moderno, é preciso que esses "pintores da vida", ao traduzir sua observação imprimam a ela a sua "expressão pessoal". "Todavia, ver não é tudo, é preciso reproduzir. É por isso que, depois do senso do real, há a personalidade do escritor. Um grande romancista deve ter o senso do real e a expressão pessoal" (ZOLA, 1995, p.30).

Esse movimento literário que teve como base a observação e a descrição da realidade, em oposição ao idealismo típico do romantismo, é denominado "Realismo" e tem o século XIX como seu marco histórico. "Caracteriza-se pela intenção de uma abordagem objetiva da realidade e pelo interesse em temas sociais. O engajamento ideológico faz com que muitas vezes a forma e as situações descritas sejam exageradas para reforçar a denúncia social".²⁹

O romance passa a ser a história de homens simples, no seu cotidiano. "O caráter puramente humano destes personagens, aquilo que eles têm de mais profundamente singular e típico, [...] nada de tudo isto pode ser separado do seu enraizamento concreto no seio de relações concretamente históricas, humanas e sociais que são a contextura de sua existência" (LUKACS, 1969, p.37). E, portanto, por maior que seja o "tom" de ficção de um romance,

²⁹ <http://www.artesbr.hpg.ig.com.br> acessado em 08/01/2004.

este não pode fugir àquilo que é possível, ou seja, não pode externalizar-se a partir de uma idéia órfã de realidade. O imaginado só pode estar compreendido no plano do imaginável. Seguindo com Lukács (1969, p.42), “É tão somente através duma interação viva e concreta entre o homem e o mundo ambiente, que as possibilidades concretas dum indivíduo podem libertar-se das suas possibilidades abstratas e revelar-se como realidades concretas[...]”.

Dessa forma, podemos inferir que mesmo o escritor sendo o árbitro do destino de suas personagens, bem como do desfecho de seu romance, ainda assim o seu conteúdo não pode negar a realidade da qual ele participa. Se os imortaliza como heróis da vida privada, ou submete-os a um fim trágico, como expiação pelas suas atitudes, não pode deixar de ser fiel ao seu pano-de-fundo, aqui entendido como a realidade social. “[São essas] imagens do mundo, que os escritores nos comunicam através das suas obras, entre as atitudes, que eles mesmos tomam em relação à sua própria apreensão do real, entre os juízos de valor que fazem sobre esse objetivo [...] [que] condicionam verdadeiramente o estilo duma obra e o seu sentido objetivo” (LUKACS, 1969, p.36). Ante o exposto, aceitaremos a tese da função dialética da literatura como um veículo que absorve os elementos externos de uma determinada realidade servindo em seguida como meio de compreensão dessa mesma realidade formando opiniões e refletindo modos de comportamento de uma dada época.

Tanto a literatura quanto a história buscam estimular comportamentos e formas de pensamento desejados, propondo modelos e pondo em ação estratégias discursivas tais como a persuasão, a sedução, a verossimilhança, a credibilidade e a autoridade das palavras. Sendo assim, literatura e história, ao oferecer modelos de comportamento, participam do processo histórico, político e social da definição das identidades nacionais, sociais e individuais, seguindo trilhas ao mesmo tempo divergentes e paralelas (LEMAIRE, 2000, p.12).

Entre as 'pérolas' do realismo francês está o romance *Madame Bovary* (1857) de Gustave Flaubert, em que a personagem principal, na ânsia de satisfazer os desejos de um amor proibido, projeta na aquisição de bens materiais a realização do seu prazer. Nesse romance "vislumbra-se essa alienação que um século mais tarde aprisionará, nas sociedades desenvolvidas, homens e mulheres (mas sobretudo estas últimas, por suas condições de vida): o consumismo como um desafogo para a angústia, tentar povoar com coisas o vazio que a vida moderna instalou na existência do indivíduo" (LLOSA, 1979, p.108). Nessa tragédia provinciana, Flaubert anuncia o espetacular fenômeno da sociedade moderna, onde os homens

se transformam em escravos dos objetos materiais³⁰, fenômeno igualmente analisado pelos sociólogos, como vimos anteriormente.

Em outros países também teve expressão a literatura realista. Na Rússia, Feódor Dostoievski foi um dos expoentes dessa escola com romances como *Os Irmãos Karamazov* e, sobretudo, *Crime e Castigo*, um drama moral que narra o assassinato de uma usurária por um estudante que precisou matá-la para roubar dinheiro e salvar sua família.

Todavia é com Balzac que se origina o verdadeiro romance moderno. Ele é considerado o “[...] chefe incontestado da escola realista dos romancistas franceses, que teve, depois, em Flaubert e Maupassant dois grandes continuadores [...]” (PERDIGÃO, [?], p.10). É o que parece indicar Balzac (1981, p.225) no posfácio da primeira edição de *Eugênia Grandet*, ao apresentar o seu romance como uma descrição em miniatura dessas “imagens do mundo”, sendo as suas personagens a representação ficcional de incontáveis personagens da vida real.

Aqui, nenhuma invenção. A obra é uma humilde miniatura, que exigiria mais paciência do que arte. Cada departamento tem o seu Grandet. Apenas, o Grandet de Mayenne ou de Lille é menos rico que o antigo prefeito de Saumur. É possível que o autor tenha forçado um traço, esboçado mal os seus anjos terrestres, posto cor de mais ou de menos em seu papel [...].

Partimos do pressuposto de que uma leitura atenta e não fragmentada do romance *Eugênia Grandet* possa nos fornecer dados que subsidiarão nossa análise a respeito do comportamento do ator econômico no século XIX. No prefácio, o próprio Balzac dá algumas dicas que servem de orientação para a leitura do romance e que são fundamentais para atingirmos nosso objetivo. Primeiramente, ele introduz suas personagens numa dinâmica social que em princípio parece ausente na província, e que se outros escritores não o fizeram, não foi por falta de observação ou desprezo pela simplicidade da vida provinciana, mas por “impotência”, por quererem os “dramas já prontos”. Entretanto, “encontram-se, em certas cidades de província, alguns tipos dignos de um estudo sério, caracteres cheios de originalidade, existências tranquilas na superfície, e devastadas secretamente por tumultuosas paixões; porém as asperezas mais marcadas [...], as exaltações mais apaixonadas acabam por cessar ali, na constante monotonia dos costumes” (BALZAC, 1981, p.7). Balzac vai buscá-los justamente onde eles parecem não existir, vai colorir e vivificar a pacata aldeia de Saumur.

A seguir, finaliza seu prefácio recomendando que tenhamos cuidado com o julgamento que fazemos da província, cenário por excelência de sua descrição neste romance. “Cuidado! Há *moralidades* nessa tradição campestre” (BALZAC, 1981, p.9). Aparentemente uma simples advertência, mas já indicando que seremos introduzidos num conjunto de signos e valores que caracterizam a vida em sociedade.

Apesar de terem vivido aproximadamente no mesmo período, os sociólogos e economistas citados tiveram percepções diferentes dos fenômenos econômicos, conforme vimos na unidade 2. Resta-nos, portanto, verificar como Balzac vê o ator econômico moderno e como ele analisa as conseqüências sociais de seu comportamento.

3.2. Uma rápida biografia e introdução à obra de Balzac

Honoré de Balzac nasceu em Tours no ano de 1799. Naquele período, a França era atravessada pela maior revolução de sua história, a Revolução de 1789, que mudaria a configuração social e política do país e da humanidade como um todo. Todavia, não é desse período revolucionário que germinam as idéias e concepções de Balzac a respeito da sociedade. Foi no período da Restauração³¹ (1815-1830) que ele formou sua concepção sobre a sociedade suas normas e seus valores. “Daí nasceram suas convicções católicas e monárquicas [...] da idade de dezesseis a trinta anos, aquela em que se sente e ao mesmo tempo se observa, ele vivera sob a Restauração, aceitara o princípio como um fato, o regime como um ideal social e político [...]” (MILLE, 1958, p. xvi-xvii).

O intermezzo da Restauração é a principal fonte de inspiração para os romances do autor. Nele, alguns poucos teóricos e intelectuais perceberam a agonia de uma forma de existência - à qual na época talvez não coubesse o nome de “tradicional” ou “patriarcal”, mas atualmente seria o mais preciso - e a emergência de uma nova sociedade, onde os valores que estruturavam aquelas relações foram substituídos por outros, bem mais identificáveis em nossos dias. “Muitas instituições antigas foram restauradas, mas os costumes de outrora ruíram definitivamente” (RÓNAI, [?], p.17).

Embora suas convicções políticas o fizessem conservador aos olhos de muitos críticos por prezar os valores aristocráticos, bem como ser “[...] partidário militante da Monarquia e

³¹ Restauração temporária da monarquia quando um descendente dos Bourbon, Louis XVIII, volta a sentar no trono real após a queda do Império de Napoleão Bonaparte. A Restauração é o regime que antecedeu ao 1º Império em 1830. Este regime, marcado pelo restabelecimento dos Bourbons vê a Realeza restabelecida em proveito de Louis XVIII (1815-1824) e de Carlos X, seu irmão (1824-1830). Em 1830, Luis Felipe substitui Carlos X no quadro de uma revolução de Julho.

da Igreja, [...] nem por isso a *Comédia Humana*, este grandioso afresco da sociedade da Restauração, ficaria manchada pela parcialidade, pois o gênio do autor sobrepujou as tendências do seu espírito” (RÓNAI, [?], p.50).

Balzac não deixou de representar fielmente em sua obra a emergência da sociedade de mercado e a ascensão de uma nova classe, a burguesia. Deslocou o objeto central dos romances de então, o amor puro e desinteressado, e trouxe à superfície os valores que formavam a nova sociedade. “Antes de Balzac o romance evoluíra em torno de um único sentimento: o amor. Balzac compreendeu bem que não era o amor, e sim o dinheiro o ídolo de sua época, e foi por isso que fez do dinheiro ou antes, da caça ao dinheiro, como que o centro de sua obra” (BRANDES, 1956, p.xxii). Percebeu os conflitos decorrentes da busca pela realização do auto-interesse e as modificações operadas na vida coletiva e particular. Modificações estas oriundas dos progressos da ciência e da técnica que marcavam uma nova era, a era da imprensa, da publicidade e, sobretudo do capital. “Patenteava-se a ascensão prodigiosa do dinheiro, que reivindicaria um papel cada vez maior em todos os domínios. Estavam, pois, aparecendo e desenvolvendo-se as forças que passariam a moldar todo o período da história européia até a primeira guerra mundial” (RÓNAI, [?], p.18).

Com isso Balzac pretende demonstrar que a busca do dinheiro como fim último e como condição generalizada na nova sociedade é que leva ao solapamento dos valores que regiam a sociedade aristocrática. Ele demonstra que a origem das “[...] ‘úlceras da civilização’ encontra-se no princípio do ‘dinheiro’, que é ele que destrói todas as fases da vida social e finalmente a humanidade mesma; que a sociedade burguesa está levando a humanidade ao caos e à degradação [...]” (GRIB, 1958, p.xxix).

Pelo que podemos inferir de sua fala, Balzac percebia o desbotar dos valores tradicionais e, de certa forma, lamentava a capilarização dos valores da sociedade de mercado no tecido social. É categórico na defesa dos valores da sociedade aristocrática e crítico em relação à nova concepção de vida que impera na sociedade moderna: “No tempo dos carros de gala e das velhas tradições francesas, quando o clero dominava e a frivolidade reinava nas classes superiores, havia ainda lugar para uma concepção ampla da vida. Esta desapareceu com o advento do reinado do dinheiro [...]” (BALZAC apud BRANDES, 1956, p.xv)

É a essa nova sociedade que Balzac observa, mas também da qual participa e sente suas pressões, que ele nos aproxima com todo seu talento.

Nos dá, em a *Comédia Humana*, a história mais maravilhosamente realista da *société* francesa [...] descrevendo sob forma de crônica de

costumes, quase de ano em ano, de 1816 a 1848, a pressão cada vez maior que a burguesia ascendente exercia sobre a nobreza que se reconstituía depois de 1815 [...]. Descreve como os últimos restos dessa sociedade, para ele exemplar, sucumbiram aos poucos em face da intrusão do *parvenu* vulgar da finança, ou foram por este corrompidos [...] em volta deste quadro central agrupa toda a história da sociedade francesa, onde eu aprendi mais, mesmo no que concerne a pormenores econômicos [...] do que em todos os livros dos historiadores, economistas e estatísticos profissionais da época, todos juntos (ENGELS apud RONAI, [?], p.71).

Há quem cogite a impossibilidade de Balzac ter observado as transformações engendradas a partir da emergência da sociedade de mercado. Devido ao ritmo alucinante em que produzia os seus romances e, lembrando que a *Comédia Humana*, assim como um número significativo de artigos, foi escrita num período de aproximadamente dezoito anos, seria impossível para o escritor observar com a exatidão que descreve em sua obra, as transformações a que tanto nos referimos. Entretanto, há muitas leituras de Balzac, entre elas a de Stefan Zweig (1946, p.9), que demonstra o contrário, ou seja, que Balzac estava atento às mudanças de sua época e desde “[c]edo assistiu ele a esse extraordinário transtornamento de valores tanto intelectuais como materiais”.

Mas o que interessa em nosso caso específico, independentemente de Balzac ter sido observador ou visionário, conservador ou revolucionário, à parte os rótulos que lhe foram atribuídos ao longo dos séculos, é que ele como romancista conseguiu diferenciar as motivações da “ambição” na sociedade moderna. O que muda em relação ao antigo regime é que as possibilidades de ascensão social se estendem ao conjunto da sociedade não sendo restritas apenas a uns poucos privilegiados. “Balzac viu isso admiravelmente, e é uma das coisas que emprestam à sua obra coesão, realidade e vida [...]” (FAGUET, 1959, p.xxiv). No entanto, talvez já pressentindo os impactos da desarticulação da sociedade, causada pelas possibilidades de ascensão social através da realização do auto-interesse, Balzac temia esse movimento.

Entre a agonia de uma sociedade aristocrática e a emergência de uma sociedade burguesa, ou seja, de mercado, Balzac escrevia seus romances. Apesar de muitos críticos o considerarem um escritor conservador, devoto dos valores da aristocracia, Balzac não possuía, legitimamente, nenhum vínculo com a nobreza, pelo contrário, nasceu de uma família humilde e provinciana, permanecendo, senão pobre, pelo menos com muitas dificuldades financeiras até o fim de sua vida. Seu pai Bernard-François Balzac, foi funcionário público durante grande parte da vida, alcançando uma posição social bem sucedida sem, no entanto,

ser rico. Com a idade de 51 anos Bernard, casou-se com uma jovem de 19 anos filha de negociantes de tecidos de Paris, a geniosa e coquete, Laure Salambier (ROBB, 1995). Portanto, “Balzac é *defensor da aristocracia, mas não um autor aristocrata*. Pelas circunstâncias, infância, educação, psicologia e gostos, Balzac está longe de ser aristocrata [...] As concepções aristocráticas de Balzac foram o resultado de longos estudos. Chega a elas porque se convence que não pode haver outra saída objetiva no beco de contradições sociais” (GRIB, 1958, p.lxvi-lxvii). Na verdade, Balzac sabe que o restabelecimento da antiga ordem é impossível, da mesma forma que sente que o avanço da nova ordem é irrefreável. “Com aguda ironia e sátira, retrata a decadência da aristocracia, causada pelo espírito mercantil dominante, e se esmera em mostrar as qualidades destacadas da nobreza e de sua grandeza espiritual, tais como a lealdade à coroa, fidelidade à monarquia [...]” (GRIB, 1958, p.xl).

Ao mesmo tempo, os novos valores o seduziram. Ele “[...] permaneceu toda sua vida um provinciano, ávido de prazeres e faustosos vícios ‘daquela grande cortesã’, ‘o mais delicioso dos monstros’ – Paris. Estava intoxicado pelo que era moderno” (MORTIMER, 1958, p.xxix). E é essencialmente em Paris que Balzac observa os conflitos e as contradições de interesses que movem o homem moderno. Paris é o grande palco da vida moderna, onde o homem pode chegar ao ápice das suas potencialidades. “Daí prodígios de trabalho, e não somente trabalho do sábio que estuda até se esfaltar, ou do artista que inventa até se embrutecer, mas também o trabalho do homem especializado que corre, intriga, calcula suas palavras, mede suas amizades, entrecruza as mil redes de suas esperanças para pescar uma clientela, um cargo, um nome [...]” (TAINÉ, 1958, p.xviii). Por outro lado, “se tudo acontece em Paris, na província tudo passa; ali não há relevo, nem saliência; mas ali estão os dramas em silêncio; ali, os mistérios habilmente dissimulados; ali, os desfechos numa só palavra; ali, os enormes valores emprestados pelo cálculo e pela análise às ações mais indiferentes. Ali se vive em público” (BALZAC, 1981, p.8).

Muitos de seus romances, ou melhor, uma parte da Comédia Humana que trata dos “*Estudos de Costumes*” é dedicada ao cenário parisiense com todas as suas “úlceras” e virtudes. Suas personagens são geralmente fantoches das circunstâncias. “Entre esses dois extremos – a glória e a obscuridade – está a vida, isto é, o apetite das coisas [...] Considerado sob esse aspecto, o homem não é nem mau nem bom, é simplesmente uma possibilidade para o bem ou para o mal, que a sociedade aplaudirá ou repudiará conforme os gritos da fortuna” (CARVALHO, 1954, p.xxvii). Ora, a sociedade moderna aplaude justamente o egoísmo, com graves conseqüências sociais. “Sob a influência venenosa da ganância todos os laços sociais

começam a afrouxar, o organismo social principia a romper-se em células isoladas de indivíduos que estão em plena batalha entre si” (GRIB,1958, p.xxxiii).

Assim, podemos deduzir de sua obra que os indivíduos na sociedade do século XIX estão submetidos a uma espécie de “darwinismo social”, onde somente os mais aptos sobreviverão à “ação impessoal do mercado”. “Não estando reservado a alguém lugar algum – como outrora ao rei, à nobreza, ao clero – e tendo cada um direito a tudo, os esforços dos indivíduos se decuplicam e a diminuição das possibilidades se traduz pelo redobrar das energias” (ZWEIG,1946, p.17). Numa batalha aberta de todos contra todos “cada um vai ao assalto da fortuna, e é sobre o cadáver de um que passam os cavalos do outro” (ZWEIG, 1946, p.16).

Com base nessas indicações e partindo do pressuposto de que muitos dos temas abordados pelos romancistas do século XIX foram forjados pela emergência da sociedade de mercado, pretendemos proceder à análise do romance *Eugênia Grandet* de Balzac, a fim de verificarmos as motivações e os impactos do comportamento do ator econômico moderno. Antes disto, faremos um breve resumo do romance para ajudar o leitor que não conhece a obra.

3. 3. Apresentação geral de *Eugênia Grandet*

É provável que Balzac tenha ido além das aparências ao observar o comportamento humano. Antevendo os rumos de uma sociedade orientada pelo padrão de mercado, por relações sociais reificadas, que são o substrato mesmo dessa sociedade, sua literatura caracteriza-se por uma denúncia dos vícios e uma exaltação das virtudes.

Escrita entre 1829 e 1850, a *Comédia Humana*, com aproximadamente 2000 personagens, “[...] é um amplo painel da sociedade burguesa [de seu] tempo, [...] a ponto de dividir a história do romance em duas grandes épocas: antes de Balzac e depois de Balzac” (MOISES, 1983, p.93). Está estruturada em três grandes divisões: 1) os “Estudos de Costumes” subdividido em Cenas da Vida Privada, Cenas da Vida Provinciana, Cenas da Vida Parisiense, Cenas da Vida Política, Cenas da Vida Militar e Cenas da Vida Rural; 2) “Estudos Filosóficos”, e 3) “Estudos Analíticos”.

Nos *Estudos de Costumes*, se agrupavam os fatos produzidos sob a pressão do meio social; nos *Estudos Filosóficos*, se conflagram os princípios, as leis da consciência, a influência externa das instituições ou interesses e opiniões sistematizadas; e nos *Estudos Analíticos*, que

Balzac não teve tempo de finalizar, ele tirava as suas conclusões, aos quais ligaria a *Patologia da Vida Social*, a *Anatomia dos Corpos Docentes* e a *Monografia da Virtude* (BRAGA, 1958, p.xxiv).

O romance *Eugênia Grandet* foi escrito em 1833 e publicado inicialmente em *l'Europe littéraire*, em setembro do mesmo ano sob o título *Eugénie Grandet, histoire de province*. Em 1839, porém, o romance passa a constituir o primeiro volume de “*Scènes de la vie de province*” no tomo V da *Comédie humaine* (BEAUMARCHAIS & COUTY, 1994, p.690). “Desde a sua primeira publicação, *Eugênia Grandet* já alcançou o status de uma obra-prima e até os adversários de Balzac admitiram tratar-se de uma obra-prima que muito lembrava os modelos clássicos. Aliás, eles se serviram, mais tarde, desse livro para deprimirem os méritos dos outros e acusá-los de decadentes” (RÓNAI, 1990, p.218). Neste romance, encontramos uma preocupação moral com a sociedade, a mesma preocupação que é característica em outros romances do autor. “O romance interessou pela pintura fiel e escrupulosa da vida de província, com os seus vícios e suas virtudes; podia ser lido em família, porque a heroína era uma moça nobre e casta, e admirava-se o talento maravilhoso com que Balzac soubera representar como um vício capital a avareza, da qual os antigos tinham visto apenas o lado cômico” (BRANDES, 1956, p.xxvi).

Neste romance, a história de amor de Eugênia Grandet e seu primo Carlos é eclipsada pela presença atormentadora de outra personagem, o Pai Grandet, a qual temos a impressão de que Balzac pretendia denunciar a figura do avarento moderno. Inicialmente vivem os três, Pai Grandet, a Sra. Grandet e Eugênia, única filha do casal, numa cidadezinha chamada Saumur, no vale do Loire³². Vive também com eles, e é quase um membro da família, a fiel Nanon, a “grande Nanon”, empregada da casa ainda antes do Pai Grandet se casar. A vida transcorre sem grandes acontecimentos e acompanha a monotonia da pacata Saumur. Volta e meia, as famílias Cruchot e des Grassins visitam a casa Grandet com o objetivo de se inteirar das intenções do Pai Grandet e com isso aproximar suas chances de enlace com Eugênia. São famílias rivais que disputam abertamente a mão da herdeira do Pai Grandet e usam de toda sua astúcia para passarem para trás uns aos outros.

Após decretar falência em Paris, Guillaume Grandet, irmão do Pai Grandet, envia seu filho Carlos a Saumur sem lhe explicar os motivos da viagem e, após sua partida, comete suicídio. À chegada de Carlos Grandet em Saumur tudo se modifica e os rivais das famílias

³² Provavelmente, não é por acaso que Balzac ambientou seu romance no vale do Loire, patrimônio histórico da França, onde constam os castelos dos mais famosos reis no período que compreende os séculos X-XVI, portanto, símbolo de uma sociedade aristocrática. Além disto, Saumur fica perto de Tours, cidade natal de Balzac.

Cruchot e des Grassins sentem a ameaça de um novo concorrente. Entretanto, isso não deveria ser motivo de preocupação, visto que Pai Grandet jamais entregaria sua filha a um “falido”. No período em que Carlos permanece na casa do tio, Eugênia desperta para o amor e, mesmo contra a vontade do pai, começa entre eles uma história cheia de esperanças para o futuro. Carlos em breve partirá para as Índias em busca de fortuna e seu tio promete pagar a dívida de seu pai e com isso salvar a honra da família. Secretamente Eugênia entrega ao primo a quantia de 6000 francos, que ela vinha ano a ano acumulando na ocasião de seu aniversário e ano novo, como uma garantia para os possíveis infortúnios na viagem. Eugênia confia este segredo a sua mãe que será cúmplice no sofrimento da filha, pois sabe que em breve Pai Grandet descobrirá e não perdoará tamanha ousadia.

De fato, no primeiro dia do ano de 1820, começam os tormentos na casa Grandet de Saumur. Após saber que sua filha havia entregado ao primo uma quantidade significativa de moedas raras, Pai Grandet põe-na de castigo com permissão de sair apenas para a missa. A Sra. Grandet, dividida entre o sofrimento da filha e a obediência ao marido, cai enferma sem chances de resistir ao inverno rigoroso naquele início de ano. A reconciliação entre pai e filha se dá após os conselhos dispensados pelo notário Cruchot ao Pai Grandet, alertando-o para os incômodos que teria em inventariar a herança da esposa e que seria mais fácil fazer as pazes com Eugênia convencendo-a do uso e fruto do espólio.

Neste ínterim, Carlos faz fortuna nas Índias. Porém, ao retornar, destrói as esperanças docemente alimentadas por Eugênia de um dia se casarem e consumarem o seu amor. Na viagem de volta, com efeito, Carlos conheceu uma jovem aristocrata, a Srta. D’Aubrion, que estava no navio juntamente com sua mãe e o casamento é prontamente planejado. Após saber através de carta dos projetos do primo, Eugênia envia-lhe a quantia necessária para quitar a dívida que seu pai havia prometido, mas que não cumprira em vida. Casa-se com o pretendente da família Cruchot, pois Adolfo, o pretendente da família des Grassins, já havia trocado Saumur pela vida agitada de Paris.

Pai Grandet morre no ano de 1827, aos 78 anos, e deixa a Eugênia um patrimônio estimado em 19 milhões de francos entre propriedades e rendas. Sem filhos e viúva prematuramente do Sr. Cruchot, Eugênia passa o resto de seus dias ao lado da fiel Nanon dedicando sua vida e parte da sua fortuna às obras de caridade.

Esperamos com essa síntese ter introduzido o leitor à obra que será analisada nas páginas seguintes.

3.4. O ator econômico em *Eugênia Grandet*

Como vimos, o romance *Eugênia Grandet*, apesar de ter como tema principal o amor da jovem Eugênia e seu primo Carlos, está rodeado de protagonistas que muitas vezes tomam o centro da trama. Particularmente, no caso que nos interessa, o Sr. Félix Grandet, também conhecido como Pai Grandet, é a personagem em que, poderíamos supor, Balzac caricaturou o ator econômico. É nas suas atitudes que podemos vislumbrar um comportamento voltado para o ganho econômico e, portanto, verificarmos os impactos sociais desse comportamento.

Apesar de muitos críticos sugerirem que Pai Grandet é uma reencarnação do Harpagon de Molière, ele, em nossa opinião, é um avaro moderno. Enquanto Harpagon está ainda preso ao contexto “metalista” do século XVII, onde as doutrinas mercantilistas³³ e a política do bulionismo³⁴ eram predominantes, o Pai Grandet, apesar de ser realmente um avaro que admira todas as noites o ouro no seu gabinete, já traz em si os germes do capitalista moderno que especula com bens imobiliários e títulos financeiros e se dá conta de que o entesouramento por si só não levará ao aumento da sua fortuna. Esta personagem tirânica é como muitas das personagens balzaquianas, um monomaniaco, neste caso movido pelo desejo de ouro. Entretanto, apesar de ter como fim último o aumento de sua fortuna, os meios pelos quais busca atingir seu objetivo não são exclusivos de um avaro.

3.4.1. Sobre a fortuna do Pai Grandet

Nas primeiras páginas do romance, Balzac nos mostra como sua personagem conseguiu iniciar sua fortuna. Ao findar o século XVIII, Pai Grandet goza de boa reputação devido à sua larga experiência como ex-tanoeiro e se utiliza dessa experiência para engordar a sua reserva metálica, bem como aumentar sua propriedade imobiliária.

Grandet tinha a vantagem de saber ler, escrever e contar, o que provavelmente exerceu alguma influência nas suas atitudes enquanto ator econômico.

“Quando, no distrito de Saumur, a República pôs à venda os bens do clero, o tanoeiro, então com quarenta anos, acabara de desposar a filha de um rico negociante de tábuas. Munido

³³ Quando afirmamos que Molière está submetido às idéias do mercantilismo queremos dizer que ele concebe a riqueza como fruto de acumulação de metais preciosos. Até Adam Smith, a riqueza de uma nação era proveniente da sua capacidade em manter um número significativo de metais, principalmente o ouro e a prata, e uma balança comercial superavitária. O trabalho não era ainda tido como a principal fonte de riqueza. Portanto, Molière só pode conceber as causas da fortuna através do entesouramento desses metais.

³⁴ Bulionismo é o termo empregado para caracterizar a primeira fase do mercantilismo que iniciou com o fim da Idade Média e se estendeu até o século XVII. Orientava-se pela acumulação de ouro e prata nas principais nações européias com o intuito de estancar a “sangria” provocada nos séculos anteriores (HUNT, 1982).

de sua fortuna líquida e do dote, munido de 2000 luíses de ouro, Grandet compareceu ao distrito, onde, graças a 200 luíses duplos oferecidos pelo sogro ao feroz republicano que administrava a venda dos domínios nacionais, obteve, a troco de nada, legalmente, senão legitimamente, um dos mais belos vinhedos da região, uma velha abadia e algumas terras arrendadas” (p.15)³⁵.

Esta atitude do Pai Grandet o apresenta aos demais moradores da aldeia como um homem ousado, “um espírito afeiçoado às novas idéias”³⁶, mesmo porque os habitantes de Saumur desconheciam a maneira inescrupulosa de como estas terras foram aumentar os domínios do Pai Grandet. Seu feito o elevou à condição de membro da administração municipal de Saumur, onde pôde exercer sua influência na esfera política e comercial, novamente agindo com astúcia nos seus negócios.

Esta aventura particular de Grandet reflete obviamente a história da França, onde os bens da aristocracia e da Igreja começam a ruir frente à burguesia emergente (RUDICH e RUDICH, 1973). Neste período de transição, Pai Grandet, com muita cautela, não se posiciona contra nenhuma classe, mas tenta agradar ambas.

“Politicamente, ele protegeu os nobres e usou todo o seu poder para impedir a venda dos bens dos emigrados; comercialmente, forneceu aos exércitos republicanos 1 a 2 milhões de barris de vinho branco e se fez pagar em soberbos prados, pertencentes a uma comunidade de mulheres, que haviam sido reservados como derradeiro lote” (p.16).

Ainda sob a República, Grandet foi nomeado prefeito onde, novamente, conduziu os negócios da municipalidade de acordo com seu próprio interesse. Entretanto, sob o Império, é destituído por Napoleão e o prefeito de Saumur volta a ser somente o Pai Grandet. Mas isso, pelo visto, não causou desgostos ao vinhateiro.

“O Sr. Grandet deixou as honras municipais sem nenhum pesar. Mandara abrir, no interesse da cidade, excelentes estradas que conduziam às suas propriedades. Sua casa e seus bens, mui vantajosamente cadastrados, pagavam impostos módicos” (p. 16).

Realmente Pai Grandet não se preocupava muito com o status social e fazia questão de não atrair atenção à sua verdadeira condição sócio-econômica. Como um dos vinhateiros mais prósperos da região, chegou a abrir mão de reivindicar a cruz da Legião de Honra.

³⁵ Todos os fragmentos do romance *Eugênia Grandet*, citados a seguir nesse trabalho, referem-se a edição brasileira de 1981.

³⁶ O termo “novas idéias” tem aqui uma conotação política, pois refere-se ao período republicano em oposição à tradição monárquica (Balzac, 1981, p.15).

“Com a classificação das suas diferentes quintas, suas vinhas, graças a cuidados constantes, haviam-se tornado a cabeça da região, termo técnico empregado para indicar os vinhedos que produzem a melhor qualidade de vinho. Teria podido solicitar a cruz da Legião de Honra” (p. 16).

Todavia, mesmo sem contar com as vantagens que a política pode oferecer aos interesses econômicos, Pai Grandet é novamente presenteado pela Providência, como ironicamente pretende demonstrar Balzac, fazendo-o herdar da família de sua esposa³⁷.

“O Sr. Grandet, a quem provavelmente a Providência quis consolar da desgraça administrativa em que caíra, herdou sucessivamente, naquele ano, da Sra. De la Gaudinière, nascida de la Bertellière, mãe da Sra. Grandet; depois do velho de la Bertellière, pai da finada; e ainda da Sra. Gentillet, avó pelo lado materno: três heranças de cuja importância ninguém teve conhecimento” (p. 16).

Aqui podemos fazer uma rápida avaliação de como Balzac considera a avareza como um comportamento “antiquado” que não corresponde às “novas idéias”, pois as heranças que vieram compor a fortuna do Pai Grandet pertenciam a três pessoas avarentas que, ao contrário daquele, não se desfaziam de seu ouro a fim de vê-lo aumentar. Também podemos supor que uma das maneiras mais eficientes de se aumentar uma quantidade em dinheiro é aplicando-o a fim de obter por ele uma remuneração, ou seja, obter juros. Entretanto, isso faz parte de uma mentalidade que coincide com os valores da sociedade de mercado que emerge no século XIX e, portanto, não condiz com o contexto social e cultural ao qual os três finados avarentos pertenciam.

“A avareza desses três velhos era tão apaixonada que de há muito acumulavam o dinheiro para poder contemplá-lo secretamente. O velho Sr. De la Bertellière considerava qualquer aplicação em dinheiro uma prodigalidade, encontrando maiores compensações na visão do ouro do que nos lucros da usura” (p. 16).

A fortuna do Pai Grandet era estimada em aproximadamente 4 a 6 milhões. Este dado é importante para se ter uma idéia do vulto que adquire ao longo do romance e os meios que

³⁷ Aqui ainda se trata de um modo antigo de conseguir dinheiro. Para Durkheim (2002, p.294), a herança é condenada porque gera uma injustiça social, implicando “a existência de ricos e pobres de nascença”. Portanto, numa relação contratual haverá, mesmo que latente, um conflito entre as partes, fazendo prevalecer os interesses dos que possuem mais poder econômico em detrimento dos que não têm outra escolha senão aceitar as condições contratuais.

emprega para a sua progressão. Cabe também ressaltar que este montante não está inteiramente na forma líquida, contando inclusive com os bens territoriais.

“Em 1816 os mais hábeis calculadores de Saumur avaliavam os bens territoriais do homem em perto de 4 milhões; mas, como em média, ele devia ter tirado por ano, de 1793 a 1817, 100 000 francos de suas propriedades, era de presumir que possuísse em dinheiro soma quase igual ao valor de seus bens de raiz” (p. 19).

Com a ajuda de seus “amigos” cruchotinos³⁸, Pai Grandet adquire mais uma bela propriedade estimada em 3 milhões.

“A terra de Froidfond, notável pelo seu parque, seu admirável castelo, suas fazendas, seus rios, lagunas, florestas, e valendo 3 milhões, foi posta à venda pelo jovem marquês de Froidfond, obrigado a realizar seus capitais. Mestre Cruchot, o Presidente Cruchot e o Abade Cruchot [...] conseguiram impedir a venda em pequenos lotes [...] convencendo-o [ao marquês que] melhor seria vender ao Sr. Grandet, homem solvável e aliás, em condições de pagar a terra à vista. O belo marquesado de Froidfond foi então encaminhado para o estômago do Sr. Grandet [...]” (p. 25).

A aquisição de Froidfond, além de expressar a transição do poder econômico da aristocracia arruinada para a burguesia emergente, aparece ao Pai Grandet como um bom negócio, ou seja, do qual poderia tirar lucros futuros e aumentar suas posses.

“Depois de lançar à sua propriedade o olhar de senhor, retornou a Saumur certo de haver colocado seus fundos a cinco, e empolgado pela magnífica idéia de aumentar o marquesado de Froidfond, reunindo-lhe todos os seus bens” (p. 25).

E assim Pai Grandet constitui parte de sua fortuna, que não cessará de aumentar, atingindo um montante de 19 milhões de francos até o final do romance. Vejamos agora como se orienta o comportamento econômico desta personagem e de que maneira se relaciona com os demais atores sociais para atingir seu objetivo.

3.4.2. A figura do avaro moderno: o Pai Grandet

A avareza não é um fenômeno moderno, pois, sempre que houve a possibilidade de se acumular bens metálicos foi possível existir pessoas avaras. Mas, segundo Simmel (1977), a avareza é mais característica de uma economia monetária não muito desenvolvida, enquanto

³⁸ Cruchotinos e grassinistas, assim são chamados os membros das famílias rivais Cruchot e Des Grassins que disputam avidamente a “mão” da única herdeira de Pai Grandet, Eugênia Grandet.

que numa economia monetária bem desenvolvida e ativa, os limites da cobiça serão elevados. Embora avareza e cobiça não sejam manifestações idênticas, compartilham a mesma base, isto é, a valorização do dinheiro como fim absoluto. Nesses casos, o valor absoluto dos bens transcende a sua finalidade, ao que Simmel (1977) classificou como “degenerações patológicas”.

Como vimos na unidade 2, Weber também verificou o fenômeno da busca do dinheiro como um fim em si mesmo, ou o que ele chamou de *auri sacra fames*. Essa busca irracional do ganho econômico é uma característica de épocas pré-capitalistas. O capitalismo representa a racionalização de uma busca irracional. O ponto onde queremos chegar diz respeito à avareza do Pai Grandet e a sua relação com os valores de uma economia de mercado. Como o ator econômico descrito por Weber e lamentado por Durkheim, todas as ações do Pai Grandet estão voltadas para a acumulação de riqueza através de meios pacíficos. Ora, se uma economia de mercado tem como um de seus pressupostos uma larga e ativa circulação de moeda e, além disso, está desprovida de qualquer regulação institucional de caráter moral e religioso, isto implica dizer que possivelmente se está num terreno propício à exacerbação do auto-interesse, e conseqüentemente do egoísmo. Aqui encontramos uma semelhança entre a percepção balzaquiana e durkheimiana a respeito do ator econômico. Para Balzac, assim como para Durkheim, o ator econômico, conforme o concebe a economia política e o pressupõe a sociedade de mercado, é egoísta. Segundo a narrativa de Balzac...

“A vida do avarento é um constante exercício da potência humana colocada a serviço da personalidade. Ele só se apóia sobre dois sentimentos: o amor-próprio e o interesse; mas, como o interesse é de certo modo o amor-próprio sólido e bem compreendido, a comprovação permanente de uma superioridade real, o amor-próprio e o interesse são duas partes de um mesmo todo, o egoísmo” (p.106).

O interesse exclusivo que move Pai Grandet é o interesse pelo ganho econômico. Portanto, o tempo todo está planejando e imaginando meios para continuar a enriquecer. Como já intuimos, Pai Grandet é uma espécie de avarento moderno que acompanha a evolução dos instrumentos monetários. Nesta perspectiva, ele difere do avarento tradicional, porque a relação de posse do metal não inibe o desejo de se desfazer dele, mesmo que temporariamente, para adquirir bens não metálicos e aumentar sua fortuna. Apesar de todo o prazer que a visão do metal lhe proporciona, Pai Grandet sabe que sua fortuna só aumentará mediante uma entrega temporária. Como numa ciranda financeira, troca seu ouro por escudos

que serão trocados por títulos e assim sucessivamente. A passagem a seguir expressa o pensamento do Pai Grandet em relação à posse do dinheiro:

“Esta é a nossa história. Não se pode ao mesmo tempo ser e ter sido. Os escudos não podem rolar e ficar no nosso bolso, senão a vida seria bela demais” (p.143). “Na verdade, os escudos vivem e se agitam, como os homens; eles vão e vêm, eles suam, eles produzem” (p.168).

Além de investimentos em bens territoriais, Pai Grandet se interessa também pela aquisição de títulos públicos e há muito esta idéia era a base de suas conjeturas. Faz passar-se por ignorante neste domínio das finanças e convence seu amigo Cruchot a explicar-lhe tudo o que sabe acerca das especulações financeiras, ao que seu amigo entusiasticamente responde:

“- Um título é uma mercadoria que pode ter sua alta e sua baixa. Isto é uma dedução do princípio de Jeremias Bentham sobre a usura. Esse publicista demonstrou que o preconceito contra os usurários era uma tolice [...]. Considerando que, em princípio, segundo Bentham, o dinheiro é uma mercadoria, e o que representa o dinheiro se torna igualmente uma mercadoria [...] como é notório que, submetida às variações costumeiras que regem as coisas comerciais, a mercadoria-letra, trazendo tal ou qual assinatura, como tal ou qual artigo, existe em abundância ou falta na praça, tem preço alto ou cai a nada [...]” (p.119).

O interesse do Pai Grandet foi aguçado pelas palavras do notário e, se restava ainda alguma dúvida sobre as possibilidades de retorno nesse tipo de investimento, esta foi afastada com a explicação dada pelo Sr. Cruchot. Pai Grandet...

“Após saber, de manhã, pelas conversas do porto, que o ouro dobrara de preço em consequência de grandes construções navais empreendidas em Nantes, e que especuladores haviam chegado a Angers³⁹ para comprá-lo, o velho vinhateiro, [...] pôs-se em condições de ir vender o seu e trazer de volta, em valores do recebedor geral, sobre o Tesouro, a soma necessária à compra de seus fundos públicos, acrescida do ágio” (p.127).

Essa atitude de investir em fundos públicos o diferenciava da maioria dos atores econômicos de Saumur, que ainda estavam presos a um comportamento tradicional e sofriam a influência das “variações atmosféricas”:

“Nessa região, como na Touraine, as vicissitudes da atmosfera dominam a vida comercial. Vinhateiros, proprietários, negociantes de madeira, tanoeiros, taverneiros, marinheiros, todos ficam à espreita de um raio de sol; quando se deitam, tremem à perspectiva

³⁹ Nantes e Angers são cidades do vale do Loire, portanto não muito distantes de Saumur.

de saber na manhã seguinte que geou durante a noite; têm medo da chuva, do vento, da seca [...]. Há um constante duelo entre o céu e os interesses terrestres” (p.13).

Pai Grandet também pretendia iniciar sua filha Eugênia no sólido terreno das especulações com fundos públicos, aconselhando-a que lhe confiasse seu “pequeno tesouro” - o qual aumentava a cada aniversário de Eugênia, ocasião em que era presenteada com algumas moedas de ouro - a fim de que fosse investido adequadamente:

“[...] podes empregar os teus 6000 francos no governo, e todos os seis meses receberás quase 200 francos de juros, sem impostos, nem reparações, nem granizo, nem geada, nem maré, nem nada disso que atrapalha os lucros” (p.167).

Pai Grandet impressionava com os seus cálculos. Mesmo os mais instruídos como o seu amigo Cruchot ficavam estupefatos com a habilidade com que o velho vinhateiro raciocinava. Novamente podemos perceber que Balzac pretende reforçar as características dessa personagem como ator econômico moderno, atribuindo-lhe um comportamento que destoa do contexto ao qual ele pertence. Pai Grandet está muito a frente dos demais moradores de Saumur:

“-Venha Cruchot [...] O senhor é meu amigo; vou demonstrar-lhe como é uma asneira plantar álamos em terra boa...

- Então não considera os 60 000 francos embolsados com aqueles que cresceram nos seus campos do Loire?

- Mestre Cruchot, veja como um álamo toma lugar [...]. Trinta e dois pés perdidos [...] Eu tinha nesse alinhamento trezentos álamos, não é verdade? Ora trezentas vezes trinta e dois pés me comiam aqui quinhentos de feno; mais duas vezes outro tanto dos lados, mil e quinhentos; às fileiras do meio, outro tanto. Então ponhamos mil molhos de feno.

- Pois bem – disse Cruchot para ajudar o amigo -, mil molhos desse feno valem mais ou menos 600 francos.

- Diga mil e duzentos francos, por causa dos trezentos a quatrocentos francos do restolho. Pois bem, calcule o que rendem mil e duzentos francos por ano, durante quarenta anos, com juros compostos que o senhor sabe.

- Uns 60 000 francos – disse o notário.

- Isso não dará mais que 60 000 francos. Pois bem [...], 2000 álamos de quarenta anos não me renderiam 50 000 francos. Há prejuízo. Eu descobri isto, eu” (p.77).

- Ética do trabalho e ascetismo

Além dessa habilidade com os números no constante exercício de barganhar, podemos encontrar nos hábitos do Pai Grandet uma extrema dedicação ao trabalho, acompanhada pelo desprezo ao gozo imediato do dinheiro, o que caracteriza em certa medida a conduta de vida dos ascetas da religião protestante, tal como analisado por Weber. Trabalhava muito e com isso adquiriu a experiência e a astúcia que o mundo dos negócios exige.

“O Sr. Grandet inspirava, pois, a estima respeitosa a quem tem direito um homem que nunca deveu nada a ninguém e que, velho tanoeiro, velho vinhateiro, adivinhava com a precisão de um astrônomo, quando necessitava fabricar para sua colheita mil tonéis ou apenas quinhentos [...]. Ninguém o via passar sem experimentar um sentimento de admiração mesclado de respeito e terror” (p.18).

Geralmente agia com discrição, era cauteloso na sua fala, respeitava a propriedade alheia e desprezava o consumo com bens de luxo. Apenas duas pessoas em Saumur têm idéia do volume do seu capital. Uma delas era o notário, o Sr. Cruchot, responsável por realizar os investimentos usurários do Pai Grandet, e a outra era o Sr. des Grassins, um rico banqueiro de Saumur que tinha acesso aos lucros do Pai Grandet, sempre com muita discrição. Além disso,

“As maneiras desse homem eram muito simples. Falava pouco. Geralmente expressava sua idéias por pequenas frases sentenciosas e ditas em voz branda” (p.20) “Sempre vestido da mesma maneira, quem o visse hoje via-o tal como era desde 1791. Seus sapatos fortes eram amarrados com cordões de couro; usava todo o tempo meias de lã felpudas, uma calça curta de fazenda marrom grossa, com fivelas de prata, um colete de veludo com listras alternadamente amarelas e cor de pulga, abotoado de viés, um casaco marrom, largo, de grandes abas, uma gravata preta e um chapéu de quacre. Suas luvas tão sólidas quanto as dos gendarmes, duravam-lhe vinte meses [...]” (p. 22).

Passava a maior parte do tempo envolvido com os seus negócios e a visitar suas propriedades. Embora tivesse arrendatários, ele cuidava de tudo pessoalmente:

“O alinhamento de seus prados e dos fossos, à beira da estrada, suas plantações de álamos junto do Loire e os trabalhos de inverno nas suas quintas e Froifond ocuparam-lhe todo o tempo” (p.143).

O trabalho tinha um significado importante também para Guillaume Grandet, seu irmão de Paris. Para ele, o trabalho seria o caminho possível pelo qual se restituiria a fortuna

subtraída do filho em razão de sua falência. Antes de cometer suicídio, escreveu uma carta à Pai Grandet pedindo que aconselhasse Carlos a partir para as Índias e a fazer fortuna pelo trabalho:

“[...] dize-lhe em meu nome que nem tudo está perdido. Sim, o trabalho que nos salvou a nós pode restituir-lhe a fortuna que eu lhe arrebatou” (p.58).

Embora Pai Grandet levasse uma vida dedicada ao trabalho, como meio de enriquecer, e evitasse gastos com bens de luxo, o que caracteriza a conduta de vida dos ascetas da religião protestante, ele tinha um nítido desprezo pela religião, considerando uma “bobagem” perder tempo com os seus mandamentos. Mesmo assim, entre as suas despesas figuravam...

“o pão bento, o vestuário da mulher e da filha e o pagamento dos lugares que elas ocupavam na igreja” (p.20).

O comportamento do Pai Grandet lembra muito àquele analisado por Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Coincidentemente, o Vale do Loire é conhecido também como a região da religião reformada.

- Desprezo pela religião e as instituições

Em Pai Grandet, o interesse adquire sua forma mais expressiva e, por isso, temos a intuição de que Pai Grandet é uma construção balzaquiana de “tipo ideal”⁴⁰, com um comportamento econômico que se aproxima ao do *homo oeconomicus*, ou seja, que não leva em conta o papel das instituições na orientação e definição do seu interesse. Em particular, ignora a influência da religião, da tradição e da moral. No quadro teórico, vimos com Durkheim como a ausência de uma instituição capaz de conter o egoísmo que reina na esfera econômica pode impactar negativamente o conjunto da sociedade. Embora neste romance o autor tenha centrado sua análise nos impactos familiares do comportamento do ator econômico moderno, já é possível perceber sua preocupação com relação às conseqüências sociais do processo de emergência da sociedade de mercado. Essa reflexão está presente em Balzac, quando narra como instituições até então reguladoras e de certo modo orientadoras do comportamento humano começam a desmoronar frente aos valores emergentes. A religião,

⁴⁰ Adotamos aqui a categoria weberiana de tipo ideal que “ tem [...] o significado de um *conceito limite* puramente ideal, em relação ao qual se *mede* a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é *comparada*” (Weber, 1991, p.53, grifos do autor).

que até então era a principal instituição na qual a sociedade lançou suas bases com o intuito de dar sentido à vida, se faz cada vez menos significativa:

“Os avarentos não crêem numa vida futura, o presente é tudo para eles. Essa reflexão lança uma luz horrível sobre a época atual, onde, mais que em qualquer outro tempo, o dinheiro domina as leis, a política e os costumes. Instituições, livros, homens e doutrinas, tudo conspira para minar a crença numa vida futura, sobre a qual se apóia o edifício social há 1800 anos. Hoje em dia, o esquife é uma transição pouco temida. O futuro, que nos esperava para além do réquiem, transportou-se para o presente. Chegar *per faz et nefas*⁴¹ ao paraíso terrestre do luxo e dos prazeres vãos, petrificar o coração e macerar o corpo em busca de posses passageiras, como outrora se sofria pelo martírio da vida em busca de bens eternos, eis a idéia geral! Idéia aliás inscrita por toda a parte, até nas leis, que perguntam ao legislador: “Que pagas?”, ao invés de: “Que pensas?” Quando essa doutrina tiver passado da burguesia para o povo, que será do país?” (p.102).

Como alimenta um desdém pela religião e qualquer outra instituição capaz de conter seu egoísmo, Pai Grandet é capaz de negligenciar os laços afetivos e mesmo profissionais, buscando sempre o seu interesse sem levar em conta os interesses coletivos. Subtilmente, manipula todos ao seu redor e, perante sua família, se faz passar por vítima das condições econômicas. Isso comprova que suas atitudes são desprovidas de valor moral porque, conforme Durkheim (2003), não correspondem a fins coletivos. Quando teve uma oportunidade, logrou seus companheiros produtores de vinho, apesar do acordo tácito existente:

“- Minha mulher – foi dizendo sem gaguejar. – Desta vez logrei-os a todos. Nosso vinho está vendido! Os holandeses e os belgas iam-se embora esta manhã, eu fui passear na praça, diante do hotel deles, com ar de quem não quer nada. Alguém que tu conheces, veio a mim. Os donos de todas as boas vinhas guardam a sua colheita e preferem esperar, não sou eu que os impede. Nosso belga estava desesperado. Eu notei aquilo. Negócio feito, ele fica com a nossa colheita a 200 francos o barril, metade a vista. Recebo em ouro [...]. Em três meses os vinhos baixam” (p.99).

Além de não respeitar interesses e acordos coletivos, Pai Grandet coloca seu interesse acima da honra da família e acima da palavra dada a seu sobrinho.

⁴¹ Pelo lícito e pelo ilícito. (N.do T.)

- A dívida do irmão

Pai Grandet, assim como os demais avaros, está preso aos prazeres de uma vida terrestre e passageira. No seu caso, o prazer é encontrado na visão do ouro que ele secretamente acumula em seu gabinete. Ele não teme o além túmulo porque não acredita na instituição religiosa. Todavia, seu desprezo pela religião é neutralizado frente aos seus espectadores por atos que todos julgam desinteressados. Mas, em várias passagens do romance, Balzac põe às claras as verdadeiras intenções do Pai Grandet, e mesmo quando todos pensam tratar-se de atos desinteressados, nosso avaro joga a seu favor. Uma de suas atitudes mais dignas de nota é a manifestação da vontade de salvar a honra da família quando seu irmão de Paris, Guillaume Grandet, comete suicídio após decretar falência diante da impossibilidade de saldar suas dívidas. Os jornais de Paris consideraram um ato precipitado⁴²:

“O Sr. Grandet, um dos negociantes mais estimados de Paris, suicidou-se ontem com um tiro na cabeça após ter ido à Bolsa. [...] As falências dos Srs. Roguin e Souchet, seu agente de câmbio e seu notário, o arruinaram. A consideração de que gozava o Sr. Grandet e seu crédito eram, no entanto, de tal ordem que, sem dúvida, ele teria conseguido ajuda na praça de Paris. É de lamentar que um homem honrado tenha cedido a um primeiro momento de desespero” (p.80).

Um detalhe importante a ser ressaltado é que a falência de Guillaume Grandet não fora voluntária, mas sim, consequência das falências do seu agente de câmbio e seu notário. Sabendo disso, os julgamentos morais na sociedade são muito mais complacentes para com um falido. Isso modifica a reação que a sociedade tem em relação ao falido, sendo que no primeiro caso as diatribes são muito mais prováveis do que no segundo.

Entretanto, Pai Grandet omite este detalhe a seu sobrinho, a fim de aumentar a grandeza de seu gesto em honrar a dívida do irmão, e explica à Eugênia em que consiste uma falência:

“- Falir [...] é cometer a ação mais desonrosa entre todas as que podem desonrar um homem” (p.94).

Nesse caso, a tese de Durkheim, segundo a qual é necessário se estabelecer uma moral profissional para regular as funções econômicas, visto que a sociedade em geral não possui

⁴²No segundo quartel do século XIX, Paris é marcada por forte recessão iniciada em 1826 e que duraria até 1830. “Ao final da década de 1820, havia sido declarada a cada ano a falência de mais de 2500 pessoas apenas em Paris” (ROBB, 1995, p.147).

critérios para julgá-las, difere da opinião de Balzac neste romance, onde a moral cívica se confunde com a moral profissional e a falência de Grandet de Paris é vista como uma mancha na honra da família. Segundo Durkheim (2002, p.8) “não recusamos nossa estima a um falido, que é apenas um falido. Esse caráter da moral profissional, aliás, é fácil de explicar. Ela não pode interessar vivamente à consciência comum”. Todavia, Pai Grandet, fundamentado no juízo popular, acrescenta:

- Falir, Eugênia [...] é um roubo que a lei toma generosamente sob sua proteção. Determinadas pessoas entregaram suas mercadorias a Guillaume Grandet, fiando-se na sua reputação de honra e probidade; ele ficou com tudo, e só lhes deixa os olhos para chorarem. O salteador de estrada é preferível ao falido: um nos ataca, podemos defender-nos, e ele está arriscando a cabeça; mas o outro...” (p.94).

Certo de poder contar com a ajuda de seu irmão de Saumur, Guillaume envia seu filho Carlos aos cuidados do Pai Grandet como consta da carta escrita antes do suicídio:

“Mandei-o aí para que lhe comunique a minha morte e o destino que o espera. Sê um pai para ele, mas um bom pai [...]. Meu irmão, [...] tu lhe farás uma pacotilha, ele preferiria morrer a não te reembolsar dos primeiros fundos que lhe emprestará – pois tu lhe emprestarás, Grandet!” (p.58).

Mas a morte do irmão não comove Pai Grandet, pois nem mesmo a instituição familiar ele considera. Preocupa-se apenas com a situação financeira em que o seu sobrinho se encontra. Sua compaixão não é pela perda de um ente querido, mas sim pela falta de dinheiro:

“Grandet não estava embaraçado para comunicar a Carlos a morte do pai; mas sentia uma espécie de compaixão ao sabê-lo sem vintém, e procurava fórmulas para suavizar a expressão dessa cruel verdade. ‘Você perdeu seu pai!’ era fácil de dizer. Os pais morrem antes dos filhos. Mas: ‘Você ficou sem fortuna!’ eram palavras em que se resumiam todas as desgraças da terra” (p.92).

E, após comunicar a morte de seu irmão a Carlos, espanta-se com a reação do sobrinho. O fato de o jovem sofrer mais com a perda do pai do que ter ficado na miséria surpreende-o:

“Mas esse rapaz não serve para nada, preocupa-se mais com os mortos do que com o dinheiro” (p.93).

Mesmo assim, Pai Grandet aproveita este infortúnio para tirar vantagem sobre seus negócios. Com o pretexto de salvar a honra da família, consulta seu amigo notário para saber mais a respeito das leis de falência e descobrir de que maneira os títulos da dívida do irmão poderão engordar sua reserva monetária. Pai Grandet...

“[q]ueria salvar a honra do irmão morto sem que isso custasse um vintém nem ao sobrinho, nem a ele próprio. Suas economias iam ser colocadas por três anos, só lhe restava gerir seus bens; era preciso, pois, um alimento à sua atividade maliciosa: encontrara-o na falência do irmão” (p.107).

Novamente, utiliza-se de seus amigos cruchotinos e grassinistas para pôr em prática o seu plano “desinteressado”, fazendo-se passar por um homem honrado diante dos habitantes de Saumur:

“- Ah, Grandet! – exclamou o notário – seria um grande gesto. Existe honra no fundo de nossas províncias. Se o senhor salvasse o seu nome, pois afinal é seu nome, seria um homem...

- Sublime! Disse o presidente, interrompendo o tio” (p. 116).

Aliás, toda a cidade de Saumur estava orgulhosa da atitude digna do Sr. Grandet em salvar a honra do irmão e com isso perdoavam a traição aos vinhateiros da região, na véspera:

“Em alguns instantes, a notícia da magnânima resolução de Grandet difundiu-se [...] e em toda a cidade só se falou naquela dedicação fraternal. Todos perdoavam a Grandet a venda feita com violação de fé jurada entre os proprietários, admirando-lhe a honra, gabando uma generosidade de que não o julgavam capaz” (p.125).

Após manobrar a seu favor os rivais das famílias Cruchot e des Grassins, que se debatiam numa polida disputa de interesses, Pai Grandet, juntamente com o banqueiro des Grassins, consegue ficar como o liquidatário da dívida de seu irmão.

“Um mês depois da partida do banqueiro, Grandet estava de posse de uma inscrição de 100 000 libras de renda pública, comprada a 80 francos líquidos”(p.152)

Decorridos nove meses, sem nada desembolsar, paga aos credores 47% da dívida. Este montante foi adquirido graças à venda dos bens e objetos “pertencentes ao finado Guillaume Grandet” (p.153) aos quais Pai Grandet fizera Carlos renunciar a pedido do irmão. Graças a isso...

“Os nomes de Des Grassins e de Félix Grandet de Saumur eram ali [no Banco da França] conhecidos, gozando de estima conhecida às celebridades financeiras que se apoiam em imensas propriedades territoriais livres de hipoteca” (p. 153).

Entretanto, esta operação financeira não poderia onerar em nada o nosso ator econômico, do contrário, não teria nem se importado com a honra dos Grandet. Os meses foram passando e não houve nenhuma demonstração de interesse por parte dos liquidatários em quitar a dívida:

“Vinte e três meses após a morte de Guillaume Grandet, muitos comerciantes, arrastados pelo movimento de negócios de Paris, já haviam esquecido o haver da Casa Grandet, ou só pensavam nele para dizerem consigo mesmos:

- Começo a achar que os 47 por cento são tudo o que eu arrancarei dali” (p.155).

Pai Grandet contava com o poder que o tempo exerce sobre os ânimos mais exaltados, fazendo esfumegar na memória dos credores os mais nítidos sinais de ira. Assim, manifestava de tempos em tempos a intenção de quitar o saldo devido pela Casa Grandet de Paris, dos quais ele e o Sr. des Grassins haviam se tornado os liquidatários. O Sr. des Grassins conseguiu dos credores a restituição dos seus títulos após pagar 10 por cento do saldo devedor que estava fixado no valor de 2 milhões e 400 000 francos⁴³. Além disso, ao ser pressionado pelos credores, Pai Grandet reagiu dizendo que o notário e o agente de câmbio, “cujas terríveis falências haviam causado a morte de seu irmão” (p.155), é que deviam ser processados e assim diminuiria o montante do déficit.

“Ao termo do quarto ano, o déficit foi devidamente fixado na soma de 1 milhão e 200 000 francos. Entre os liquidatários e os credores, [...] houve conversações que duraram seis meses. Afinal, vivamente instado a resolver-se, Grandet de Saumur respondeu aos liquidatários, no nono mês daquele ano, que o seu sobrinho, tendo feito fortuna nas Índias, lhe expressara a intenção de pagar integralmente as dívidas do pai” (p.155).

A dívida não fora paga pelos liquidatários e, além disso, graças à inteligente manobra da restituição dos títulos mediante os 10 por cento, a operação financeira realizada pelo Pai

⁴³ É importante observar o juízo que Balzac faz dos credores, mostrando que enquanto atores econômicos estes, muitas vezes, se deixam levar por influências das “variações atmosféricas” não sendo possível empreender, em todas as circunstâncias, um comportamento racional: “Geralmente o credor é uma espécie de maniaco. Pronto hoje a levar tudo a ferro e fogo; mais tarde, torna-se ultradisplícite. Hoje a mulher está de bom humor, nasceu o primeiro dente do caçula, tudo vai bem em casa, ele não quer perder um vintém; amanhã, está chovendo, ele não pode sair, fica melancólico, diz sim a todas as propostas que podem encerrar um negócio; já no outro dia, exige garantias; no fim do mês pretende executar-vos, o carrasco” (Balzac, 1981, p.154).

Grandet, quando estes atingiram um valor superior ao da sua aquisição, foi de grande êxito nos registros do comércio.

“Quando os fundos públicos chegaram a 115, o Pai Grandet vendeu, retirou de Paris cerca de 2 milhões e 400 000 francos em ouro, que foram juntar-se nos seus barriletes aos 600 000 de juros compostos que lhe haviam rendido suas inscrições” (p.156).

Assim, Pai Grandet não cumpriu o que havia prometido a seu sobrinho quando Carlos estava prestes a embarcar para as Índias:

“- Meu sobrinho – disse Grandet à porta do albergue, beijando Carlos nas duas faces -, saia pobre e volte rico, você encontrará salva a honra de seu pai. Responsabilizo-me por isso, eu, Grandet; depois então, só dependerá de você...” (p.151).

Finalmente, nem mesmo o amor fraternal de sua filha e esposa, devotas de uma fé cristã inabalável, foi capaz de aplacar os impulsos egoístas do Pai Grandet.

- A herança da esposa

Quando a Sra. Grandet encontrava-se na iminência de morrer, vítima do desdém conjugal, da saúde precarizada pelas más condições da habitação e dos sobressaltos em que se encontrava desde que Eugênia fora castigada pelo pai, Pai Grandet ainda teve uma última ação interessada, com respeito à herança da esposa.

O conjunto de acontecimentos que levou à morte a Sra. Grandet é considerado por Balzac uma “tragédia burguesa” (p.161), termo empregado para designar a tragédia moderna. Diferente das tragédias antigas, a tragédia burguesa não empunha armas, não derrama sangue, não usa veneno, não desafia a autoridade da lei. Porém, usa o cálculo frio e dissimulado como arma na disputa de interesses e arrasta consigo os espíritos menos preparados. Foi o que aconteceu na casa Grandet de Saumur no ano de 1820.

Todos os anos era tradição na casa do Pai Grandet que Eugênia, no 1º dia do ano, viesse e lhe mostrasse seu pequeno tesouro (*douzain*)⁴⁴. O ritual deveria se repetir naquele ano. Entretanto, Eugênia não o possuía mais, pois, conforme contou à sua mãe, havia dado ao

⁴⁴ “O *douzain* é um antigo costume ainda em vigor e santamente conservado em algumas regiões situadas no centro da França [...] quando uma donzela se casa sua família ou a do marido dá-lhe uma bolsa contendo, de acordo com as fortunas, doze moedas, ou doze dúzias de moedas, ou doze centenas de moedas de prata ou de ouro” (Balzac, 1981, p.33).

primo como garantia para a sua viagem. Quando Pai Grandet pediu à filha que trouxesse seu ouro...

“Eugênia levantou-se, mas, depois de ter dados uns passos em direção à porta, voltou-se bruscamente, encarou o pai e disse-lhe:

- Não tenho mais *meu* ouro” (p.168).

Aquelas palavras eram fortes demais para um velho avarento. Pai Grandet teria entendido se a filha entregasse a honra, mas o ouro, o ouro era inadmissível:

“O ouro é uma coisa preciosa. As moças mais honestas podem cometer erros, dar não sei o quê, isto se vê entre os grandes senhores e mesmo entre os burgueses; mas dar ouro [...] porque você deu a alguém, não foi? (p.170).

Pai Grandet, que já havia traído e enganado seus companheiros de corporação, sentia-se naquele instante traído pela própria filha. Ordenou-a que ficasse em seu quarto a pão e água até que ele mandasse sair. Os conflitos que se desencadearam na família a partir daí foram muito fortes para que a Sra. Grandet, mãe e amiga, mas também esposa submissa, pudesse resistir. A intransigência de Pai Grandet diante dos sofrimentos da filha, que há meses vivia em estado de reclusão com permissão de sair apenas para a missa, fizeram com que a Sra. Grandet adoecesse e, no limite de suas forças, tomasse uma decisão:

“Finalmente, uma noite, no fim da primavera, a Sra. Grandet, devorada pela tristeza mais que pela doença, e não tendo, apesar das súplicas, conseguido reconciliar Eugênia e o pai, confiou suas mágoas secretas aos Cruchot” (p.178).

Com isso esperava que os “conselheiros” do Pai Grandet interferissem na resolução que havia tomado em deixar sua filha de castigo, mas Eugênia não queria discutir a autoridade paterna e implorou aos Cruchot:

“Senhores [...] peço-lhes que não tratem desse assunto. Meu pai é o senhor dessa casa. Enquanto eu morar aqui terei de obedecer-lhe. Sua conduta não pode ser submetida à aprovação nem reprovação do mundo, só a Deus ele tem de prestar contas [...]. Agradeço-lhes o interesse que demonstram, porém mais grata lhes ficaria se fizessem cessar os rumores ofensivos que estão correndo pela cidade [...]” (p.179).

De fato, o comportamento do Pai Grandet passou a ser duramente julgado em Saumur. Se, no passado, as críticas foram atenuadas pelos êxitos das suas especulações financeiras e pela pretensa disposição em salvar a honra da família, agora...

“A cidade colocou-o, por assim dizer, fora da lei, lembrou-se das suas traições, de suas durezas, e excomungou-o” (p.176).

Mesmo assim, Pai Grandet continuava irredutível, desprezando a tudo e a todos quando não se tratasse do seu interesse particular. Só cedeu mediante a conversa que teve com seu amigo notário, na qual este expôs o quadro de problemas que Pai Grandet enfrentaria se insistisse com a reclusão de Eugênia:

“- Nós somos velhos amigos; não há em toda Saumur um homem que tenha mais interesse pelo que se relaciona com você do que eu [...]. Antes de mais nada você não há de querer matar sua mulher, ela lhe é demasiado útil. Pense na situação que você ficaria, diante de sua filha, se a Sra. Grandet morresse. Você teria de prestar contas a Eugênia, já que se casou em comunhão de bens. Sua filha terá o direito de reclamar a partilha de sua fortuna, de pôr a venda Froifond. Enfim, ela herda da mãe de quem você não pode herdar” (p.181).

Pai Grandet, confuso, ponderou as palavras do notário e percebeu que era do seu interesse acatar o conselho do amigo...

“decidido a ceder diante de Eugênia, a mimá-la, a amansá-la a fim de poder morrer soberanamente, sustentando até o último suspiro as rédeas dos seus milhões” (184).

Mãe e filha não entenderam o comportamento do Pai Grandet, que a partir de então transformara-se no mais amável pai e marido. O desfecho desse episódio culminou com a morte da Sra. Grandet, a qual passou os últimos meses de sua vida moribunda em consequência do egoísmo do marido e de seu amor pelo dinheiro. Logo após a sua morte, as coisas ficaram mais claras para Eugênia que havia até sentido remorso por ter julgado mal ao pai. Quando o Sr. Cruchot explicou a situação do inventário para Eugênia, dos custos desnecessários que seriam evitados por sua renúncia à herança materna, ela entendeu o porquê da mudança de seu pai e prontamente assinou a tal renúncia. Pai Grandet ...

“beijou-a com efusão, apertou-a nos braços até quase sufocá-la.

- Vai minha filha, tu dás a vida a teu pai; mas com isso lhe restituis a que ele te deu: estamos quites. Assim é que se devem fazer negócios. A vida é um negócio” (p.190).

Percebemos aqui até que ponto o leme da esfera econômica (“negócios são negócios”) orientou o comportamento do Pai Grandet na sua integralidade. Nos quase trinta anos em que se passa essa narrativa, ele foi refém de sua avareza e submeteu a seu domínio todos os que estavam ao seu redor. Em todas as circunstâncias, o interesse pessoal prevaleceu no velho

avarento e, com algumas exceções, nos demais atores econômicos. São eles que vamos agora analisar rapidamente.

3.4.3. Os demais atores econômicos em *Eugênia Grandet*

- As Famílias Cruchot e des Grassins

O interesse pessoal é comum aos demais atores econômicos envolvidos nessa trama, em maior ou menor grau. Balzac mostra que os membros das famílias Cruchot e des Grassins também são movidos pelo interesse econômico quando, em uma das passagens do romance, narra o comportamento dos rivais em uma partida de loto:

“Os protagonistas daquela cena cheia de interesse, embora vulgar na aparência, munidos de cartões coloridos e com números, e fichas de vidro azul, pareciam escutar as piadas do velho notário, que não tirava um número sem fazer uma observação; mas todos pensavam nos milhões do Sr. Grandet” (p.42).

Aqui, vale a pena uma breve descrição sobre essas duas famílias rivais, os Cruchot e os des Grassins. Eram as únicas pessoas autorizadas a freqüentar a casa do Sr. Grandet, e o faziam regularmente como prova de amizade à família, mas por trás deste ato nobre e solidário, escondia-se o interesse em desposar Eugênia, a herdeira do Sr. Grandet. Foi o que fizeram no inverno de 1819 quando ela comemorava seu 23º aniversário:

“Aquele era um dia de festa bem conhecido dos cruchotinos e grassinistas. Por isso os seis antagonistas se preparavam para, armados dos pés à cabeça, encontrarem-se na sala e porfiarem em demonstrações de amizade” (p. 32).

Mas Pai Grandet era esperto o suficiente para perceber o verdadeiro valor da “amizade” e dizia consigo mesmo:

“Estão aqui por causa dos meus escudos. Vêm aborrecer-se de olho em minha filha. Pois bem, minha filha não será nem de uns nem de outros, e toda essa gente me serve de arpão para pescaria” (p. 42).

Balzac aproveita esta cena provinciana para denunciar e mostrar o verdadeiro interesse que move os indivíduos na sociedade de seu tempo. A superficialidade e o egoísmo das ações humanas são a característica de uma época em que o dinheiro é o mediador das relações:

“Aquele alegria familiar, [...] aqueles risos [...] que só eram sinceros nos lábios de Eugênia ou da mãe dela; aquela mesquinha junto a tão grandes interesses; aquela moça, semelhante a esses pássaros, vítimas do alto preço que lhes dão e que eles ignoram, via-se acuada, comprimida pelas provas de amizade com que a ludibriavam: tudo ajudava a tornar aquela cena tristemente cômica. Não é, de resto, uma cena de todos os tempos e de todos os lugares, apenas reduzida à sua expressão mais simples? A figura de Grandet, explorando a falsa afeição das duas famílias, tirando dali enormes proveitos, dominava esse drama e iluminava-o. Não era o único deus moderno em que se tem fé, o Dinheiro em todo o seu poder, expresso por uma só fisionomia?

Os doces sentimentos da vida ocupavam ali um lugar secundário” (p. 42).

De fato, não havia nada além do interesse na amizade entre as famílias rivais e a família Grandet. Quando, por exemplo, os des Grassins dirigiam-se à casa do Pai Grandet para obterem maiores informações a respeito do suicídio de seu irmão, acusavam-no de fratricida por não ter evitado tamanha tragédia. Porém, ao serem surpreendidos com a notícia de que Grandet pretendia salvar a honra do irmão, dissimularam seus pensamentos na presença do anfitrião:

“- Ah, eu bem sabia! – exclamou o banqueiro, fitando a mulher. – Que te dizia eu no caminho, Sra. Des Grassins? Grandet é um modelo de honra e não tolerará que seu nome sofra a menor mancha! O dinheiro sem a honra é uma doença. Há honra em nossas províncias!” (p.122).

Além disso, tanto os Cruchot como os des Grassins viam nesse negócio de “salvar a honra dos Grandet” uma oportunidade de bajular o velho avaro e com isso aumentarem as chances do enlace entre as famílias. O Sr. Cruchot...

“para poupar-lhe os incômodos de um caso todo judiciário ofereceu-se para ir imediatamente a Paris a fim de tratar com os credores e satisfazê-los convenientemente” (p.122).

Ao saber da disposição do Sr. Presidente (era assim que o mais novo membro da família Cruchot se autodenominava) em partir a Paris, como representante dos interesses do Pai Grandet, o Sr. des Grassins intervém, como uma última tentativa de convencer a todos de que ele seria a pessoa mais indicada para esse fim. Atitude pela qual conseguiu lograr êxito:

“- Mas isto, meu caro Grandet [...] é um assunto puramente comercial, e exige um negociante consumado. Não é preciso entender de contabilidade, desembolsos, cálculos de

juros? Tenho de ir a Pais tratar de meus negócios, e poderia então encarregar-me de ...” (p.122).

Estas duas famílias permanecem rivais até o fim, disputando a atenção e a confiança do Pai Grandet. A rivalidade entre os Cruchot e os des Grassins só foi temporariamente interrompida com a chegada do parisiense Carlos Grandet. Nesse caso, a atitude dos provincianos concorda com a observação durkheimiana de que o interesse não é constante e o que hoje me afasta de determinado indivíduo, amanhã poderá fazer dele meu amigo. Assim foi que os “pretensos” amigos, os cruchotinos e os grassinistas, colocaram-se temporariamente em posições amistosas a fim de enfrentar o “inimigo comum” recém chegado em Saumur.

“O Sr. Carlos Grandet, belo rapaz de 22 anos, produzia naquele momento um singular contraste com os simples provincianos, nos quais suas maneiras aristocráticas despertavam certa revolta” (p.47).

“O admirável bom senso que orientava as ações desses grandes calculistas fez-lhes sentir a uns e outros a necessidade de uma aliança momentânea contra o inimigo comum. Não deviam mutuamente impedir Eugênia de amar o primo, e Carlos de pensar na prima? O parisiense poderia resistir às insinuações pífidas, às calúnias manhosas, às maledicências cheias de elogios, às restrições feitas como por acaso, que iriam constantemente girar em torno dele, para enganá-lo?” (p.62).

Os Cruchot saíram vitoriosos dessa barafunda. Com a partida do Sr. des Grassins a Paris como liquidatário da dívida de Guillaume Grandet, e de Carlos para as Índias em busca de fortuna, o terreno ficou livre para o pretendente cruchotino convencer Eugênia de seu “amor”. A família, interessada na fortuna que um dia poderia juntar-se à sua, tornou-se a mais fiel conselheira nos negócios do Pai Grandet, recomendando inclusive que cessasse o castigo de Eugênia para assim convencê-la da renúncia à herança materna. O notário Cruchot esconde o interesse atrás de um ato aparentemente desinteressado:

“- Eugênia poderá renunciar pura e simplesmente à herança da mãe. Não quer deserdá-la, quer? Mas, para obter uma concessão desse gênero, não a maltrate. O que estou aconselhando, meu caro, é contra meu interesse. Que é que faço, eu? [...] Liquidações, inventários, vendas, partilhas [...]” (p.182).

- Carlos Grandet

Se, com isso, Balzac pretendia demonstrar que na província as relações humanas são egoístas e interessadas, em Paris, que é geralmente o outro polo para os romancistas quando se referem à França, não deixa de ser diferente. Neste romance, o jovem parisiense Carlos Grandet desde cedo recebeu uma educação da vida das grandes cidades e foi iniciado na arte de vencer a cada dia ignorando os valores mais nobres:

“Carlos era um menino de Paris, habituado pelos costumes de Paris, pela própria Anete⁴⁵, a tudo calcular [...]. Recebera a medonha educação daquele mundo em que, numa noite se cometem em pensamentos e em palavras mais crimes do que a justiça pune nos tribunais [...] onde só se passa por forte quando se vê justo; e ver justo não é acreditar em nada, nem nos sentimentos, nem nos homens [...]. Ali para se ver justo, é preciso pesar cada manhã a bolsa de um amigo, saber colocar-se politicamente acima de tudo o que ocorre; provisoriamente, não admirar nada, nem as obras de arte nem as ações nobres, e dar como móvel de cada coisa o interesse pessoal” (p. 132).

Ainda ao se referir a Carlos, a crítica de Balzac é explicitamente dirigida contra os princípios da Economia Política. Podemos nos perguntar se Balzac não desenvolve uma sociologia do conhecimento, ao mostrar como a própria difusão da teoria econômica acaba moldando os atores econômicos de acordo com seus pressupostos (profecia auto-realizada). É o que podemos deduzir do seguinte fragmento:

“Mas, sem que o soubesse, o egoísmo lhe fora inoculado. Os germes da economia política para uso do parisiense, latentes em seu coração, não tardariam a florescer, logo que de espectador ocioso ele passasse a ator no drama da vida real” (p.133).

E Carlos, após uma infância e uma adolescência douradas, se dá bruscamente conta disso quando da tragédia do pai. Da casa de seu tio em Saumur, escreveu à sua amante em Paris quando ficou sabendo que seu pai havia suicidado e que seus negócios iam de mal a pior...

“[...] devo conformar-me com minha posição, ver burguesmente a vida e cifrá-la com a maior precisão” (p.130).

⁴⁵ Amante de Carlos em Paris.

Pressionado pelas circunstâncias, Carlos aceitou sua nova condição e empreendeu esforços para começar sua fortuna. Encarregou um amigo em Paris de vender todos os seus pertences e pagar suas dívidas. Com o dinheiro que sobrou da venda investiu numa pacotilha de 3000 francos em mercadorias (curiosidades européias, das quais se tirava excelente proveito nas Índias). Com essa pacotilha e 10 000 francos que dois amigos lhe mandaram, Carlos partiu para as Índias, onde se dizia que os lucros eram garantidos.⁴⁶ Nas raias do comércio ele se entregou à sua ambição, perdendo aos poucos a crença na importância de respeitar valores éticos e morais.

“Vendeu chineses, negros, ninhos de andorinha, crianças, artistas; fez usura em grande escala. O hábito de fraudar os direitos de alfândega tornou-o menos escrupuloso quanto aos direitos do homem” (p.201)

Dessa odisséia voltara rico. Adotou o pseudônimo de “Carl Sepherd”, a fim de não comprometer a sua honra de Grandet e poder traficar e especular livremente em diversos países.

“Com esse sistema, sua fortuna foi rápida e brilhante. Já em 1827 ele voltava a Bordéus⁴⁷ no bonito brigue [...] pertencente a uma casa de comércio realista. Era possuidor de 1 900 000 francos em três barris de ouro em pó [...] dos quais contava tirar 7 ou 8 por cento, trocando-os em Paris” (p.202).

Carlos tampouco se interessou pelo compromisso assumido perante os credores da dívida de seu pai. Ao retornar rico das Índias, responde friamente ao Sr. des Grassins, através de uma carta que...

“os negócios do pai não lhe dizem respeito!” (p.213, grifo do autor).

“- Os negócios de meu pai não são os meus. Fico-lhe muito grato, senhor, pelos cuidados que teve, e dos quais eu não me poderia beneficiar. Não juntei quase 2 milhões com o suor de meu rosto para jogá-los na cara dos credores de meu pai” (p.206).

⁴⁶ “A Ásia de Balzac é um vasto espaço mal definido onde se encontram a China e a Índia, a Malásia e Java e também o que nós chamamos de Oriente Médio, além da África do Norte e, mais surpreendente ainda, as Américas [...] Este alhures ao mesmo tempo positivo e negativo deve, portanto, permitir às personagens atingir rapidamente a riqueza. Às vezes essa esperança se realiza, como em *Modeste Mignon* (1844), *Eugénie Grandet* (1833), *A mulher de trinta anos* (1834) [...] Pode acontecer que as personagens voltem, ricas ou não, mas radicalmente transformadas, endurecidas (no sentido negativo, tendo perdido toda sensibilidade, o que de outra forma confere uma certa vantagem para dominar as novas regras do jogo social), como é o caso de [...] Charles Grandet” (Grand, 1999, p.142-143).

⁴⁷ Porto no litoral atlântico da França.

Ou seja, percebemos aqui a transformação ocorrida no decorrer de alguns anos em Carlos Grandet. Como os negócios corromperam um jovem que chorava a morte do pai mais do que a súbita pobreza, e que passa a colocar seu interesse econômico acima da honra da família.

Após termos mostrado que Balzac, assim como Durkheim algumas décadas depois, identifica com grande lucidez as motivação egoístas do ator econômico moderno, analisaremos agora as conseqüências sociais decorrentes, encontrando novamente uma proximidade analítica entre Balzac e Durkheim. Na verdade, a análise de Balzac concentra-se explicitamente nas conseqüências familiares, que podemos, no entanto, sem deturpar o objetivo de Balzac, ampliar a toda a esfera social.

3.5. Conseqüências sociais do comportamento do Pai Grandet

Tamanha ambição por parte do Pai Grandet não poderia deixar de influenciar negativamente a vida das mulheres daquela família. Eugênia e sua mãe sentiram na pele o despotismo do velho vinhateiro, a Sra. Grandet pagando inclusive com a própria vida.

Em particular, consideramos importante a descrição do dia a dia de Eugênia e sua mãe, assim como da fiel Nanon, a empregada, porque é no confronto desses estilos de vida que podemos observar as contradições entre os valores que orientavam o comportamento do Pai Grandet e os que orientavam o de sua família, bem como os reflexos negativos decorrentes do comportamento de um avaro, que era o senhor daquela casa. São dois modos de vida completamente antagônicos convivendo paralelamente no mesmo espaço. “Assim, o drama de *Eugênia Grandet* não é somente um drama familiar, mas a confrontação de dois sistemas de existência, de dois princípios de vida que entram em luta com todo seu vigor” (L. e N. RUDICH, 1973, p.653). Encontramos aqui a confirmação da legitimidade de generalizar a análise familiar de Balzac a toda a esfera social.

Há inclusive, nos hábitos dessa família, uma estreita relação com o que encontramos em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Weber. Poderíamos supor que Pai Grandet é animado por aquele espírito do capitalismo que encontra na dedicação ao trabalho e no ganho econômico uma justificativa para sua conduta de vida, ao passo que entre as mulheres da casa Grandet, o móvel para a sua existência é o respeito aos valores morais, assim como a crença numa vida futura que deve ser alcançada através do desapego dos bens

materiais e terrenos e do rigoroso cumprimento do dever. É talvez por isso que tenham suportado o severo regime de vida imposto pelo Pai Grandet⁴⁸.

3.5.1. Tristeza e melancolia na casa Grandet de Saumur

A mesma simplicidade anteriormente descrita na vestimenta do Pai Grandet era visível na casa da família que, apesar de possuir dinheiro e algumas propriedades, permanecia num velho casarão na aldeia de Saumur. A descrição desse velho casarão é um dos trechos mais conhecidos do romance devido à morosidade com que Balzac, em aproximadamente três páginas, dá os detalhes das moradias francesas situadas naquela região do Vale do Loire. Além disso, narra o contraste entre o antigo e o novo, entre o medieval e o moderno, entre Paris e a província, lamentando a evolução que presencia:

“A casa onde se desenrolaram os acontecimentos desta história, era precisamente um desses edifícios, restos veneráveis de um século no qual as coisas e os homens tinham aquele caráter de simplicidade que os costumes franceses vão dia a dia perdendo” (p.15).

Quem passasse pela frente da casa Grandet poderia imaginar o quão sombrio era o seu interior:

“Os estranhos buracos, desiguais e numerosos, que as intempéries ali haviam aberto, davam ao arco e aos umbrais do portal a aparência das pedras vermiculadas da arquitetura francesa e alguma semelhança com o pórtico de um calabouço”(p.26)

Embora possuísse dinheiro suficiente para proporcionar uma vida melhor a seus familiares, Pai Grandet, refratário a qualquer despesa que ele julgava desnecessária, continuava morando num velho casarão frio e escuro que mais lembrava uma prisão. Tudo era antigo e carcomido pelo tempo; portas, janelas, assoalho, paredes, móveis e utensílios que, apesar de um dia terem sido a expressão do que de havia de mais luxuoso, eram agora o símbolo da avareza do Pai Grandet.

“As cadeiras, de forma antiga, tinham estofos onde se representavam as fábulas de La Fontaine⁴⁹; mas era preciso saber disso para reconhecer os temas, tanto as cores desbotadas e as figuras crivadas de remendos eram difíceis distinguir” (p.27).

⁴⁸ Com certeza, poderíamos afirmar também que se trata de um exemplo típico de dominação tradicional, para continuar dentro do quadro analítico weberiano. Mas não é nosso objetivo desenvolver este argumento aqui.

⁴⁹ Jean de La Fontaine (1621-1695) filósofo e escritor francês conhecidos por suas “fábulas” moralistas.

A sala era a peça mais importante da casa onde transcorria a maior parte da vida doméstica e também se resumia todo o “luxo” do antigo casarão.

“Poucas pessoas conhecem a importância de uma sala nas pequenas cidades do Anjou, da Touraine e do Berry⁵⁰. A sala é ao mesmo tempo vestíbulo, salão, gabinete, quarto de vestir, refeitório; é o teatro da vida doméstica” (p.27).

Mas o que era mais difícil de suportar, além da tristeza da casa, era o frio que fazia durante os meses de novembro a março. O inverno iniciava em 1º de novembro e...

“ Só nesse dia Grandet permitia que acendesse o fogo na sala; e mandava apagá-lo no dia 31 de março, sem consideração nem às primeiras friagens da primavera, nem às do outono” (p.28).

Se o interior da casa Grandet era adornado pela tristeza e a melancolia, fora não era diferente:

“O chão do pátio apresentava aquelas cores enegrecidas produzidas com o tempo pelos musgos, as ervas, a falta de movimento. As paredes espessas tinham como que uma verde camisa ondeada por longas listras pardas [...]. Sobre um murinho de pedras roídas erguia-se uma cerca de madeira podre, caindo de velhice, mas à qual se casavam à vontade as trepadeiras” (p.70).

É nessa casa escura, úmida e sombria, símbolo da tristeza de uma família dominada por um avaro, que vivem enclausuradas mãe e filha, juntamente com a fiel Nanon, uma empregada da família há pelo menos trinta anos. Passam o dia todo ao redor de uma roca de fiar tecendo suas próprias roupas de verão e inverno. À noite a cena se repete, desta vez as três mulheres estão mais próximas a fim de economizar velas:

“Mãe e filha eram responsáveis por toda a roupa branca da casa, e empregavam tão conscienciosamente os seus dias nesse verdadeiro trabalho de operárias que, se Eugênia queria bordar um cabeção para a mãe, era obrigada a perder horas de sono, enganando o pai para ter luz. Desde muito tempo o sovina distribuía a vela à sua filha e à grande Nanon, assim como de manhã distribuía o pão e os gêneros necessários ao consumo do dia” (p.28).

A vida era modesta sem nenhuma espécie de ostentação. Eugênia e sua mãe não conheciam nada além do que seus olhos e ouvidos podiam alcançar. Nunca saíram de Saumur, e mesmo na pacata aldeia suas vidas raramente eram sacudidas por algum evento, sendo

⁵⁰ Regiões que fazem parte do vale do Loire.

somente animadas por uma partida de loto com os amigos Cruchot e des Grassins. Além disso,

“Eugênia e a mãe nada sabiam da fortuna de Grandet; avaliavam as coisas da vida à luz de suas pálidas idéias, e não prezavam nem desprezavam o dinheiro, acostumadas que estavam a dispensá-lo. Seus sentimentos [...] tornavam-nas exceções curiosas naquela reunião de pessoas cuja vida era puramente material” (p.43).

Ou seja, temos aqui exemplares humanos da época pré-moderna, onde o interesse não se centrava no dinheiro.

Embora a Sra. Grandet tivesse proporcionado ao seu marido, além de um dote vantajoso, a herança de seus antepassados, raramente recebia algum dinheiro. Com exceção do que podia ganhar nas partidas de loto...

“Vez por outra Grandet, tomado de remorso ao lembrar-se o longo tempo transcorrido desde o dia em que dera 6 francos à esposa, deixava-lhe uns alfinetes da venda de suas colheitas do ano. Os 4 ou 5 luíses oferecidos pelo holandês ou o belga que comprasse a vindima de Grandet eram o mais importante da renda anual da Sra. Grandet” (p.35).

Mas, tão logo recebia as moedas, Grandet encontrava um jeitinho de restituir seu bolso e a nobre senhora não hesitava em entregar parte da sua renda, quando o velho lhe interrogava: “Tens algum dinheirinho para me emprestar?” (p.35). Demonstrando assim o completo desinteresse que ela tinha para com o dinheiro.

Esta devoção conjugal se expressava também na aparência da Sra. Grandet, que quase serva do marido, fazia de tudo para evitar qualquer despesa “inútil”:

“[...] trajava invariavelmente um vestido de levantina esverdeada, que se acostumara a fazer durar cerca de um ano [...] Saindo pouco de casa, gastava pouco os sapatos. Enfim, nunca queria nada para si mesma” (p.35).

Com Eugênia não era muito diferente, a menina cresceu na monotonia da província e, com exceção à Igreja, não freqüentava muitos lugares. Seu aniversário era a data mais importante no ano, pois era motivo de festa na casa Grandet de Saumur.

“De manhã, o Sr. Grandet, segundo o seu hábito nos dias memoráveis do aniversário e onomástico de Eugênia, viera surpreendê-la na cama, oferecendo-lhe solenemente o seu presente paterno, que consistia há treze anos, numa moeda rara, de ouro” (p.33).

Assim, conforme reza a tradição, Eugênia acumulava o que seria o seu pequeno *douzain* de casamento.

Quanto à empregada da família, a fiel Nanon, o despotismo de Grandet fora ainda mais cruel. Mesmo assim, esta criatura lhe dispensava toda a sua gratidão, porque nos caprichos de Grandet, encontrara motivo para servir a alguém e desta forma sentir-se útil. Já cansada de procurar trabalho na região, após ter abandonado a granja em que trabalhava porque havia incendiado, apareceu aos 22 anos de idade diante da porta do Sr. Grandet, que com sua intuição, compreendeu as vantagens que tiraria dali:

“Vendo-se acolhida dessa maneira, a grande Nanon chorou secretamente de alegria e, com toda a sinceridade, apegou-se ao tanoeiro, que, aliás, a explorou feudalmente. Nanon fazia tudo: cozinhava, fazia a barela, ia lavar roupa no Loire, trazia-a de volta no ombro; levantava-se cedinho, deitava-se tarde; dava de comer aos vindimadores durante a colheita, vigiava os catadores; defendia como um cão fiel, a propriedade do amo; tinha, enfim, uma cega confiança nele, obedecendo sem murmúrio aos seus caprichos mais extravagantes” (p.30).

Tudo isso por um salário de apenas 60 libras, que ela economizou ao longo dos trinta e cinco anos em que trabalhou para os Grandet. Embora fosse invejada pelas demais empregadas, por ser considerada uma das mais ricas de Saumur, mal sabem elas a que duras penas Nanon conseguiu juntar uma soma tão considerável. E...

“Aqueles 60 libras acumuladas ao longo de 35 anos, haviam-lhe permitido recentemente colocar 4000 libras a render juros [...]” (p.29).

Entretanto, a vida de Nanon era um pouco mais agitada do que a das outras duas mulheres da casa. Volta e meia, Grandet precisava dos serviços secretos da empregada que, durante a noite, ajudava-o transportar sacos de ouro. Nanon também acompanhava suas patroas à Igreja...

“De manhã toda Saumur vira a Sra. e a Srta. Grandet, acompanhadas de Nanon, dirigirem-se à igreja paroquial para ouvir a missa [...]” (p.32).

Nanon, com a fidelidade de um cão, pois é assim que Balzac considera sua servidão, desde o início acudiu aos desejos do patrão e com o tempo conquistou a confiança necessária para cuidar da rotina da casa. Entretanto, os depósitos onde ficavam armazenados os víveres ainda estavam sob a vigília do velho sovina. Diariamente, ele tomava suas chaves e distribuía a Nanon as provisões necessárias...

“O Sr. Grandet nunca comprava carne nem pão. Seus reдеiros lhe traziam por semana uma provisão suficiente de capões, frangos, ovos, manteiga e trigo. Possuía um

moinho cujo locatário, além do aluguel, tinha obrigação de comprar-lhe certa quantidade de cereal em grão e trazer-lhe depois o farelo e a farinha” (p.20).

- O contraste: a novidade e o luxo chegam na casa Grandet de Saumur

Não fosse a chegada do jovem parisiense Carlos Grandet, sobrinho do Pai Grandet, a vida destas mulheres teria permanecido num marasmo indescritível e elas talvez nunca despertassem do jugo do Pai Grandet. Entretanto, Carlos, o futuro amor de Eugênia, chega trazendo as novidades da vida da cidade que se externalizam, sobretudo, nas suas vestes e nos seus hábitos:

“Carlos, que pela primeira vez se via na província, teve a idéia de aparecer com a superioridade de moço elegante, de exasperar o ambiente com o seu luxo, de fazer época e trazer para ali as invenções da vida parisiense” (p.47).

Por conseguinte, o contraste com a simplicidade dos membros da família Grandet de Saumur era inevitável. E enquanto Eugênia tinha um vestido de inverno e um de verão, Carlos...

“levou consigo, pois, o mais bonito traje de caça, o mais bonito fuzil, o mais bonito punhal, a mais bonita bainha de Paris. Levou a coleção de coletes mais rebuscados: havia-os cinzentos, brancos, pretos, cor de escaravelho com reflexo dourados, de lantejoulas, sarapintados, de xale de gola alta, de gola virada, abotoados até em cima, de botões dourados. Trouxe todas as variedades de colarinhos e gravatas em moda na época. Trouxe dois ternos de Buisson e sua roupa branca mais fina” (p.48)⁵¹.

Quando chegou em Saumur, Carlos ficou chocado com a simplicidade que encontrou na casa Grandet. Imaginava...

“[...] encontrar cem pessoas na casa do tio, caçar galgos nas florestas do tio, ali viver, enfim, vida de castelo” (p.48).

Nada disso foi confirmado. Porém, o que mais impressionou Carlos foi perceber que a prima e a tia estavam tão habituadas àquele despotismo que consideravam natural tudo o que

⁵¹ Em Carlos podemos encontrar assim um comportamento típico da sociedade de consumo. Conforme já observamos com a citação de Llosa, uma das características do século XIX foi o grande impulso consumista que tinha por objetivo preencher o vazio da vida moderna.

acontecera em sua volta. Quando foram apresentar-lhe o quarto que ocuparia enquanto estivesse lá, subiram por uma escada velha e carunchosa e Carlos teve...

“a impressão de estar num poleiro. A tia e a prima, para as quais se voltou a interrogar-lhes os rostos, tão habituadas estavam àquela escada que, não adivinhando a causa do espanto de Carlos, tomaram-no por uma expressão de simpatia e responderam com um sorriso agradável que desesperou o rapaz” (p.63).

Num diálogo com Eugênia, após saber do suicídio de seu pai, Carlos tenta convencê-la de que, se Pai Grandet fosse realmente rico, ela não viveria em tão miseráveis condições, bem como, teria impedido a morte do irmão:

“- Ora, meu pai é rico, penso seu.

- Pobre menina [...] se fosse assim, ele não teria deixado morrer meu pai, não as deixaria neste desconforto, enfim, viveria de outra maneira.
- Mas ele tem Froifond.
- E quanto vale Froifond?
- Não sei. Mas ele tem Noyers.
- Alguma herdade de nada!
- Tem vinhas e prados...
- Misérias – disse Carlos com ar de desdém. – Se seu pai tivesse ao menos 80 000 libras de renda, você viveria neste quarto frio e nu?” (p.139).

A chegada de Carlos provocou uma reviravolta na casa Grandet de Saumur. Ele será o móvel para a existência de Eugênia e o seu sofrimento será a justificativa necessária para que as mulheres da casa ultrapassem os limites impostos por Pai Grandet. No amor do primo, Eugênia encontrará o antídoto ao egoísmo paterno e a coragem para suportar os sete anos de sua ausência.

3.5.2. O amor como antídoto ao egoísmo

Carlos influenciava o dia a dia da casa do seu tio. Após a sua chegada, Eugênia fora tomada pelo encanto pessoal que seus trajes e hábitos inspiravam. A jovem passava o tempo todo, sob os auspícios da mãe e a prontidão de Nanon, a atender desejos do primo e a proporcionar-lhe o conforto que ela imaginava estar acostumado. Isso refletia diretamente nas provisões diariamente distribuídas a Nanon, assim como despertava a indignação do Pai Grandet, que vociferava às mulheres da casa:

“Mais esta! Depois que esse peralvilho pôs os pés em minha casa, tudo anda às avessas. Vocês se dão ao luxo de comprar confeitos, de oferecer banquetes e festins. Não quero essas coisas” (p.99).

O magro cardápio da casa foi então incrementado pelas “extravagâncias” de Eugênia a fim de agradar ao primo recém chegado. Com a ajuda da mãe e de Nanon, ela encontrou coragem para enfrentar o pai:

“- Mamãe, vamos pôr a mesa para o almoço dele. Atirou para o lado o trabalho, e a mãe fez outro tanto dizendo:

- Estás louca! Mas sentia-se contente em justificar a loucura da filha, compartilhando-a. Eugênia chamou Nanon [...]
- Nanon, vais ter o creme até o meio-dia?
- Ah!, até o meio-dia, sim [...]
- Pois dá-lhe um café bem forte. Ouvi o Sr. Des Grassins dizer que, em Paris, o café se faz muito forte. Põe bastante.
- E onde quer que eu arranje?
- Compra.
- E se o senhor me encontra?
- Ele está nos prados.
- Vou correndo. Mas o Sr. Fressard já me perguntou se os três magos estavam em nossa casa, quando fui comprar velas. Toda a cidade vai saber de nossas extravagâncias.
- Se teu pai percebe alguma coisa – disse a Sra. Grandet -, é capaz de nos bater.
- Pois que bata, receberemos de joelhos as suas pancadas” (p.83).

Mas esses caprichos eram insignificantes perto do que Eugênia seria capaz de fazer pelo primo órfão. É por amor a esse jovem “dândi” que ela será capaz até mesmo de desafiar a autoridade paterna. Nesse momento porém, manifestaram-se mais intensamente as verdadeiras paixões que movem pai e filha.

De fato, sentindo-se autorizada pelo parentesco e especialmente pelo amor, Eugênia entregou seu pequeno tesouro (*douzain*) para o primo esperando com isso socorrê-lo nos momentos de dificuldade que provavelmente enfrentaria em terra desconhecida. Para Eugênia, ao contrário de seu pai, o dinheiro era apenas um meio para atingir objetivos:

“Aqui estão [...] as economias de uma pobre moça que não precisa de nada. Carlos, aceite-as. Ainda esta manhã eu ignorava o que era dinheiro, você mo ensinou: não passa de um meio, apenas isto” (p.137).

Carlos, fragilizado com a morte de seu pai e comovido pelo carinho e atenção que encontrou na província, particularmente em Eugênia e em sua tia, aceitou o empréstimo da prima respondendo-lhe:

“Entre nós o dinheiro nunca será nada, não é? O sentimento, que é só o que faz dele alguma coisa, será tudo daqui por diante” (139). “Carlos viu, comovido, o profundo e generoso interesse que lhe testemunhavam a tia e a prima; conhecia bastante a sociedade de Paris para saber que, em sua posição, lá só teria encontrado corações indiferentes ou frios” (p.110).

Encontrou pela primeira vez no amor da prima a pureza e a sinceridade que não encontrara nas amantes de Paris, e diante da sua fragilidade pela morte do pai, chegou por algum momento a acreditar que seria possível se entregar a uma vida simples, em contraste com o que até então vivera.

“Carlos compreendeu a santidade do amor; pois sua grande dama, sua querida Anete, só lhe fizera conhecer tempestuosas complicações. Ele abandonava naquele momento a sua paixão parisiense, frívola, vaidosa, brilhante, pelo amor puro e verdadeiro [...] Em breve, para ele, Eugênia tornou-se o ideal da Margarida de Goethe, menos o pecado” (p.145).

O amor tocou também a Eugênia que começou ver o mundo com outros olhos. Por um lado, encontrava beleza nas pequenas atitudes do primo, nos detalhes que lembravam o seu amor, como o banquinho carunchado no jardim, onde costumavam sentar para conversar e fazer planos para o futuro. Começava em sua vida uma nova estação onde tudo era mais alegre, ensolarado e colorido. Mas, por outro lado, o amor tornou-a mais ousada, mais perspicaz e menos submissa. Desde a chegada de Carlos, Eugênia passou a desafiar as ordens de seu pai, ora comprando uma vela de estearina para iluminar o quarto do primo, ora exagerando no açúcar que Pai Grandet distribuía parcimoniosamente.

Nos momentos que o velho saía para os seus afazeres, Eugênia tinha...

“a felicidade de poder cuidar abertamente de seu bem-amado primo, de derramar sobre ele, sem temor, os tesouros de sua piedade [...] Aquela escada tantas vezes subida e descida, e onde o menor ruído ressoava, parecia a Eugênia ter perdido a sua vetustez; via-a luminosa, falante, jovem como ela própria, jovem como o amor a que servia” (p.109). “Chegara para Eugênia o momento de ver claro as coisas deste mundo” (p.69).

Em contraste com o que até então viveram, a chegada de Carlos impactou o dia a dia de Eugênia e sua mãe. O amor dos jovens teve reflexos positivos no ambiente familiar. Para

Eugênia, o amor ajudava a suportar a vida miserável que levava em decorrência do egoísmo e avareza de seu pai. Para Carlos, o amor ajudava a superar o luto e preparava-o para enfrentar o que o destino lhe reservava em terras tão distantes.

3.5.3. O amor sucumbe ao egoísmo

Carlos realmente retornou rico da sua viagem às Índias, como seu tio havia recomendado, mas às promessas de amor que haviam trocado, apenas Eugênia fora fiel. Sua partida para as Índias em busca de um futuro promissor foi acompanhada de promessas e juras de amor. Eugênia, talvez ingênua em sua visão de mundo, prometia devoção ao seu grande amor e Carlos, embora “envelhecido sob a máscara de novo”, também se entregava aos sonhos de uma vida futura ao lado da prima.

“Nenhuma promessa feita sobre a terra foi mais pura do que aquela: a candura de Eugênia havia momentaneamente santificado o amor de Carlos” (p.151).

Entretanto, no início Carlos ainda recordava do seu amor e atribuiu a Eugênia o sucesso dos seus negócios. Mais tarde porém...

“as negras, as mulatas, as brancas, as javanesas, as almeias, suas orgias de todas as cores, as aventuras que teve em diversos países apagaram completamente a lembrança da prima” (p.202).

A educação que Carlos recebera do mundo não tardaria a se manifestar. O amor de um homem que se lança no além mar em busca de fortuna não ficaria imune aos interesses que a vida moderna exige. Sua alma endureceu. Após passar anos...

“entre homens e países, observando-lhe os costumes contraditórios, suas idéias se modificaram, tornou-se um cético. Passou a não ter mais noções fixas sobre o justo e o injusto, vendo tachar de crime num país o que no outro era virtude. Ao contato perpétuo dos interesses, seu coração esfriou, contraiu-se, secou” (p.201).

Além da fortuna conseguida nos sete anos de ausência, Carlos encontrava-se na iminência de selar um contrato de casamento que atendia mais às conveniências sociais e ao seu interesse do que ao amor. Com este casamento, poderia lograr após algum tempo o título de Marquês D’Aubrion. A decisão de Carlos em abrir mão do amor de Eugênia e casar-se com uma jovem aristocrática foi reforçada pelo talento que a Sra. D’Aubrion empregou para convencê-lo do excelente “negócio” que a mão da sua filha representava:

“- E, quando se possui 100 000 libras de renda, um nome, uma família, quando se frequenta a corte, pois eu farei nomeá-lo gentil-homem da Câmara, passa-se a ser tudo o que se quiser – dizia ela a Carlos. – Assim você será, à sua escolha, referendário do Conselho de Estado, prefeito, secretário de embaixada, embaixador” (p.204).

Habilmente manipulado pela ambição da Sra. D’Aubrion, que via na fortuna do jovem Grandet a possibilidade de prolongar sua vida faustosa, Carlos escreveu uma carta à Eugênia, na qual exprimia suas intenções em relação a ela:

“Minha cara prima [...] Nada resiste ao tempo, eu o sinto. Sim, minha cara prima, infelizmente para mim passou o tempo das ilusões. Que fazer! Viajando através de numerosos países, refleti sobre a vida [...] não quero trair uma amizade que me é sagrada; não, não devo enganar-vos. Trata-se neste momento, para mim, de uma aliança que satisfaz a todas as idéias que formei sobre o casamento. O amor, no casamento, é uma quimera. Hoje minha experiência me diz que é preciso obedecer a todas as leis sociais e reunir, ao casar-se, todas as conveniências requeridas pela sociedade [...]. Não vos falarei nem de vossos costumes, nem de vossos hábitos, nem de vossa educação, que nada tem em comum com a vida de Paris, e sem dúvida não se enquadrariam nos meus projetos ulteriores. Entra em meus planos levar uma vida de alto padrão [...]. Hoje em dia possuo 80 000 libras de renda. Essa fortuna me permite unir-me à família D’Aubrion, cuja herdeira, jovem criatura de dezenove anos, me traz com o casamento o seu nome, um título, o lugar de gentil-homem honorário da Câmara de Sua Majestade, e uma posição das mais brilhantes. Confessar-vos-ei [...] que não amo a Srta. D’Aubrion; mas pela sua aliança, asseguro aos meus filhos uma situação social cujas vantagens serão incalculáveis [...]. Dizendo-vos que só penso fazer um casamento de conveniência [...] ponho-me inteiramente à vossa disposição, faço-vos senhora de minha sorte, digo-vos que, se tiver de renunciar a minhas ambições sociais, eu me contentarei de bom grado com essa simples e pura felicidade da qual vós me ofereceteis tão comoventes imagens [...]” (p.209).

Pela resposta de Eugênia, Balzac reforça a pureza do seu caráter colocando-a, juntamente com sua mãe, no polo oposto aos demais personagens do romance. Seus valores são nobres e seu amor é desinteressado.

“Sim, o primo julgou bem meu espírito e minhas maneiras; eu realmente nada sei dos hábitos e dos cálculos mundanos, e não lhe daria nesse meio os prazeres que você aí procura. Seja feliz, segundo as convenções sociais às quais sacrifica os nossos primeiros amores” (p.217).

O casamento entre Carlos e a Srta. D'Aubrion significa sem dúvida a tentativa por parte da aristocracia arruinada em unir-se à burguesia ascendente e ávida de títulos nobiliárquicos. Balzac estava atento a essa transição de classe e conseqüentemente de poder político e econômico. Não temos certeza de qual seria a reação de Carlos se soubesse a tempo o quão rica era sua prima, principalmente após a morte de seu pai, quando lhe coube uma fortuna de aproximadamente 19 milhões de francos. Mas, pela carta que escreveu à Eugênia, ele demonstrou que o amor, embora o tenha tocado num momento de fragilidade, não seria, como para Eugênia, o móvel de sua vida. Foi esse mesmo amor que, da parte de Eugênia, encorajou sua união com o pretendente cruchotino. Assim como o do primo, seu casamento foi apenas por conveniência:

“Jure que me deixará livre toda a minha vida, que não cobrará nenhum dos direitos que o casamento lhe daria sobre a minha pessoa, e minha mão é sua [...]. Tenho em meu coração um sentimento inextinguível. A amizade será o único sentimento que posso conceder a meu marido: não quero nem ofendê-lo nem violar as leis do meu coração. Mas o senhor só terá minha mão e minha fortuna ao preço de um imenso serviço” (p.215).

Assim, aparece claramente pela análise do romance a proximidade da análise de Balzac e de Durkheim à respeito do comportamento egoísta do ator econômico e de suas conseqüências sociais negativas. Além disso, do mesmo jeito que Durkheim tentava “curar” a anomia da sociedade moderna pelo restabelecimento das corporações profissionais, nos parece que Balzac apresenta também, mesmo que rapidamente, uma alternativa à economia de mercado.

3.6. É possível um outro ator econômico?

Pelo comportamento de Eugênia enquanto ator econômico, ou seja, após herdar a fortuna de seu pai, podemos inferir que Balzac considerava possível um outro ator econômico. Sua crítica não é dirigida aos que possuem dinheiro, mas sim ao uso que é feito dele quando de instrumento e meio para a reprodução da vida ele se converte em fim, quando é empregado com a finalidade exclusiva de se conseguir mais dinheiro.

Eugênia, diferentemente de seu pai, empregou sua fortuna em obras de caridade, na manutenção das igrejas de Saumur e para salvar a honra da família. Enfim, a utilidade do dinheiro para ela não é censurada por Balzac, porque não é justificada pelo egoísmo.

Parte da fortuna foi enviada ao primo, por intermédio de Cruchot, seu futuro marido, para que pagasse a dívida da Casa Grandet de Paris junto aos credores, que seu pai e o Sr. des Grassins por tantos anos haviam enrolado:

“- Aqui tem 1 milhão e 500 000 francos [...] disse ela, tirando do seio um recibo de cem ações do Banco da França; - parta para Paris [...] Vá à casa do Sr. Des Grassins, saiba com ele o nome de todos os credores de meu tio, reúna-os, pague-lhes tudo que o espólio pode dever, capital e juros de 5 por cento desde a data da dívida até a do reembolso; enfim trate de fazer uma quitação geral e registrada em cartório, com todas as formalidades” (p.216).

Aos 33 anos ficou viúva do Sr. De Bonfons (o mais novo dos cruchotinos) e percebia anualmente uma renda de 800 000 libras.

“Apesar de suas 800 000 libras de renda, vive como vivera a pobre Eugênia Grandet, só acende o fogo em seu quarto nos dias em que outrora seu pai lhe permitia acender o fogão da sala, e apaga-o conforme o programa em vigor nos seus jovens anos. Está sempre vestida como sua mãe” (p.222).

Embora tenha conservado alguns hábitos, instituídos ainda quando seu pai era vivo, isto não diminui a grandeza de sua alma. Muitos em Saumur julgavam-na por este modesto estilo de vida e alguns acreditavam que fosse a continuação da avareza de Pai Grandet. Estes julgamentos, verossímeis apenas na aparência, eram desmentidos diante dos donativos e obras de caridade que a jovem viúva mantinha com sua fortuna:

“Fundações pias e caritativas, um asilo para a velhice e escolas cristãs para as crianças, uma biblioteca pública ricamente dotada, testemunham, ano após ano, contra a avareza que algumas pessoas lhe censuram. As igrejas de Saumur lhe devem alguns embelezamentos” (p.223).

A mesma escala de interesses em que podemos classificar Pai Grandet e os demais atores econômicos como egoístas, podemos utilizar para verificar que Eugênia se encontra no polo oposto. O desfecho do romance tem como centro uma viúva rica engajada em obras de caridade e a dedicação a uma vida religiosa. Ou seja, como Durkheim, Balzac parece julgar que a economia deve estar a serviço da sociedade, tendo como objetivo o bem-estar coletivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos condicionantes e das conseqüências da emergência da sociedade de mercado no século XIX incitou-nos algumas reflexões sobre o papel da economia na atual sociedade. De maneira geral, pode-se dizer que atualmente ela goza de um status privilegiado enquanto disciplina, além de influenciar consideravelmente o nosso dia a dia. Como foi visto, houve uma inversão de prioridade em razão do progressivo afastamento da economia do seu sentido original, qual seja, o suprimento das necessidades humanas a partir de uma interação do homem com a natureza, adquirindo uma conotação de instrumento capaz de assegurar aos indivíduos, nesse caso aos atores econômicos, um incremento na sua quantidade de riqueza.

Embora essa inversão de prioridade tenha sido teoricamente detectada e analisada por cientistas sociais do século XIX e XX, como é o caso de Durkheim, Weber e Polanyi, ela ainda permanece ativa e abre espaço para constantes debates sobre esse tema. É o que evidenciam as inúmeras publicações da nova sociologia econômica que buscam um diálogo salutar entre as disciplinas de sociologia e economia, lançando mão de uma metodologia específica com o intuito de reforçar a sua identidade. O nosso trabalho, embora ainda muito incipiente devido às limitações inerentes a essa etapa do aprendizado acadêmico, visou contribuir para um afrouxamento da fronteira entre a economia e a sociologia. Além disso, tentamos "inovar" do ponto de vista metodológico, na medida em que nosso estudo, ao utilizar um romance realista como fonte de dados, não se restringiu ao emprego das fontes convencionais do cânone sociológico. A partir da análise do romance, novas reflexões emergiram sobre a validade do emprego dessa categoria de fontes. De fato, os romancistas realistas, inseridos nas relações sociais da sua época, foram capazes de sintetizar suas impressões em forma de prosa, fornecendo dados úteis ao estudo das realidades sociais. Em particular, podemos afirmar que a emergência da sociedade de mercado no século XIX foi percebida e descrita por Balzac no romance *Eugênia Grandet*.

Assim como os cientistas sociais, Balzac não se limitou apenas à descrição da emergência da sociedade de mercado, mas observou também as conseqüências sociais decorrentes desse processo. Sobretudo, ao descrever o comportamento do ator econômico, percebe-se que sua concepção sobre os impactos sociais negativos aproxima-se bastante das conclusões de Durkheim. Tanto para Durkheim quanto para Balzac, o ator econômico moderno é auto-interessado e egoísta, desprezando tudo o que não diz respeito ao seu interesse individual. No estilo de caricatura, porém com muito rigor, Balzac denuncia o

comportamento egoísta dos atores econômicos do romance, especialmente do Pai Grandet, mostrando que a sua vida foi um constante exercício em busca de dinheiro e que dessa desenfreada perseguição - no entanto legítima do ponto de vista da economia - não poderia resultar nenhum benefício à coletividade. Nesse sentido, podemos considerar que Balzac é um crítico do *homo oeconomicus*, pois ao aplicar esse postulado a um ator econômico, mesmo que fictício, conclui que suas ações perniciosas carecem de uma regulação institucional, a fim de conter o egoísmo que as condiciona. A diferença nesse caso, entre Balzac e Durkheim, é qual instituição desempenhará esse papel regulador. Se para este último, cabia às corporações, ou grupos profissionais, dar um sentido à vida de seus membros, ampliando o significado de suas ações para além de uma relação puramente utilitarista, para Balzac esse sentido de fraternidade dependia da instituição religiosa.

Isso aparece nitidamente no confronto dos estilos de vida do romance. Enquanto Pai Grandet conservava um desdém pela religião e ignorava os sentimentos morais, agindo sempre com o objetivo de multiplicar seus "escudos", Eugênia e sua mãe levavam uma existência ascética, devotada aos valores morais e religiosos, e nesse caso, o dinheiro tinha para elas uma função subordinada. Resta-nos portanto, à guisa de sugestão, que para Balzac é possível um outro ator econômico onde a economia tenha a função social de provimento das necessidades humanas. Como vimos na última parte do nosso trabalho, os valores morais e religiosos enraizados em Eugênia orientaram o seu comportamento quando ela passou a atuar como ator econômico, destacando seu altruísmo em oposição ao egoísmo paterno, através das obras filantrópicas.

Nosso estudo esbarrou em algumas limitações que, como dissemos, são inerentes a uma dissertação de mestrado. O tempo, nosso grande "carrasco", talvez tenha impedido o aprofundamento que o tema merece. Tivemos também, é claro, limitações de ordem subjetiva, as quais não permitiram que um maior grau de sofisticação e complexidade se evidenciasse em nossa análise.

De fato, vimos rapidamente os principais condicionantes da emergência da sociedade de mercado à luz de Weber e Polanyi, sem no entanto, aprofundá-los. Particularmente em Weber, muitos fatores foram decisivos nessa emergência, todavia não foram por nós contemplados em razão da dificuldade exposta. Entre eles poderíamos ressaltar a importância das cidades para o nascimento de uma burguesia e de um proletariado urbano; o direito racional como uma condição essencial para assegurar um ambiente previsível para os atores econômicos, além de representar um corpo de regras formais sobre as quais se apoia a burocracia do Estado racional; finalmente, a ciência e a técnica, como instrumentos

necessários a uma sociedade capitalista, por permitirem a operacionalização de maneira racional e eficiente das transações entre os atores econômicos. O que podemos antecipar a título de conclusão, é que para Weber, a emergência da sociedade de mercado não foi um processo consciente e intencional e sim, o resultado da combinação de uma pluralidade de causas. Para Polanyi, ao contrário, a emergência da sociedade de mercado foi consequência da desarticulação social causada a partir da Revolução Industrial, sustentada pela filosofia liberal como uma tendência irreversível do “progresso”.

Outros autores também estudaram as condições e os impactos da moderna sociedade de mercado. Marx, por exemplo, de um ponto de vista bem específico, tratou da alienação como uma característica distintiva da reificação dos seres humanos no espetacular "mundo da mercadoria". Da mesma forma Simmel, em seu livro mais famoso e profícuo, *A Filosofia do Dinheiro* (1900), analisou a moeda como uma instituição necessária e fundamental por sua função, que permite relacionar os homens com as coisas além de condicionar profundamente as relações entre os homens. Um autor da envergadura de Fernand Braudel também poderia ser muito esclarecedor, uma vez que se propôs a fazer um registro da história econômica do mundo dos XV a XVIII, dialogando com Polanyi, Sombart, Weber, Simmel, entre outros, sobre as condições de emergência e funcionamento de uma economia de mercado.

Igualmente, questões como a emergência da sociedade de mercado na literatura francesa do século XIX necessitam um aprimoramento, não sendo possível estender os resultados obtidos neste trabalho ao conjunto de obras desse período. Romances de escritores realistas como Stendhal (1783-1842), Gustave Flaubert (1821-1880), Émile Zola (1840-1902) e Guy de Maupassant (1850-1893), contribuiriam para confirmar a pertinência da nossa análise. Sem falar, é claro, no mais famoso compêndio do século XIX, que é a *Comedia Humana* de Balzac, da qual só pudemos analisar um romance.

Além disso, por não ser recorrente em nosso Programa estudos que abordem romances como objeto de análise, sentimos dificuldades de ordem metodológica no momento de operacionalizar nossos objetivos. Na verdade, como podemos notar, o trabalho foi muito mais estimulante em termos de perspectivas do que de resultados imediatos. Para nós, fica a certeza de que o estudo não acaba aqui e deve ser levado adiante com o objetivo de sanar as possíveis lacunas, assim como ampliar o horizonte da pesquisa.

5. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, São Paulo, V.16, n.2, 2004, p. 35-64.
- AMORA, Antonio Soares. **Introdução à teoria da literatura**. São Paulo: Cultrix, 1981.
- BALZAC, Honoré de. **Eugênia Grandet**. São Paulo: Abril, 1981.
 _____. **A mulher de trinta anos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [?].
 _____. **Os Jornalistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- BEAUMARCHAIS, Jean-Pierre e COUTY, Daniel. **Dictionnaire des oeuvres littéraires: de langue française**. Paris: Bordas, 1996.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **Proust sociologue: de la maison aristocratique au salon bourgeois**. Paris: Descartes & Cie, 1997.
- BLAUG, Mark. **Metodologia da economia**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- BRAGA, Teófilo. Balzac e o naturalismo no romance. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**, V.6. Porto Alegre: Globo, 1958, p. xiv-xxxi.
- BRANDES, George. Balzac. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**, V.9. Porto Alegre: Globo, 1956, p. xii-xl.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: estruturas do cotidiano**, V.1. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. In: Grandes nomes do pensamento brasileiro. São Paulo: Publifolha, 2000.
 _____. **O observador literário**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, Conselho de Literatura, 1959.
 _____. **A personagem de ficção**. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- CARVALHO, Ronald. A humanidade vista por Balzac. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**. Porto Alegre: Globo, 1954, p.xxv-xxviii.
- CONY, Carlos Heitor. Prefácio. In: BALZAC, Honoré de. **Os Jornalistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- CURTIUS, Ernest Robert. A influência de Balzac. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**, V.15. Porto Alegre: Globo, 1959, p.xi-xxxviii.
- CUSIN, François. Motivations et cognitions dans les comportements liés a l'argent: l'apport de Simmel. **L'Année sociologique**, 48 n°2, 1998, p.417-445.

DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Ria (orgs.). **Pelas Margens: outros caminhos da história e da literatura**. Campinas: Ed. da Unicamp, Ed. da UFRGS, 2000.

DUBOIS, Jacques. **Les romanciers du réel: de Balzac à Simenon**. Paris: Seuil, 2000.

DUMONT, Louis. **Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica**. São Paulo: EDUSC, 2000.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Lições de sociologia**. São Paulo: T. A. Queiroz; USP, 1983.

_____. **Lições de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **A ciência social e a ação**. Lisboa: Bertrand, 1975.

_____. **Ética e sociologia da moral**. São Paulo: Landy, 2003a.

_____. **As regras do método sociológico**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FAGUET, Emile. Balzac. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**, V.7. Porto Alegre: Globo, 1959, p. xiv-xxxviii.

FAIRCHILD, Henry P. **Elementos de ciencia social: uma introduccion al estudio de la vida de la sociedad humana**. La Habana: Cutural, 1936.

FERNANDES, Andréa C. G. **Ação econômica e ordem social na economia política clássica**. Rio de Janeiro: 19º Prêmio BNDES de Economia, 1995.

FERNANDEZ, Ramon. O método de Balzac. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**, V.13. Porto Alegre: Globo, 1954, p. xi-xxiv.

FLIGSTEIN, Neil. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação**, Ano 6, n. 9, 1º sem/2001.

GADAMER, H. G. **El problema de la conciencia histórica**. Madrid: Editorial Tecnos, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. 2ª Ed. Lisboa: Presença, 1984.

GISLAIN, Jean-Jacques & STEINER, Philippe. **La sociologie économique: 1890-1920**. Paris: PUF, 1995.

GRAND, Anne-Marie. Da utilidade da China. In: **Balzac a obra-mundo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

GRANOVETTER, Mark. **Le Marché autrement: les réseaux dans l'économie**. Desclée de Brouwer, 1985.

GRIB, V. Balzac, uma análise marxista. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**, V.10. Porto Alegre: Globo, 1958, p. xxii-lxxiii.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

JAMES, Henry. *Balzac*, por Henry James. In: BALZAC, Honoré de. **A comédia Humana**, V.17. Porto Alegre: Globo, 1955.

LEPENIES, Wolf. **Between literature and science: the rise of sociology**. Paris: Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme.

LIMA, Jane Cristina Franco de. Serviço social e educação: uma análise sobre a educação feminina no século XIX. In: **Serviço social em revista**, Londrina, v.3, n.1, jul/dez.2000.

LLOSA, Mário Vargas. **A orgia perpétua: Flaubert e "Madame Bovary"**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

LUKÁCS, Georg. **Realismo crítico hoje**. 1.ed. Brasília: Coordenada - Editora, 1969.
_____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1981.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política** (Livro 1, V.1). 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**. São Paulo: Cultrix, 1983.

MILL, John Stuart. **Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos**. 3.ed. São Paulo: Abril, 1984. (Coleção Os Pensadores)

MILLE, Pierre. Balzac. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**, V.12. Porto Alegre: Globo, 1958, p. xiii-xx.

MORTIMER, Raymond. Introdução a Balzac. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**, V.12. Porto Alegre: Globo, 1958, p. xxi-xxxiv.

MÜLLER-ARMACK, Alfred. **Regime econômico e política econômica: estudos e conceitos sobre economia social de mercado e integração européia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

NAPOLEONI, Claudio. **Curso de Economia Política**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

NOGACKI, Edmond. Honoré de Balzac: do pintor real à personagem romanesca. In: **Balzac a obra-mundo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

PARETO, Vilfredo. Tratado de sociologia geral. In: RODRIGUES, José Albertino (org.). **Vilfredo Pareto: sociologia**. São Paulo: Ática, 1984.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. The economy as instituted process. In: Polanyi, K; Arensberg, Conrad; Pearson, Harry (eds). **Trade and market in the early empires**. The Free Press, 1957.

PONTES, Heloisa. Por uma sociologia do mundo intelectual. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, V.4, n.7, 1991, p. 112-126.

PRESCOTT, William. **História da conquista do Perú**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1946.

RAUD-MATTEDI, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, V.20, n.57, fev.2005.

RIMA, Ingrid. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1977.

ROBB, Graham. **Balzac: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RÓNAI, Paulo. A vida de Balzac. In: BALZAC, Honoré de. **A comédia Humana**, V1. 2.ed. São Paulo: Globo, 1989. pp. 10-73.

_____. **A vida de Balzac**. Rio de Janeiro: Ediouro, [?].

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril, 1982.

SIMMEL, Georg. **Filosofia del dinero**. Madrid, 1977.

SINGER, Paulo Israel. Vida e obra. In: **Keynes/Kalecki**. São Paulo: Abril, 1978. p. vi-vii. (Coleção Os Economistas)

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.

SKINNER, Quentin. Significado y comprensión em la historia de las ideas. **Prismas, Revista de história intelectual**, n.4, 2000, p. 149-191.

SMELSER, Neil J. **A sociologia da vida econômica**. São Paulo: Pioneira, 1968.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**, V.1. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economista)

STEINER, Philippe. **La sociologie économique**. Paris: La Découverte, 2005.

SWEDBERG, Richard. Economic sociology: past and present. **Current Sociology**, 35(1), 1987.

TAINÉ, Hippolyte. Balzac. In: BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**, V.2. Porto Alegre: Globo, 1958. p.xiii-lxvi.

TRIGILIA, Carlo. **Sociologie économique: état, marché et société dans le capitalisme moderne**. Paris: Armand Colin, 2002.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Pioneira, 1983.

ZELIZER, Viviana. Human values and the market: the case of life insurance and death in 19th-century America. **American Journal of Sociology**, 84, 1978, p. 591-610.

_____. Beyond the polemics on the market: establishing a theoretical and empirical agenda. **Sociological Forum**, 1988. pp. 614-633.

ZOLA, Emile. **Do romance**. São Paulo: Edusp, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel, et al. **Comissão Gulbenkian para a reestruturação das Ciências Sociais: para abrir as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.

WANDERLEY, Fernanda. Avanços e desafios da nova sociologia econômica: notas sobre os estudos sociológicos do mercado – uma introdução. **Sociedade e Estado**, Brasília, V.27, n.1, p.15-38, jan-jun, 2002.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 3.ed. Brasília: UNB, 1994.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

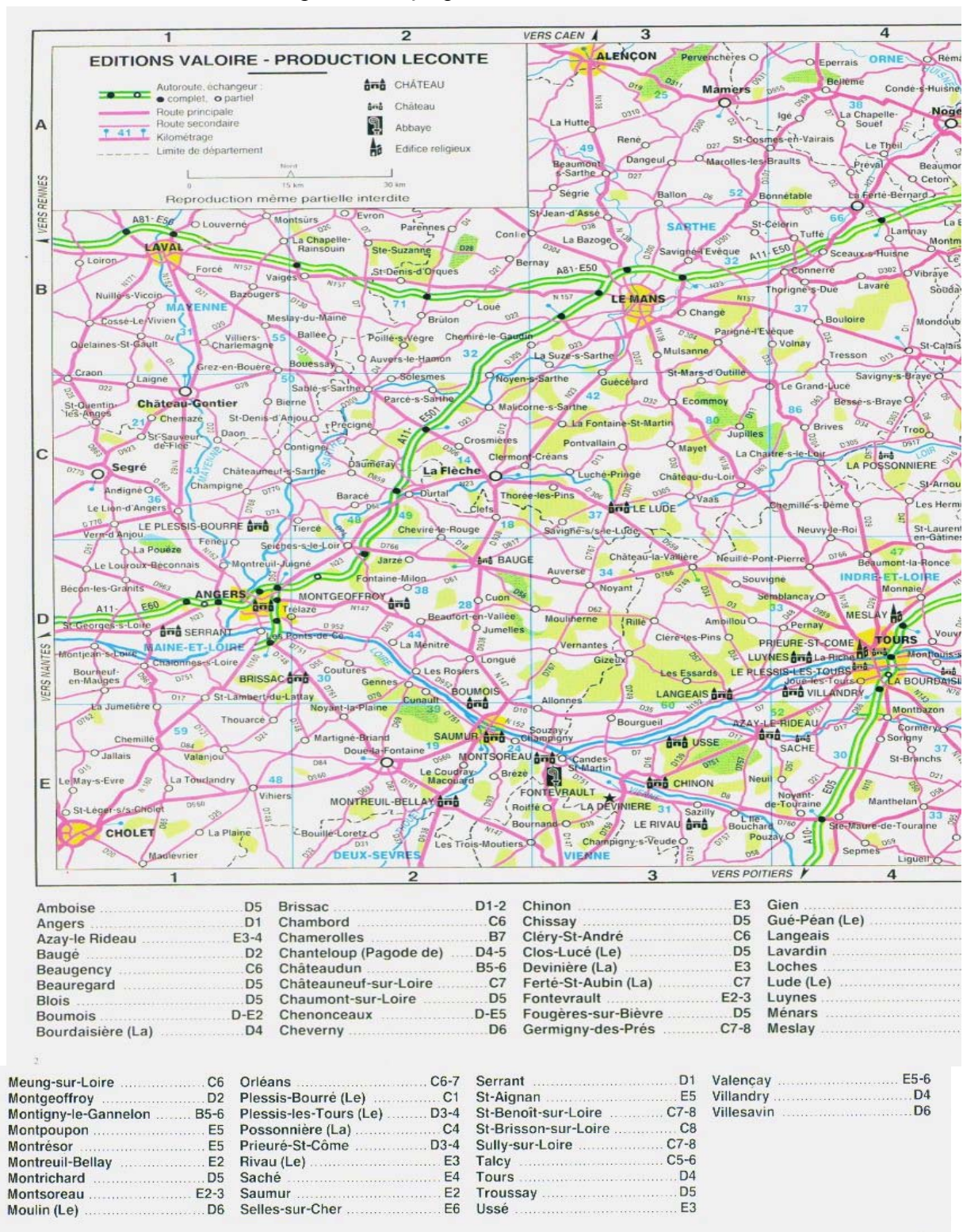
_____. **História Geral da Economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

_____. **Conceitos básicos de sociologia**. 3.ed. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. **Sobre a teoria das ciências sociais**. 1.ed. São Paulo: Moraes, 1991.

ANEXOS

Detalhe do mapa da França que situa Saumur no vale do Loire



Fonte: Os Castelos do Loire. Edições Valoire, 1997.

RELAÇÃO DE TÍTULOS DA COMÉDIA HUMANA COM SUAS RESPECTIVAS DATAS E ASSUNTOS:

- **Études de moeurs**
 - **Scènes de la vie privée**
 1. **La Maison du chat-qui-pelote** (1830)
Thèmes abordés : [Amour](#) [Arts-Peinture/Sculpture](#)
 2. **Le bal de Sceaux** (1830)
Thèmes abordés : [Amour-Mariage](#)
 3. **Mémoires de deux jeunes mariées** (1842)
Thèmes abordés : [Amour](#) [Amour-Passion](#) [Amour-Enfants](#)
 4. **La bourse** (1832)
Thèmes abordés : [Amour](#)
 5. **Modeste Mignon** (1844)
Thèmes abordés : [Amour-Mariage](#) [Arts-Littérature](#)
 6. **Un début dans la vie** (1844)
Thèmes abordés : [Politique-Carières](#)
 7. **Albert Savarus** (1842)
Thèmes abordés : [Politique-Carières](#) [Amour-Passion](#)
 8. **La Vendetta** (1830)
Thèmes abordés : [Amour](#)
 9. **Une double famille** (1830)
Thèmes abordés : [Amour-Mariage](#) [Métaphysique-Religion](#)
 10. **La paix du ménage** (1830)
Thèmes abordés : [Amour-Mariage](#)
 11. **Madame Firmiani** (1832)
Thèmes abordés : [Amour](#)
 12. **Étude de femme** (1835)
Thèmes abordés : [Amour](#)
 13. **La fausse maîtresse** (1842)
Thèmes abordés : [Amour-Passion](#)
 14. **Une fille d'Ève** (1839)
Thèmes abordés : [Amour-Mariage](#)
 15. **Le Message** (1832)
Thèmes abordés : [Amour](#)
 16. **La Grenadière** (1833)
Thèmes abordés : [Amour-Enfants](#)
 17. **La femme abandonnée** (1834)
Thèmes abordés : [Amour](#)
 18. **Honorine** (1845)
Thèmes abordés : [Amour-Mariage](#)
 19. **Béatrix** (1839)
Thèmes abordés : [Amour-Mariage](#)
 20. **Gobseck** (1830)
Thèmes abordés : [Politique-Carières](#) [Economie-Usure](#) [Amour-Mariage](#)
 21. **La femme de trente ans** (1832)
Thèmes abordés : [Amour-Enfants](#)
 22. **Le père Goriot** (1835)
Thèmes abordés : [Politique-Carières](#) [Amour-Enfants](#)
 23. **Le colonel Chabert** (1844)
Thèmes abordés : [Economie-Héritages](#) [Amour-Mariage](#)
 24. **La messe de l'athée** (1837)
Thèmes abordés : [Métaphysique-Religion](#)
 25. **L'interdiction** (1836)
Thèmes abordés : [Politique-Corruption](#) [Amour-Mariage](#)
 26. **Le contrat de mariage** (1835)
Thèmes abordés : [Politique-Corruption](#) [Amour-Mariage](#)
 27. **Autre étude de femme** (1842)
Thèmes abordés : [Amour](#)

- **Scènes de la vie de province**
 1. **Ursule Mirouët** (1842)
Thèmes abordés : [Economie-Héritages](#) [Métaphysique-Magnétisme](#)
 2. **Eugénie Grandet** (1834)
Thèmes abordés : [Economie-Monomanie](#) [Economie-Faillites](#) [Amour-Passion](#)
 3. **Illusions Perdues** (1843)
Thèmes abordés : [Politique-Carrières](#) [Politique-Corruption](#) [Politique-Journalisme](#) [Amour-Passion](#) [Arts-Littérature](#) [Métaphysique-Recherche de la perfection](#)
 - **Les Célibataires**
 1. **Pierrette** (1840)
Thèmes abordés : [Economie-Héritages](#) [Amour-Enfants](#)
 2. **Le curé de Tours** (1832)
Thèmes abordés : [Politique-Carrières](#) [Métaphysique-Religion](#)
 3. **La Rabouilleuse** (1842)
Thèmes abordés : [Economie-Héritages](#) [Amour-Enfants](#)
 - **Les Parisiens en province**
 1. **L'Illustre Gaudissart** (1834)
Thèmes abordés : [Politique-Corruption](#)
 2. **La Muse du département** (1843)
Thèmes abordés : [Amour-Mariage](#) [Amour-Passion](#) [Arts-Littérature](#)
 - **Les Rivalités**
 1. **La Vieille Fille** (1837)
Thèmes abordés : [Amour-Mariage](#)
 2. **Le Cabinet des Antiques** (1839)
Thèmes abordés : [Amour](#) [Politique-Carrières](#) [Politique-Corruption](#)
- **Scènes de la vie parisienne**
 1. **Histoire de la grandeur et de la décadence de César Birotteau** (1837)
Thèmes abordés : [Politique-Carrières](#) [Politique-Conspirations](#) [Economie-Faillites](#)
 2. **La Maison Nucingen** (1838)
Thèmes abordés : [Politique-Corruption](#) [Economie-Faillites](#)
 3. **Splendeurs et Misères des courtisanes** (1847)
Thèmes abordés : [Politique-Carrières](#) [Politique-Corruption](#) [Amour-Passion](#) [Métaphysique-Religion](#)
 4. **Les Secrets de la princesse de Cadignan** (1840)
Thèmes abordés : [Amour](#)
 5. **Facino Cane** (1836)
Thèmes abordés : [Economie-Monomanie](#) [Métaphysique-Fantastique](#)
 6. **Sarrasine** (1831)
Thèmes abordés : [Amour-Passion](#) [Arts-Musique](#) [Arts-Peinture/Sculpture](#)
 7. **Pierre Grassou** (1839)
Thèmes abordés : [Politique-Carrières](#) [Arts-Peinture/Sculpture](#)
 8. **Un homme d'affaires** (1846)
Thèmes abordés : [Economie-Usure](#)
 9. **Un prince de la Bohème** (1840)
Thèmes abordés : [Amour-Passion](#)
 10. **Gaudissart II** (1844)
Thèmes abordés : [Economie](#)
 11. **Les Employés** (1838)
Thèmes abordés : [Politique-Carrières](#)
 12. **Les Comédiens sans le savoir** (1848)
Thèmes abordés : [Politique-Corruption](#)
 13. **Les Petits Bourgeois** (1855)
Thèmes abordés : [Politique-Carrières](#) [Politique-Conspirations](#) [Amour-Mariage](#)
 14. **L'envers de l'histoire contemporaine** (1848)
Thèmes abordés : [Amour-Enfants](#) [Métaphysique-Religion](#) [Métaphysique-Magnétisme](#)
 - **Histoire des Treize**
 1. **Ferragus** (1834)
Thèmes abordés : [Politique-Conspirations](#) [Amour-Enfants](#)

- 2. **La Duchesse de Langeais** (1834)
Thèmes abordés : [Amour](#) [Amour-Passion](#) [Métaphysique-Religion](#)
 - 3. **La fille aux yeux d'or** (1835)
Thèmes abordés : [Amour-Passion](#)
- **Les parents pauvres**
 - 1. **La Cousine Bette** (1847)
Thèmes abordés : [Economie-Monomanie](#) [Amour-Mariage](#)
 - 2. **Le Cousin Pons** (1847)
Thèmes abordés : [Economie-Héritages](#) [Arts-Peinture/Sculpture](#)
- **Scènes de la vie politique**
 - 1. **Un épisode sous la Terreur** (1830)
Thèmes abordés : [Métaphysique-Religion](#)
 - 2. **Une ténébreuse affaire** (1841)
Thèmes abordés : [Politique-Conspirations](#) [Politique-Guerres](#) [Amour-Passion](#)
 - 3. **Le député d'Arcis** (1847)
Thèmes abordés : [Politique-Corruption](#)
 - 4. **Z. Marcas** (1841)
Thèmes abordés : [Politique-Carières](#)
- **Scènes de la vie militaire**
 - 1. **Les Chouans ou la Bretagne en 1799** (1829)
Thèmes abordés : [Politique-Conspirations](#) [Politique-Guerres](#) [Amour-Passion](#)
 - 2. **Une passion dans le désert** (1830)
Thèmes abordés : [Amour-Passion](#)
- **Scènes de la vie de campagne**
 - 1. **Les Paysans** (1855)
Thèmes abordés : [Economie-Marxisme](#)
 - 2. **Le Médecin de campagne** (1833)
Thèmes abordés : [Politique-Guerres](#) [Amour-Passion](#) [Economie-Marxisme](#)
 - 3. **Le Curé de village** (1841)
Thèmes abordés : [Politique-Carières](#) [Amour-Passion](#) [Métaphysique-Religion](#) [Economie-Marxisme](#)
 - 4. **Le Lys dans la vallée** (1836)
Thèmes abordés : [Amour-Mariage](#)
- **Études philosophiques**
 - 1. **La Peau de chagrin** (1831)
Thèmes abordés : [Politique](#) [Amour-Passion](#) [Métaphysique-Longévitité](#)
 - 2. **Jésus-Christ en Flandre** (1831)
Thèmes abordés : [Métaphysique-Religion](#) [Métaphysique-Fantastique](#)
 - 3. **Melmoth réconcilié** (1835)
Thèmes abordés : [Amour-Passion](#) [Métaphysique-Fantastique](#)
 - 4. **Le Chef-d'oeuvre inconnu** (1831)
Thèmes abordés : [Arts-Peinture/Sculpture](#) [Métaphysique-Recherche de la perfection](#)
 - 5. **Gambara** (1837)
Thèmes abordés : [Arts-Musique](#) [Métaphysique-Recherche de la perfection](#)
 - 6. **Massimilla Doni** (1839)
Thèmes abordés : [Amour-Passion](#) [Arts-Musique](#)
 - 7. **La Recherche de l'Absolu** (1834)
Thèmes abordés : [Economie-Monomanie](#) [Amour-Passion](#) [Métaphysique-Recherche de la perfection](#)
 - 8. **L'Enfant maudit** (1831)
Thèmes abordés : [Amour-Passion](#) [Amour-Enfants](#)
 - 9. **Adieu** (1832)
Thèmes abordés : [Politique-Guerres](#) [Amour-Passion](#) [Métaphysique-Fantastique](#)
 - 10. **Les Marana** (1834)
Thèmes abordés : [Politique-Carières](#) [Politique-Guerres](#) [Amour-Passion](#) [Amour-Enfants](#)
 - 11. **Le Réquisitionnaire** (1831)
Thèmes abordés : [Amour-Enfants](#) [Métaphysique-Fantastique](#)
 - 12. **El Verdugo** (1831)
Thèmes abordés : [Politique-Guerres](#) [Amour-Enfants](#)
 - 13. **Un drame au bord de la mer** (1834)

- Thèmes abordés : [Amour-Enfants](#)
 14. **Maître Cornélius** (1832)
 Thèmes abordés : [Economie-Monomanie](#) [Amour-Passion](#)
 15. **L'Auberge rouge** (1832)
 Thèmes abordés : [Métaphysique](#)
 16. **Sur Catherine de Médicis** (1842)
 Thèmes abordés : [Métaphysique](#) [Politique-Conspirations](#)
 17. **L'Élixir de longue vie** (1831)
 Thèmes abordés : [Métaphysique-Religion](#) [Métaphysique-Longévité](#)
 18. **Les Proscrits** (1831)
 Thèmes abordés : [Métaphysique-Religion](#)
 19. **Louis Lambert** (1832)
 Thèmes abordés : [Métaphysique](#) [Amour-Passion](#)
 20. **Séraphita** (1835)
 Thèmes abordés : [Métaphysique-Religion](#) [Métaphysique-Fantastique](#)
- **Études analytiques**
 1. **Physiologie du Mariage** (1829)